

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura

Luís Henrique Marques de Oliveira Silva

CARTOGRAFIA DAS CONTROVÉRSIAS NO BAIRRO SANTA TEREZA – PRIMEIROS PASSOS

Trabalho de Conclusão de Curso

Belo Horizonte
Dezembro de 2019



Luís Henrique Marques de Oliveira Silva

Cartografia das controvérsias no Bairro Santa Tereza – Primeiros passos

Trabalho de Conclusão de Curso

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Natacha Silva Araújo Rena

Belo Horizonte
Dezembro de 2019

RESUMO

O presente trabalho realiza uma cartografia da formação histórica do bairro Santa Tereza, na intenção de constituir uma fonte de pesquisa de dados, que auxiliem a evidenciação dos conflitos, das contradições e dos reais interesses que atravessam as lutas territoriais no bairro, através das aplicações iniciais do método da Cartografia das Controvérsias do Indisciplinar. Ao traçar novas conexões entre os fatos “oficiais” — históricos e políticos — e os conflitos sociais, espaciais e culturais presentes, é possível expor contradições e falsos consensos, estabelecendo nova visualização e, conseqüentemente, novo entendimento das tramas sociais, capitais e políticas que disputam território. Como ponto de partida, o Capítulo 1 discorre sobre o método utilizado no trabalho. Com base nos trabalhos do Indisciplinar, são apresentados os pressupostos teóricos e seus instrumentos de pesquisa, acompanhamento os desdobramentos da cartografia deleuziana até a cartografia das controvérsias. No Capítulo 2 contém uma historiografia da formação do Santa Tereza feita através de um esforço de escrita cartográfica a partir do levantamento de muitos dados. O Capítulo 3 propõe um recorte temático, que é o aprofundamento sobre o conflito territorial em torno do Chapéu de Napoleão, em que se pôde iniciar as aplicações dos dados e análise previstos na Cartografia das controvérsias.

Palavras-chave: Santa Tereza, Cartografia, Controvérsias, Urbanismo, Operação Urbana, Método, Espaço Urbano, Projeto Urbano.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Faixa instalada na rua Hermilo Alves.....	9
Figura 2 - Bairro Santa Tereza: recorte territorial deste trabalho.....	10
Figura 3 - Ilustração de evento e narrativas.....	16
Figura 4 - Ilustração das formações de grupos.....	17
Figura 5 - Trecho de Linha do Tempo (Banco de dados) – Planilha.....	18
Figura 6 - Registro do processo de criação da linha do tempo gráfica.....	19
Figura 7 - Trecho da Linha do tempo gráfica de Santa Tereza.....	20
Figura 8 – Quadro de agrupamento de atores humanos.....	21
Figura 9 – Quadro de agrupamento de atores não-humanos.....	21
Figura 10 – Quadro de agrupamento de narrativas.....	22
Figura 11 - Sobreposição do traçado de Curral Del Rei à planta da Nova Capital.....	25
Figura 12 – Santa Tereza 1891-1900.....	26
Figura 13 – Santa Tereza 1901-1910.....	28
Figura 14 - Hospital do Isolado, década de 1940.....	29
Figura 15 – Santa Tereza 1911-1920.....	30
Figura 16 - Hospedaria dos Imigrantes, início Séc. XX.....	32
Figura 17 – Santa Tereza 1921-1930.....	34
Figura 18 – Santa Tereza 1931-1940.....	37
Figura 19 - Bonde atravessando o Viaduto Santa Tereza em direção à Rua Itambé, 1945.....	38
Figura 20 – Santa Tereza 1941-1950.....	42
Figura 21 - Evolução da mancha urbana em Belo Horizonte nos anos 1918, 1935 e 1950, com destaque para as áreas da Contorno e do bairro Santa Tereza.....	44
Figura 22 – Santa Tereza 1951-1960.....	46
Figura 23 – Santa Tereza 1961-1970.....	48
Figura 24 - Fábrica de Pregos São Lucas, 2014.....	49
Figura 25 – Santa Tereza 1971-1980.....	50
Figura 26 – Santa Tereza 1981-1990.....	52
Figura 27 – Santa Tereza 1991-2000.....	55
Figura 28 – Santa Tereza 2001-2010.....	59
Figura 29 - Visada da Rua Conselheiro Rocha, altura do nº 1459.....	61
Figura 30 – Santa Tereza 2011.....	62
Figura 31 – Santa Tereza 2012.....	63

Figura 32 - Anúncio do Complexo Andradas, 2012.....	65
Figura 33 – Santa Tereza 2013.....	67
Figura 34 - Comunicado do escritório Farkasvolgyi sobre a readequação do Complexo Andradas, 03/05/2013.....	68
Figura 35 - Evento 26/05/2013: Churrasco, mapeamento coletivo e reunião.....	69
Figura 36 - Diagrama indicando a origem da OUC Nova BH.....	71
Figura 37 - Ilustração da rede de mobilização #NãoVaiTerNovaBH.....	72
Figura 38 – Santa Tereza 2014.....	73
Figura 39 - Diagrama indicando a origem da OUC ACLO.....	74
Figura 40 - Panfleto do MSST denunciando o Complexo Andradas, 2013.....	75
Figura 41 - Foto do Mercado Distrital de Santa Tereza.....	76
Figura 42 – Santa Tereza 2015.....	77
Figura 43 - Limites do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza.....	80
Figura 44 - Segunda versão do Complexo Andradas.....	81
Figura 45 – Santa Tereza 2016.....	82
Figura 46 - Montagem Feira Mercado Vivo+Verde.....	83
Figura 47 - Imagem promocional da Praça da Cidade.....	86
Figura 48 - Denúncia feita pelo MSST nas redes sociais.....	87
Figura 49 – Santa Tereza 2017.....	89
Figura 50 - 4ª versão da OUS Praça da Cidade, 2017.....	91
Figura 51 - Detalhe da cartilha e fotos do Aulão.....	92
Figura 52 - Chamada do ato ‘Nós somos do bairro’, 2017.....	93
Figura 53 – Santa Tereza 2018.....	94
Figura 54 - Ato público ‘Nós somos do bairro’ realizado na Pça Duque de Caxias, 03/01/2018.....	95
Figura 55 - Camisa da mobilização ‘Nós somos do bairro’.....	96
Figura 56 - Manifestantes das vilas na PBH, 03/02/2018.....	97
Figura 57 - Indisciplinar no Cidade Eletronika 2018 com palestra e workshop.....	98
Figura 58 - Audiência Pública sobre o PL 522/2018 com participação do advogado-pesquisador Joviano Mayer na mesa.....	99
Figura 59 - Audiência Pública sobre as ameaças à ADE e o PGE, 16/05/2019.....	100
Figura 60 - Vista aérea do Chapéu de Napoleão e seu entorno.....	103
Figura 61 – Vista aérea da área do ‘Chapéu de Napoleão’ em 1967 e 2008.....	104
Figura 62 - Exemplo para controvérsia i.....	105

Figura 63 – Exemplo para controvérsia ii.....	105
Figura 64 – Exemplo para controvérsia vi.....	106
Figura 65 – Agrupamento de atores em relação a implementação do Complexo Andradas/Praça da Cidade a partir de 2 eventos.....	108
Figura 66 – Quadro de agrupamento de atores humanos – parte 1.....	110
Figura 67 – Quadro de agrupamento de atores humanos – parte 2.....	111
Figura 68 – Quadro de agrupamento de atores não-humanos – parte 1.....	112
Figura 69 – Quadro de agrupamento de atores não-humanos – parte 2.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACBST – Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza

ADE – Área de Diretrizes Especiais

BHTrans - Empresa de transportes e Trânsito de Belo Horizonte

CA – Coeficiente de Aproveitamento

COMPUR – Conselho Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte

FMC – Fundação Municipal de Cultura

MAM-BH – Movimento das Associações de Bairro de Belo Horizonte

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

MSST – Movimento Salve Santa Tereza

OUC – Operação Urbana Consorciada

OUS – Operação Urbana Simplificada

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PGE – Plano Global Específico

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

REDE – Rede Sustentabilidade

SEBRAE-MG - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

VIURBS – Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. MÉTODO.....	13
1.1. Cartografia Indisciplinar.....	13
1.2. Cartografia das controvérsias.....	15
1.3 Por uma escrita cartográfica.....	22
2. CARTOGRAFIA DE SANTA TEREZA.....	24
2.1. Formação histórica de Santa Tereza e Belo Horizonte até o fim do séc.	
XX.....	24
2.2. Transformações recentes.....	58
3. ANÁLISE: O CONFLITO EM TORNO DO CHAPÉU DE NAPOLEÃO.....	102
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
APÊNDICE.....	124

INTRODUÇÃO

Figura 1 - Faixa instalada na rua Hermilo Alves.



Fonte: SOUZA e CAJAZEIRO, 2012.

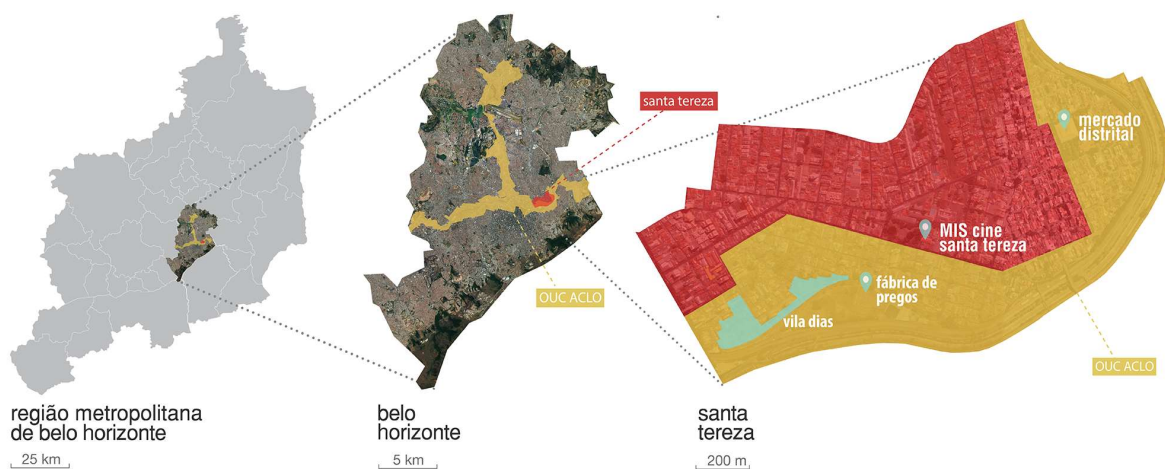
Sobre o Bairro Santa Tereza

O bairro de Santa Tereza em Belo Horizonte (Minas Gerais) foi fundado por volta de 1896, antes mesmo da inauguração da cidade. Conhecido por possuir uma ambiência interiorana, o bairro é dotado de simbolismos culturais e históricos, o que garante uma forte identidade territorial (SOUZA; CAJAZEIRO, 2012). Sua formação histórica e evolução urbana foram muito singulares e contribuíram para que, diferentemente dos outros bairros pericentrais da cidade, Santa Tereza ainda se constituísse como um bairro de uso e ocupação majoritariamente residencial com dinâmicas urbanas tradicionais e comunitárias.

Hoje Santa Tereza é palco de diversos conflitos socioespaciais gerados por investidas de avanço do capitalismo neoliberal sobre seu território. É perceptível no bairro, desde formas engenhosas via grandes projetos urbanos com aporte do Estado, até ações micropolíticas de valorização e possível gentrificação que são de difícil percepção. Por outro lado, existem coletivos no bairro que lutam cotidianamente, via mobilizações comunitárias expressivas, em defesa dos modos de vida locais. Observa-se, portanto, uma trajetória marcada pela disputa da propriedade *versus* apropriação (valor de troca *versus* valor de uso), que vem se acirrando nos últimos anos.

A partir de 2012, os anúncios de projetos urbanos na região, como a Operação Urbana Consorciada (OUC) Nova BH, o Complexo Andradas e a parceria público-privada (PPP) do Mercado Distrital, desencadearam, como já foi dito, uma série de levantes no bairro e no entorno, protagonizados pela rede de atores composta pelo recém reativado Salve Santa Tereza, a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza (ACBST), lideranças da Vila Dias, grupos de pesquisa da universidade, coletivos artísticos e movimentos sociais urbanos atuantes em toda a capital.

Figura 2 - Bairro Santa Tereza: recorte territorial deste trabalho



Fonte: Indisciplinar UFMG, 2017.

Todos esses conflitos foram acompanhados de perto pelo grupo de pesquisa Indisciplinar da UFMG, que vem nos últimos anos desenvolvendo seus próprios métodos de atuação e produção de conhecimento.

Do trabalho

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma cartografia da formação histórica do bairro Santa Tereza, na intenção de constituir uma fonte de pesquisa de dados, que auxiliem a evidenciação dos conflitos, das contradições e dos reais interesses que atravessam as lutas territoriais no bairro, através das aplicações iniciais do método da Cartografia das Controvérsias do Indisciplinar. Ao traçar novas conexões entre os fatos “oficiais” — históricos e políticos — e os conflitos sociais, espaciais e culturais presentes, é possível expor contradições e falsos consensos, estabelecendo nova visualização e, conseqüentemente, novo entendimento das tramas sociais, capitais e políticas que disputam território.

Como ponto de partida, o Capítulo 1 discorre sobre o método utilizado no trabalho. Com base nos trabalhos do Indisciplinar, são apresentados os pressupostos teóricos e seus instrumentos de pesquisa, acompanhamento os desdobramentos da cartografia deleuziana até a cartografia das controvérsias. No Capítulo 2 contém uma historiografia da formação do Santa Tereza feita através de um esforço de escrita cartográfica a partir do levantamento de muitos dados. O Capítulo 3 propõe um recorte temático, que é o aprofundamento sobre o conflito territorial em torno do Chapéu de Napoleão, em que se pôde iniciar as aplicações dos dados e análise previstos na Cartografia das controvérsias.

Percurso do pesquisador

Faz-se necessário aqui falar sobre o meu percurso pessoal e acadêmico em relação ao tema deste trabalho a fim de compreender o que me levou à ele. Principalmente pelo fato de que ao propor uma cartografia, entende-se a presença do pesquisador como ator no processo investigativo. Ampliarei meu ponto de vista de forma a coletivizá-lo, apoiado na vasta experiência do grupo Indisciplinar-UFMG em relação à região do bairro, e no fato de que compus seu corpo de pesquisadores desde 2015, portanto, influenciou profusamente meus entendimentos em relação ao território, aos modos de atuar, de pesquisar e de produzir conhecimento.

Sempre vivi em Belo Horizonte e nunca havia tido proximidade com o bairro de Santa Tereza. Fui conhecê-lo após minha entrada na Escola de Arquitetura da UFMG, em 2014, onde sempre era citado nos exemplos das aulas de urbanismo e, uma vez ou outra, fôra objeto de estudos. Minha aproximação com o tema do urbanismo neoliberal e da justiça socioespacial urbana surgiu a partir do contato com o grupo Indisciplinar UFMG através dos seus eventos e debates. Após minha entrada no grupo, participei de diferentes frentes de ação (FA) e grupos de estudos até chegar no projeto Cartografia das Lutas Territoriais e na FA OUC ACLO/ Santa Tereza¹. A aproximação com o território deu-se unicamente a partir daí. Nem a minha experiência como militante do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), cujo início se deu após minha entrada no grupo de pesquisa, pôde me levar a conhecer e atuar na

¹ Mesmo sendo pesquisado no grupo desde 2012, o tema da OUC ACLO e do Santa Tereza só foi se consolidar como Frente de Ação em 2016 com a pesquisa Plataforma Urbanismo Biopolítico. A FA é (ou já foi) composta pela Prof^a. Coordenadora do grupo Natacha Rena, pelos pesquisadores de pós-graduação Joviano Mayer e Bernardo Neves e pelos pesquisadores de graduação Brenda de Castro e Luís Marques.

região. Daí em diante, pude estabelecer laços não só de pesquisador, mas também afetivos, já que me tornei frequentador do bairro, motivado por suas várias qualidades. Foi assim que vi uma oportunidade de dar continuidade no trabalho desenvolvido pelo grupo a fim de ampliá-lo e aprofundá-lo cada vez mais, de forma a considerar constantes questionamentos individuais e também aqueles coletivizados no grupo.

1 MÉTODO

O método a ser utilizado neste trabalho é baseado no Método da Cartografia das Controvérsias, que ainda se encontra em processo de construção pelo grupo de pesquisa e extensão Indisciplinar-UFMG². Basicamente, seu objetivo é evidenciar as controvérsias envolvidas nos contextos políticos socioterritoriais presentes nas lutas territoriais.

1.1 Cartografia Indisciplinar

Desde 2012, o grupo Indisciplinar atua com cartografias territoriais em Belo Horizonte - MG que se desdobram em diversas linhas e temáticas de pesquisa. E a partir do acúmulo de estudos, dados, e metodologias foi se construindo, nos últimos anos, uma forma de pesquisa própria, apoiada em uma série de diretrizes e dispositivos tecnopolíticos (BARBOSA, 2019, p. 35), tendo como sua base teórica principal estudos dos autores pós-estruturalistas Michel Foucault, Gilles Deleuze & Felix Guattari e Bruno Latour.

O Indisciplinar entende que a Universidade tem um papel fundamental e importância crescente nas disputas urbanas da atualidade, sobretudo por meio da extensão universitária. Dessa forma, no lugar de se situar como um observador distante ou imparcial, o grupo se vê como mais um ator intrincado nas redes que atravessam tais conflitos, desempenhando a importante tarefa de auxiliar na decodificação, na tradução e na publicação de informações complexas acerca de tais processos para outros atores envolvidos. (SÁ et al. 2018, p. 212).

A cartografia adotada pelo grupo de pesquisadores transpõe e amplia sua concepção tradicional de representação territorial (produção de mapas). Se torna fundamental seu uso enquanto método de investigação, desenvolvido a partir de conceitos da *filosofia da diferença*, cunhada por Deleuze & Guattari (1995), como o de *Rizoma* (LOPES et al., 2019). Portanto, deve-se entender a cartografia “não somente como método da geografia clássica territorial, mas como tática micropolítica cotidiana composta pela ação política; um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual e criativo” (SÁ et al, 2014, p. 175). A cartografia se coloca como uma forma alternativa de fazer pesquisa, onde a metodologia clássica da investigação científica positivista é amplamente questionada e a existência de uma verdade absoluta é posta em cheque. Dessa forma, uma cartografia não tem por finalidade comprovar ou negar uma hipótese, ela se permite

² Ver mais em <<http://indisciplinar.com>>. Acesso em 9 de dezembro de 2018.

atravessamentos e incertezas e atua como multiplicadora de contradições (RAMIREZ, 2019, p. 28).

Em um texto em que se debruçam sobre a metodologia do grupo Indisciplinar, as pesquisadoras Marcela Brandão Lopes, Ana Isabel de Sá e Natacha Rena afirmam que “[...] a aplicação das ferramentas cartográficas busca expandir o alcance e democratizar o acesso à cartografia, subvertendo seu papel tradicional e implementando-a em processos contra-hegemônicos, com grupos minoritários da sociedade, ou em territórios periféricos.” (LOPES et al., 2019). No intuito de capitalizar a potência da cartografia para dar visibilidade aos fenômenos e grupos sociais investigados – tanto como ferramenta de representação, como de imaginação coletiva e proposição territorial –, (LOPES et al., 2019) as autoras também apresentam as diretrizes que atravessam as ações de ensino, pesquisa e extensão do grupo:

- Fazer-conhecer-transformar, cartografando a realidade;
- Ativar micropolíticas de modo transescalar;
- Constituir um processo de investigação política, acadêmica, militante e/ou ativista que não separa teoria da prática;
- Utilizar dispositivos tecnopolíticos destituíntes e constituíntes, táticos e estratégicos;
- Construir processos de pesquisa-intervenção a partir da experiência nas lutas (diferente do método - Meta-Hodos – científico tradicional que é uma maneira de proceder para cumprir objetivos, a cartografia é um Hodos-Meta, possui seu próprio caminho como objetivo);
- Investigar imbricando sujeito e objeto nos processos;
- Atuar nos pontos cegos das lutas, estudando e traduzindo de maneira sintética, as legislações e documentos oficiais;
- Potencializar a ubiquidade utilizando das tecnopolíticas (redes e ruas);
- Atuar no tempo real das lutas, com cronograma aberto, flexível e variável;
- Construir apostas para além das hipóteses científicas;
- Criar um ambiente de investigação apropriado para a atuação acadêmica de militantes/ativistas;
- Trabalhar em rede com múltiplos atores.

(LOPES et al., 2019).

É importante citar aqui a instrumentalização por parte do grupo dos dispositivos tecnopolíticos para articular essas diretrizes de forma prática, construindo redes. De acordo com Danilo Caporali Barbosa (2019, p. 37), pesquisador do grupo, podem ser ferramentas tecnopolíticas: mapas; gráficos; diagramas; cartilhas; linhas do tempo; artigos científicos; aulas;

apresentações em congressos e outras formas de divulgação de dados e informações que possam disputar tecnicamente os campos das lutas.

1.2 Cartografia das Controvérsias

Com a pesquisa ‘Territórios Populares’³, o método desdobra-se a partir da introdução dos estudos de Latour (2012), que possuem certos conceitos semelhantes aos de Deleuze & Guattari, como *Rede* que poderia ser considerado um *Rizoma*. Aqui as coordenadoras da pesquisa propõem a aproximação desses arranjos metodológicos a fim de ampliar e complexificar a produção do grupo já que “Com o golpe político ocorrido no Brasil em 2016, foi se tornando urgente cartografar não só os movimentos de luta, mas as lutas em movimento, ou seja, os desdobramentos das disputas em jogo, seus avanços e seus impasses, suas fragilidades e contradições.” (LOPES et al., 2019).

Em Latour foi possível identificar diretrizes metodológicas para construção de uma cartografia. Esa construção se dá, principalmente, a partir da Teoria Ator-Rede⁴ (TAR), onde o teórico propõe se alimentar de incertezas e apresenta 5 fontes para tal: (i) não há grupos, apenas formação de grupos; (ii) a ação é assumida; (iii) os objetos também agem; (iv) questão de fato vs. questão de interesse; (v) escrever relatos de risco.

É válido ressaltar que Latour, neste momento, não propõe um método científico ou uma metodologia, mas apesar disso

[...] o Grupo Indisciplinar construiu um “método cartográfico, genealógico e em platôs”, assumindo, com isso, os avanços que esse desenho pode proporcionar, como também todos os riscos que essa empreitada possa oferecer. Para se chegar em um mapa complexo e rizomático, o grupo optou por iniciar esse processo por meio de perguntas simples, evitando agrupamentos pré-estabelecidos (econômicos, políticos, sociais, culturais, etc), que podem escamotear associações de dimensões variadas e híbridas. (LOPES et al., 2019)

Dessa maneira, foi definido um elenco de 4 perguntas: ‘o que?’ **Evento Territorial** (questão de fato); ‘por que?’ **Narrativa** — elementos discursivos e não-discursivos que

³ O projeto de pesquisa ‘Territórios populares: Reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras’ é coordenado no Indisciplinar-UFMG pelas professoras Marcela Brandão e Natacha Rena e acontece em parceria com o LabCidade-USP através da coordenação nacional da professora Raquel Rolnik. No Indisciplinar, a pesquisa conta ainda com a participação de Ana Isabel de Sá, Bárbara Oliveira, Cintya Ornelas, Maria Luisa Boabaid, Máira Ramirez, Marília Pimenta e Michele Brito. Ver <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com>> Acesso em 23 de setembro de 2019

⁴ LATOUR, Bruno. Reagregando o social. 2012.

justificam a natureza da ação (questão de interesse); *'quem?'* **Ator Humano** — natureza dos grupos (formação de grupos); e *'o que?'* **Ator Não-humano** — com o quê (os objetos também agem).

Ainda segundo as criadoras do método,

As respostas à essas perguntas configuram os nós da rede em construção, a partir da qual será possível identificar as formações dos grupos (como?) e as conexões entre os nós (quais as relações de força?). Ao organizar essa rede em uma linha do tempo (quando?) torna-se possível mapear seus desdobramentos e algumas das controvérsias mais evidentes. (BRANDÃO et al, 2019)

Como ponto de partida, é necessário levantar os eventos. O **evento**, enquanto fato no tempo, pode ser uma ação (ou até mesmo a divulgação de uma ação) ou o surgimento de um ator. Para mapeá-lo, servem de fonte: textos acadêmicos (livros, teses, dissertações, artigos, etc), mídias hegemônicas ou não (jornais, redes sociais), entrevistas formais ou conversas, documentos oficiais, materiais autorais dos grupos sociais envolvidos, etc. (LOPES et al., 2019; BARBOSA, 2019, p. 38).

A partir de cada evento, busca-se as **narrativas**. As narrativas são diferentes formas de figuração de uma mesma ação. Elas são relatos e discursos proferidos no sentido de justificar ou explicar o evento (podendo ser hegemônicos ou não), portanto, são imbuídas de opiniões ou posicionamentos estratégicos. Já aqui, com a diversidade das narrativas, pode-se encontrar um primeiro grau de controvérsia. (LOPES et al, 2019) (BARBOSA, 2019, p. 38) Ver Fig. 3.

Figura 3 - Ilustração de evento e narrativas

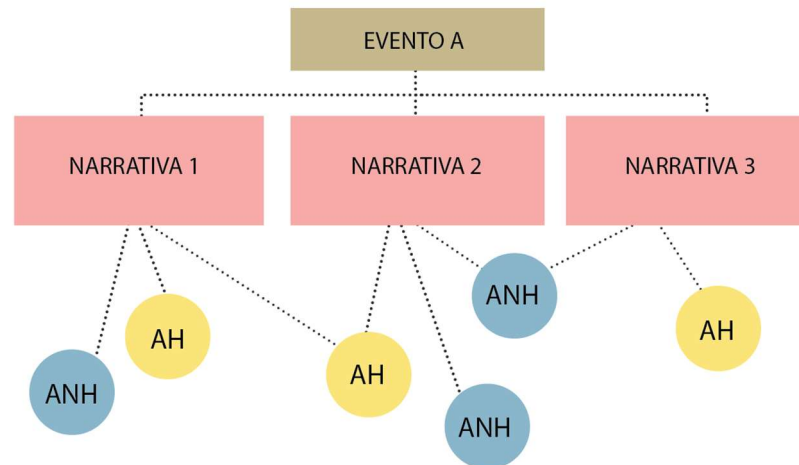


Fonte: Indisciplinar UFMG, 2019.

Por sua vez, cada narrativa apresenta atores (**humanos** e **não-humanos**) envolvidos nos eventos. Dessa forma, é possível mapear as formações de grupo, bem como as (ou falta das) conexões/tangenciamentos entre elas, de forma a identificar grupos que se colocam em lados opostos em um determinado contexto e/ou circunstância (anti-grupos) (LOPES et al., 2019). Ver Fig. 4.

Para fins de esclarecimento: os **Atores Humanos** são sempre pessoas, ou coletivos, ou instituições mantidas por pessoas, podendo ser, por exemplo, o prefeito, a própria prefeitura, uma empresa, uma associação de moradores, etc. Já os **Atores Não-humanos** são os objetos, leis, conceitos, lugares, processos naturais. Exemplos de atores não-humanos: uma edifício, o Estatuto da Cidade, um terremoto, etc.

Figura 4 - Ilustração das formações de grupos



Fonte: Indisciplinar UFMG, 2019.

Nas fronteiras entre os grupos e os anti-grupos será possível mapear os atores que estejam associados a grupos diferentes, ou seja, suas interseções, o que permitirá a identificação de um segundo grau de controvérsias (LOPES et al., 2019).

Sendo assim, repete-se esse processo de categorização dos elementos para todos os eventos e organiza-os em ordem cronológica dos acontecimento, criando uma linha do tempo. E a partir dessa ferramenta temporal é possível fazer o mapeamento dos desdobramentos e das rupturas das formações de grupo de forma não causal, assim como identificar os porta-vozes — aqueles atores que aparecem com mais frequência e portanto, possuem maior número de conexões. De acordo com Lopes et al. (2019), “o surgimento ou o desaparecimento de um determinado ator (humano ou não-humano) também pode sinalizar algo importante” (LOPES et al., 2019).

Para sistematizar as informações coletadas sobre cada um dos eventos, suas narrativas, seus atores, etc, cria-se uma tabela onde podem ser registrados e classificados, constituindo

assim uma espécie de banco de dados⁵. Neste trabalho, essa etapa já foi realizada e o recorte temporal iniciou-se junto à formação do bairro Santa Tereza, antes mesmo da fundação da capital, e segue até os dias atuais. Na Fig. 5 tem-se o registro de um trecho do banco de dados desenvolvido pelo autor, no qual pode-se observar o cuidado com a questão da cores das categorias de fichamento, que são diretrizes permanentes do processo, sendo levadas até as etapas finais de tratamento gráfico e escrita.

Figura 5 - Trecho de Linha do Tempo (Banco de dados) - Planilha

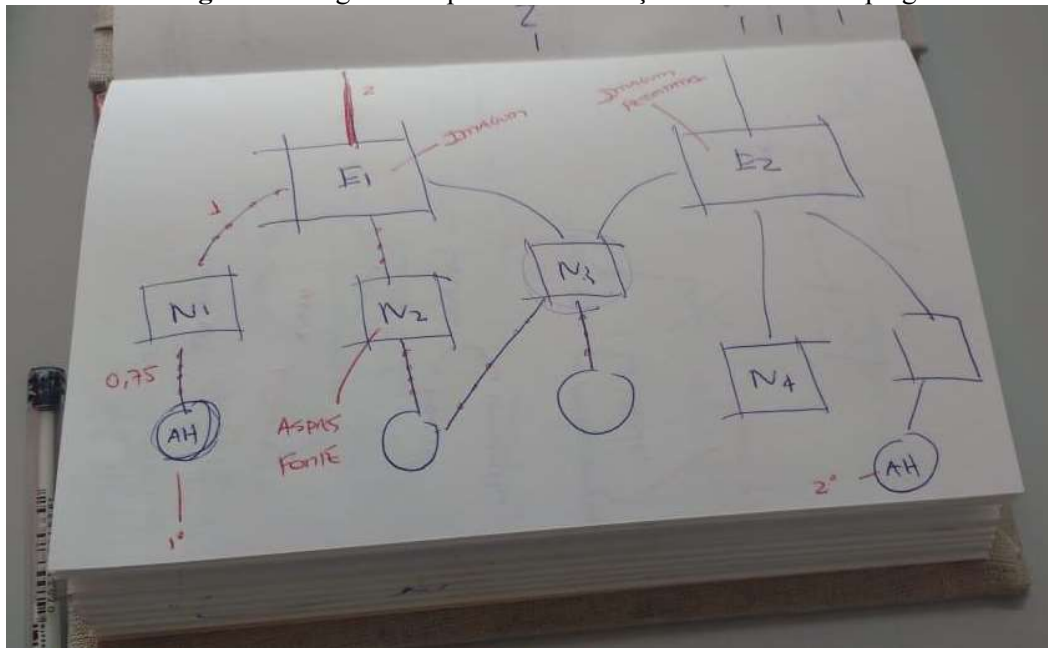
evento	Centro de Referência da Cultura Negra no Mercado	Fundação Municipal de Cultura assume o Mercado	Proposta do Teatro de Shakespeare no Mercado	Criação do coletivo Mercado Vivo + Verde	Primeiro Evento Mercado Vivo + Verde dentro da área do Mercado	FIV anuncia OUS Praça da Cidade	Miradores barram projeto Praça da Cidade / FIV suspende projeto Praça da Cidade	
narrativas	<p>"Após duas décadas de reatualização, o movimento do bairro não contava com a cultura negra como a potência mais estruturada em rituais, valores e tradições. Devo o contato e descobri-lo à local e ao possuir de um bairro que nasceu e acobim, constantemente, as mais diversas expressões estéticas da cidade. O que nos faz resgatar e uma nova instauração das artes, formas, atitudes e subjetividades do tratar os espaços públicos e comunitários da nossa cidade."</p> <p>"No decorrer da semana, será encaminhada a formação do atual Conselho, mediante a eleição representativa da comunidade em o governo, que acontecerá no processo de realização do espaço do Mercado." SANTA TEREZA TEM, 2015 em <https://globo.globo.com></p> <p>"Segundo Ledesma, José do Oliveira, presidente da Fundação Municipal de Cultura, o desafio será conciliar as dimensões: "F" o design da comunidade, de ser um espaço de convivência, serviços e comunitários; "V" a vocação da área para abrigar serviços, gastronomia, educação, oficinas, cultura, artes e eventos artísticos; "M" a gestão e sustentabilidade e manutenção do espaço. [...] Outros desafios da Fundação são garantir a Escola I Jan de Aguiar no espaço, fazer ligação para investir e beneficiar pessoas públicas privadas." SANTA TEREZA TEM, 2015 em <https://globo.globo.com></p>	<p>"Mercado de Santa Tereza será reaberto e devolvido a comunidade por meio da Fundação Municipal de Cultura. [...] A partir dessa semana, será encaminhada a formação do atual Conselho, mediante a eleição representativa da comunidade em o governo, que acontecerá no processo de realização do espaço do Mercado." SANTA TEREZA TEM, 2015 em <https://globo.globo.com></p>	<p>"[...] Não há ainda apresentado um cronograma para o local que recebe a realização do projeto. Foi enviado relatório sobre o uso do espaço e após um levantamento, procuramos, de acordo com o projeto, como pode ser utilizado no espaço, mas a ideia não está sendo aceita. Há na proposta o intuito, a ideia de criar uma sala de aula e um espaço de trabalho. Não se sabe exatamente quanto espaço temos e se é possível a ideia de criar um espaço de trabalho comunitário." SANTA TEREZA TEM, 2015 em <https://globo.globo.com></p>	<p>"[...] A ideia de criar uma sala de aula e um espaço de trabalho. Não se sabe exatamente quanto espaço temos e se é possível a ideia de criar um espaço de trabalho comunitário." SANTA TEREZA TEM, 2015 em <https://globo.globo.com></p>	<p>"[...] A ideia de criar uma sala de aula e um espaço de trabalho. Não se sabe exatamente quanto espaço temos e se é possível a ideia de criar um espaço de trabalho comunitário." SANTA TEREZA TEM, 2015 em <https://globo.globo.com></p>	<p>"[...] A ideia de criar uma sala de aula e um espaço de trabalho. Não se sabe exatamente quanto espaço temos e se é possível a ideia de criar um espaço de trabalho comunitário." SANTA TEREZA TEM, 2015 em <https://globo.globo.com></p>	<p>"[...] A ideia de criar uma sala de aula e um espaço de trabalho. Não se sabe exatamente quanto espaço temos e se é possível a ideia de criar um espaço de trabalho comunitário." SANTA TEREZA TEM, 2015 em <https://globo.globo.com></p>	<p>"[...] A ideia de criar uma sala de aula e um espaço de trabalho. Não se sabe exatamente quanto espaço temos e se é possível a ideia de criar um espaço de trabalho comunitário." SANTA TEREZA TEM, 2015 em <https://globo.globo.com></p>
ator humano	Maurício Tzumbá Coordenação Nacional dos Entidades Negras ONG Casa Africa	Maurício Tzumbá ACBIST Estado de Minas	Salve Santa Tereza ACBIST IBIL Arquibautaria Salve Santa Tereza	Instituto Gandarela IBIL Arquibautaria Salve Santa Tereza	Mercado Vivo + Verde Salve Santa Tereza ACBIST	Mercado Vivo + Verde Salve Santa Tereza ACBIST	FIV Engenharias Salve Santa Tereza ACBIST	FIV Engenharias Salve Santa Tereza ACBIST
ator não humano	Rosália Dinop Embaixada de Senegal Profiteira de Belo Horizonte Márcio Laventura Salve Santa Tereza ACBIST	Rosália Dinop Kairine Gonçalves Carneiro Profiteira de Belo Horizonte Salve Santa Tereza ACBIST	Feira Terra Viva Feira de Artesanato de Santa Tereza Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana Articulação Mineira de Agroecologia Coletivo de Pajulhões Barradas Populares	Feira Terra Viva Feira de Artesanato de Santa Tereza Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana Articulação Mineira de Agroecologia Coletivo de Pajulhões Barradas Populares	Mercado Vivo + Verde Salve Santa Tereza ACBIST	Mercado Vivo + Verde Salve Santa Tereza ACBIST	Complexo Andrades OUS Praça da Cidade Operação Urbana ADE	Complexo Andrades OUS Praça da Cidade Operação Urbana ADE

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A partir dessa organização dos dados, pode-se realizar a confecção de uma outra Linha do Tempo, agora digital e que lança mão de recursos gráficos. Seu objetivo é dinamizar a visualização desses dados e permitir o desenho de arranjos e formações de grupos. Numa espécie de ramificação, os eventos se ligam às suas narrativas que, por sua vez, se ligam aos seus atores associados. Essa disposição permite a sobreposição e interseção dos elementos, deixando evidente que os eventos podem compartilhar narrativas, assim como as narrativas podem compartilhar atores. Na Fig. 6, pode-se ver um dos primeiros esboços do esquema de funcionamento da linha do tempo gráfica, feito em dos momentos iniciais de esforço coletivo da pesquisa.

⁵ Geralmente, os bancos de dados são produzidos em formato de planilha e de preferência em documentos compartilháveis *online* a fim de facilitar a troca de informação e a participação de diferentes pesquisadores.

Figura 6 - Registro do processo de criação da linha do tempo gráfica



Fonte: Indisciplinar UFMG, 2018.

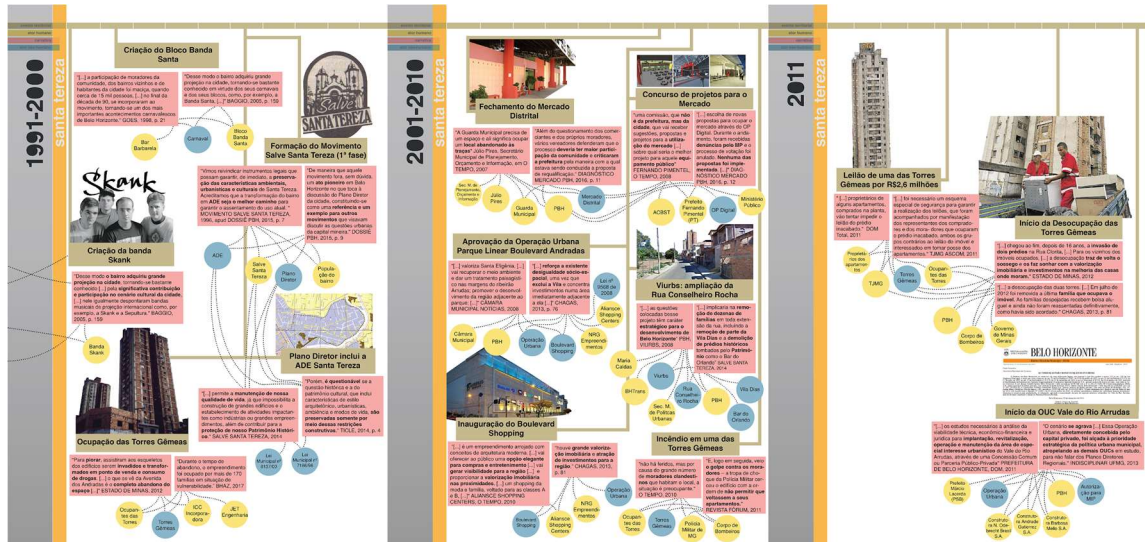
A ideia é fazer com que a linha do tempo seja apresentada principalmente de forma física — impressa, no intuito de ser usada em atividades que envolvam grupos interessados via oficinas, aulões, workshops, mapeamentos colaborativos, entre tantos outros dispositivos tecnopolíticos. As limitações impostas pelo fato de ser física, como a própria impressão, o tamanho da folha, etc, fazem com que essa dimensão temporal deva ser proporcional, escolhendo intervalos iguais de tempo, como por exemplo, um ano por folha de tamanho A4. Essa padronização acaba sendo estratégica na hora da análise. A escassez ou a abundância de eventos em determinado espaço de tempo pode significar muita coisa (Fig. 7).

Neste trabalho, essa etapa já foi realizada e houve a tentativa de seguir fielmente o formato proposto pelo método desenvolvido coletivamente. Ela foi feita em intervalos de décadas, desde 1890 até chegar no ano de 2011, onde iniciou-se uma separação por ano devido ao maior quantidade de acontecimentos emblemáticos para o bairro nesses últimos anos. Na figura abaixo pode-se observar um registro de um trecho da linha do tempo gráfica desenvolvida pelo autor.⁶ Esta linha foi exposta junto a um banner explicativo para representar este trabalho na semana de exposição dos iTCC (Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso), que

⁶ Como parte importante do trabalho, o material encontra-se em anexo à monografia. A Linha do Tempo Gráfica foi padronizada a partir de amplas discussões dentro da pesquisa 'Territórios Populares' e sua base diagramática foi desenvolvida por Marília Pimenta Chaves.

acontece todo semestre na Escola de Arquitetura da UFMG e tem o intuito de publicizar os trabalhos à comunidade acadêmica e promover o debate de ideias e troca de informações.

Figura 7 - Trecho da Linha do tempo gráfica de Santa Tereza



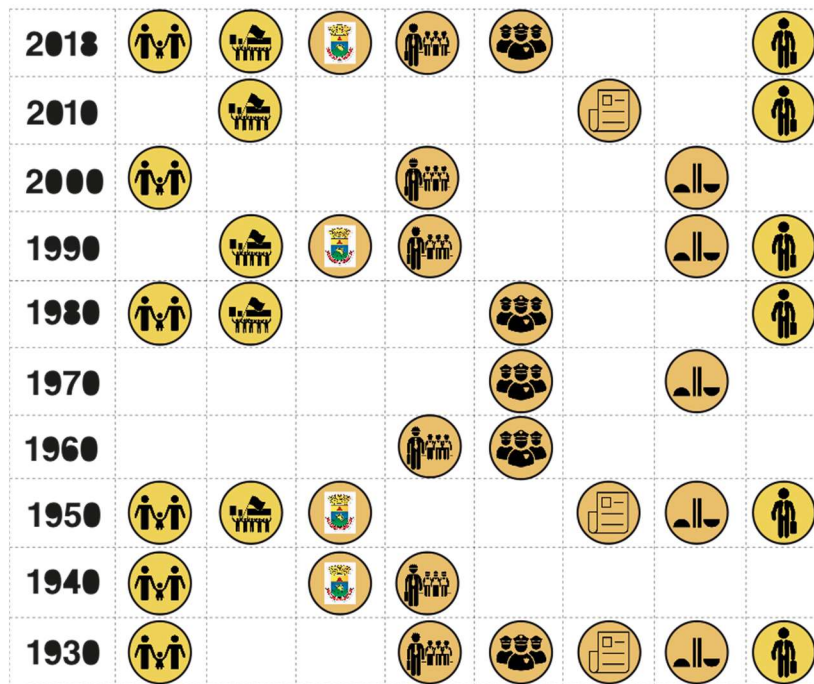
Fonte: Elaborado pelo autor. 2018

Vale ressaltar a intenção do uso das ilustrações dos eventos enquanto importante elemento imagético. Diretamente relacionadas aos eventos, as figuras constituem uma forma de elucidar os fatos, acrescentar informações, captar a atenção do usuário, além das possibilidades de composição gráfica na linha do tempo.

A Cartografia das Controvérsias prevê ainda outras aplicações dos dados levantados, como a confecção de quadros de agrupamentos de atores humanos e não-humanos, onde são associados no tempo (Fig. 8, 9 e 10).

Figura 8 – Quadro de agrupamento de atores humanos

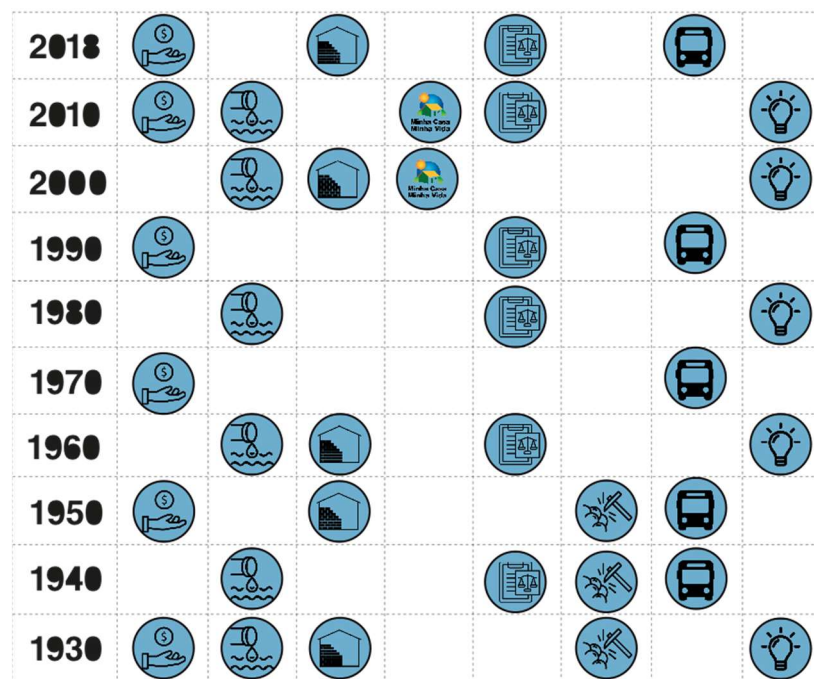
agrupamento dos atores humanos



Fonte: Indisciplinar UFMG, 2018.

Figura 9 – Quadro de agrupamento de atores não-humanos

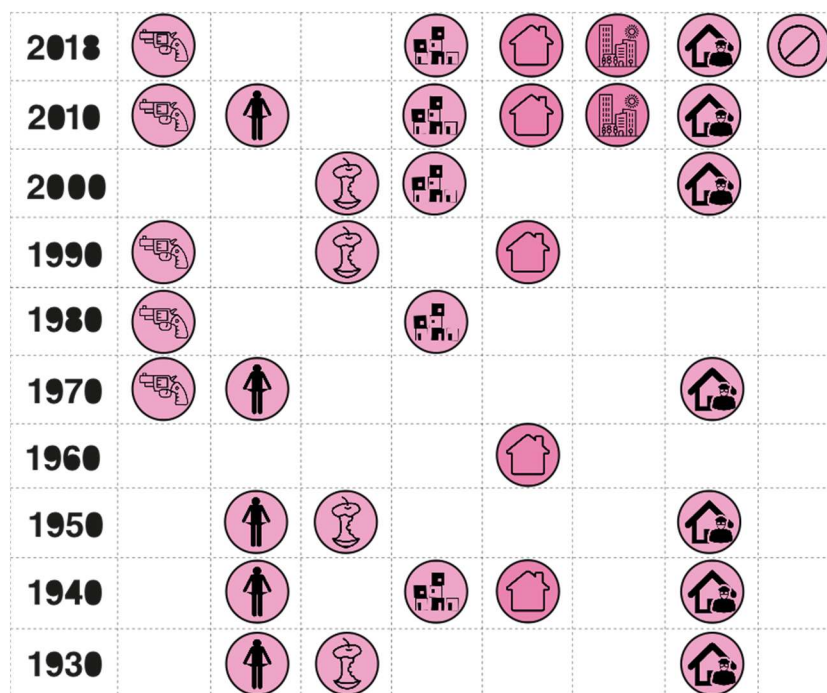
agrupamento dos atores não humanos



Fonte: Indisciplinar UFMG, 2018.

Figura 10 – Quadro de agrupamento de narrativas

agrupamento das narrativas



Fonte: Indisciplinar UFMG, 2018.

Com esse passo, pode-se chegar a novas constatações, questionamentos e inquietações. A sobreposição dessas informações permite analisar o contexto de maneira mais nutrida e complexificada.

1.3 Por uma Escrita Cartográfica

Toda essa produção de levantamento de dados, eventos, atores humanos e não-humanos, ações extensionistas, de pesquisa, será relatada ao longo do texto histórico cartográfico. Foucault vai propor uma arqueologia e em outro momento uma genealogia, que iria fazer emergir as outras vozes excluídas pela história oficial. A cartografia incorpora o procedimento cartográfico porque traz versões não oficiais e hegemônicas, mas também a voz dos excluídos, como sugere Foucault, além da experiência cotidiana dos pesquisadores envolvidos no processo⁷.

⁷ Inclusive utilizaremos monografias, dissertações e teses acadêmicas como fonte.

Haverá aqui uma tentativa de narrar linearmente e também realizar processos de busca de dados que estão envolvidos nos desdobramentos dos eventos e das redes em formação. Em muitos momentos, retomaremos histórias passadas, em outros, avançaremos nos desdobramentos que urgem.

Esse tipo de texto – historiografia cartográfica – se assemelha muito ao processo de investigação realizado na pesquisa Plataforma Urbanismo Biopolítico do qual participei, onde produzimos narrativas cartográficas e relatórios técnicos abordando diferentes contextos socioterritoriais de Belo Horizonte⁸. Neste texto monográfico, não temos condições técnicas para realizar os *hyperlinks* possíveis ofertados em plataformas digitais online como no caso desta pesquisa supracitada. Recorreremos a maneiras de enviar o leitor a outros momentos do texto, referentes a outros eventos da história do bairro e da cidade. Este é um exercício novo já que somente agora estamos sistematizando a narrativa cartográfica sobre Santa Tereza em um texto monográfico que, além de circular em formato digital, vai para as prateleiras de bibliotecas.

Assumir a própria contradição de utilizar uma narrativa histórica, linear, cruzando em alguns momentos com desdobramentos, ao invés de partir das controvérsias para buscar dados e elementos na história.

Portanto, segue a Cartografia.

⁸ Ver <http://pub.indisciplinar.com>

2 CARTOGRAFIA DE SANTA TEREZA

De forma a destacar os diversos **eventos**, **narrativas** e **atores humanos** e **não-humanos** presentes em meio ao trabalho, utilizaremos alguns recursos gráficos, como a legenda de cores prevista na categorização da Cartografia das Controvérsias, destaque sublinhado para as datas e a inclusão das partes da Linha do Tempo Gráfica referente aos períodos que forem sendo trabalhados ao longo do texto.

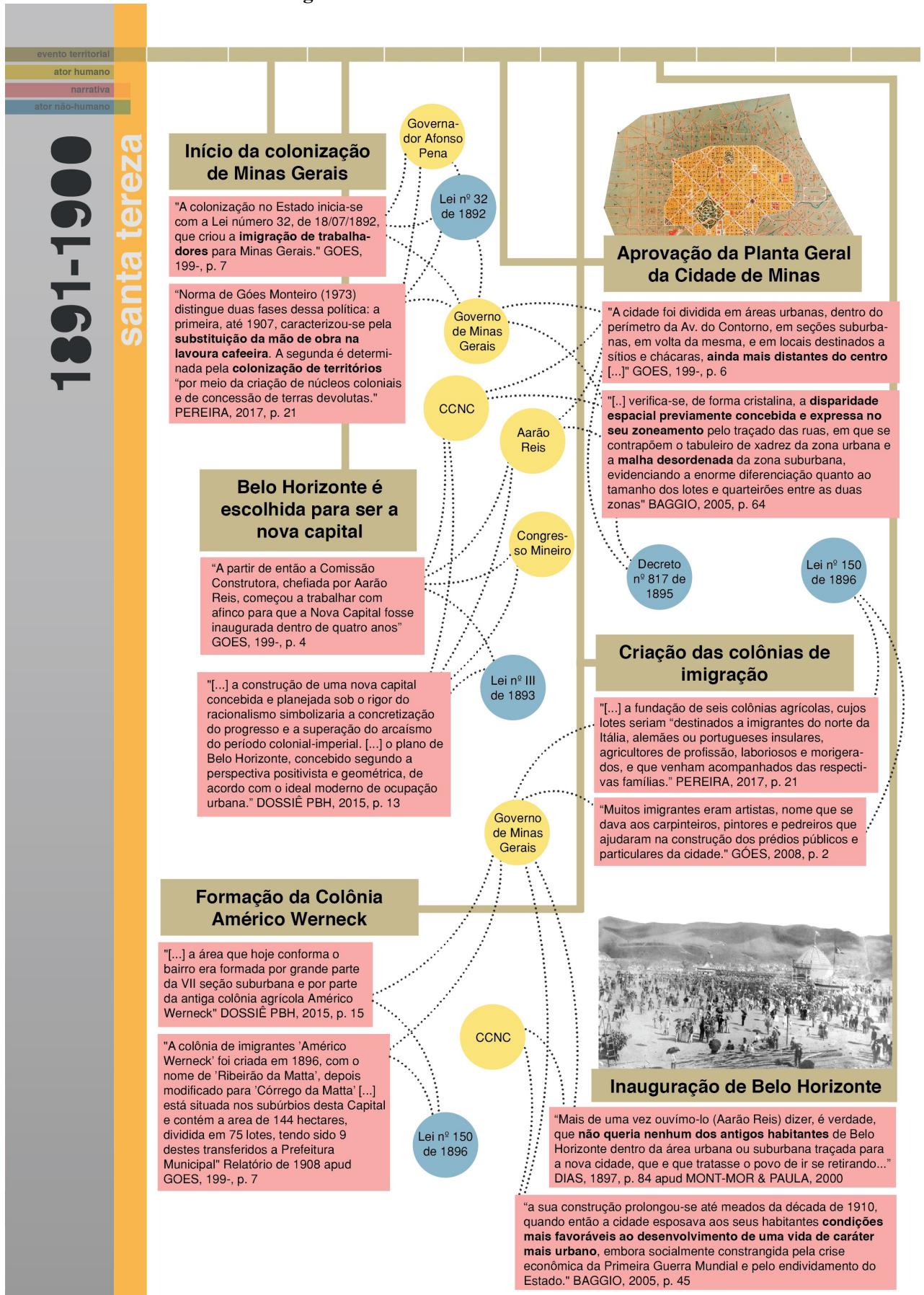
2.1 Formação histórica de Santa Tereza e Belo Horizonte até o fim do séc. XX

Em dezembro de 1893, através da Lei nº III/1893, o governo do estado de Minas Gerais escolheu para sediar a nova capital do estado a região ainda conhecida como Arraial do Curral Del Rei, de cerca de 4 mil habitantes. Sua localização central no estado e sua boa capacidade hídrica foram fatores condicionantes para esta escolha. O arraial, localizado nas mediações do Ribeirão Arrudas, era constituído por fazendas, chácaras e sítios, além de uma região central de oito ruas, provida de serviços e equipamentos.

A Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), equipe responsável pelo projeto e implantação da então ‘Cidade de Minas’, foi comandada pelo engenheiro Araão Reis e idealizava uma nova cidade, modernizada e que em nada se lembrasse ao velho arraial.

Mais de uma vez ouvimo-lo (Araão Reis) dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, que e que tratasse o povo de ir se retirando... (DIAS, 1897 *apud* PAULA & MONTE-MOR, 199-)

Figura 12 – Santa Tereza 1891-1900



Fonte: Elaborado pelo autor.

Contudo, o plano de fundação da cidade foi acompanhado pelo início de uma política de incentivo à imigração do **governo de Minas Gerais** em **1892**, devido tanto à **necessidade de povoamento** quanto à de **mais trabalhadores**, que encontravam, entre outros pequenos benefícios, a facilitação na aquisição de terras. E já em **1896**, de maneira adversa à prevista por Reis, grande parte da área da zona suburbana foi destinada aos núcleos coloniais. A **lei nº 150/1896** determinava a **fundação de cinco colônias agrícolas nas zonas suburbana e rural da nova capital**, cujo **terrenos seriam “destinados a imigrantes** do norte da Itália, alemães ou portugueses insulares, agricultores de profissão, laboriosos e morigerados, e que venham acompanhados das respectivas famílias.”⁹

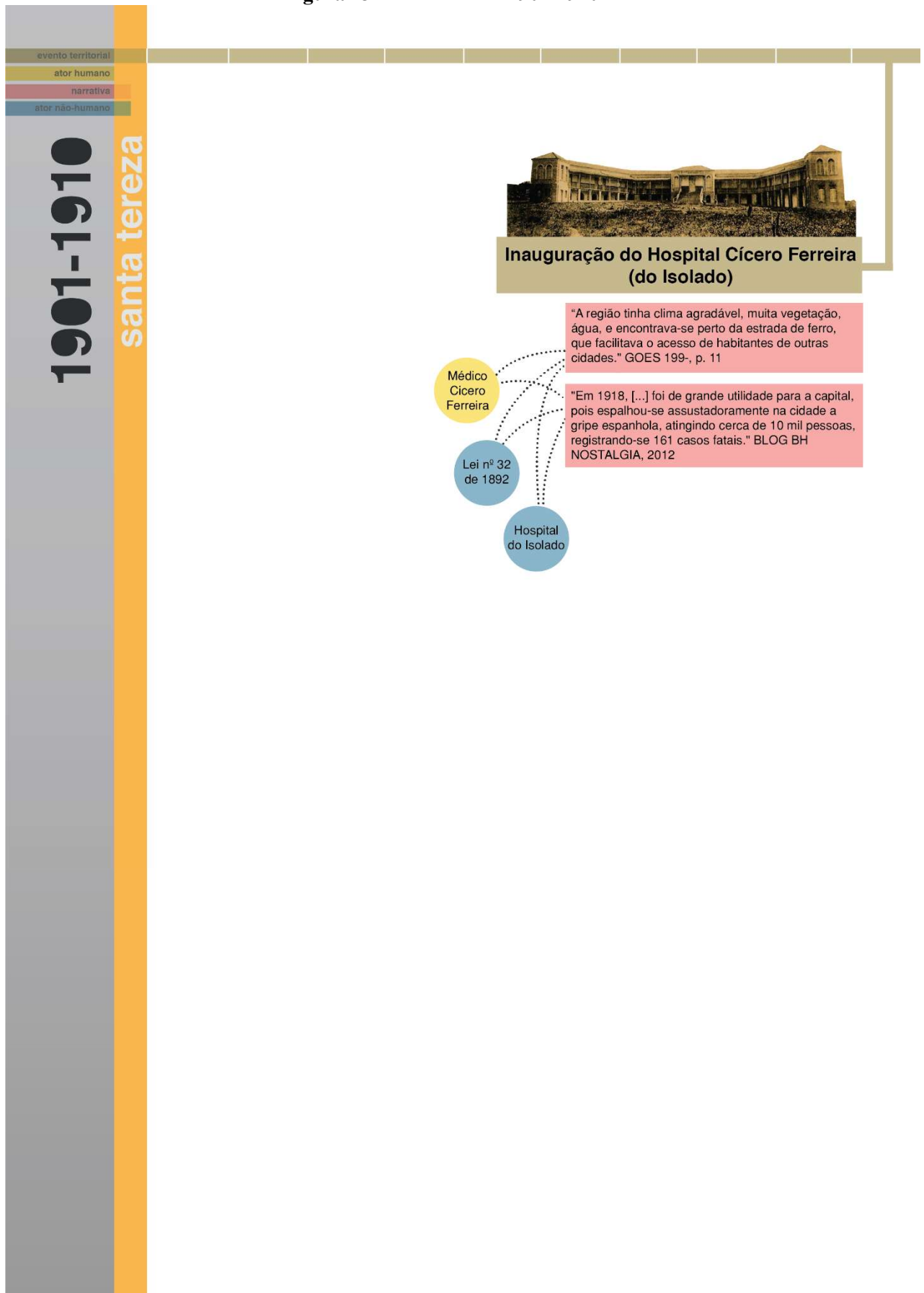
Dessa forma, originalmente ocupada por operários e colonos, a zona suburbana da nova capital se desenvolveu de maneiras distintas do restante da cidade. Andrade e Arroyo (2012, p.75) ressaltam que os bairros pericentrais, ou seja, os bairros lindeiros que foram desenvolvidos fora do perímetro da Avenida do Contorno, “se desenvolveram de forma relativamente autônoma da zona urbana”. De acordo com as autoras, esses bairros ficaram de certa forma e por mais tempo, imunes à constante mudança observada nos bairros dentro do perímetro da Avenida do Contorno.

É neste momento que data o início da constituição do que viria a ser Santa Tereza. Em **1898**, a **fazenda Boa Vista**, desapropriada pela **CCNC**, **deu lugar ao núcleo colonial Ribeirão da Matta**, posteriormente denominado **Colônia Agrícola Américo Werneck**, e foi habitada por **imigrantes e trabalhadores das obras de construção da cidade**. Sua área de 144 hectares era dividida em 75 lotes, em sua maioria retangulares e alguns triangulares, que ocupavam a encosta do vale do Córrego da Matta. Enquanto os lotes da porção norte possuíam em torno de 50 metros de largura e mais de 300 metros de profundidade, os da porção sul possuíam cerca de 40 metros de largura e aproximadamente 500 metros de profundidade. Em 1908, 66 dos lotes da colônia já estavam ocupados por uma população de 266 indivíduos, dentre os quais 147 brasileiros, 82 italianos, 30 espanhóis, 6 portugueses e 1 sueco (GOES, 2008, p.4).

Com a instalação de uma colônia de imigrantes, na sétima seção suburbana, que é onde está localizado o futuro bairro Santa Tereza, começa a região a receber melhoramentos do governo Estadual. Nos lotes coloniais os imigrantes plantavam e colhiam cereais, hortaliças, frutas e tudo mais que precisavam. Muitos imigrantes eram artistas, nome que se dava aos carpinteiros, pintores e pedreiros que ajudaram na construção dos prédios públicos e particulares da cidade. (GÓES, 2008, p. 2).

⁹ MINAS GERAIS, Lei 150, 20 de Julho de 1896, Artigo 3º.

Figura 13 – Santa Tereza 1901-1910



Fonte: Elaborado pelo autor.

No início do Séc. XX, alguns equipamentos construídos se constituíram como elementos estruturantes na consolidação do bairro, demarcando, inclusive, fluxos viários predominantes até os dias de hoje. São eles: a **Parada do Cardoso**, o **Hospital do Isolado** e a **Hospedaria dos Imigrantes**.

O **Hospital do Isolado** foi construído em **1910** para o **tratamento psiquiátrico e de doenças infectocontagiosas** na ponta leste do bairro. Sua ocupação deu-se ali porque, além de **Belo Horizonte possuir um clima favorável para tratamento de doenças respiratórias**, a área era **distante dos centros adensados e pouco povoada**, assim como **possuía boa cobertura vegetal e se localizava próxima à ferrovia**. O **Hospital** tratava doenças mais graves, como a tuberculose que, por ser considerada incurável naqueles tempos, levou esta área a uma condição de relativo isolamento em relação às outras partes da cidade, passando a ser, em grande medida, evitada pelas pessoas. (BAGGIO, 2005, p. 140). Mais tarde, em **1922**, o **Hospital** recebeu o nome de ‘Cícero Ferreira’ e ficou localizado em Santa Tereza até **1965**, quando foi **transferido** para o bairro Santa Efigênia pois, segundo a **prefeitura**, **já não era mais capaz de comportar a demanda crescente de pacientes**. No Santa Efigênia, ficou na Avenida Churchill até ser **novamente transferido** em **1970**, dessa vez para a Alameda Ezequiel Dias, onde funciona até hoje, porém com outras finalidades médicas.¹⁰

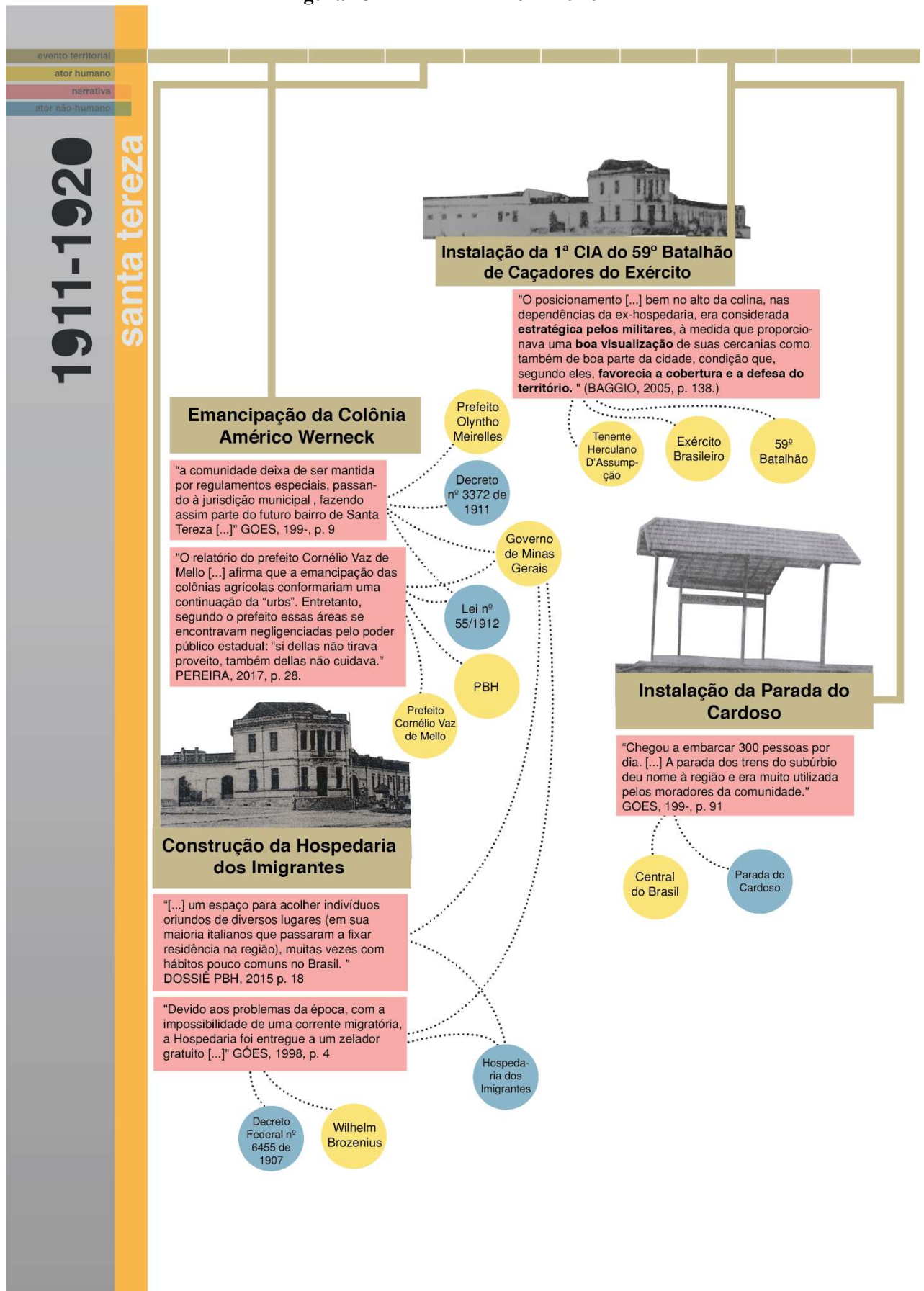
Figura 14 - Hospital do Isolado, década de 1940



Fonte: GÓES, 2008, p. 6.

¹⁰ Localizado na Alameda Ezequiel Dias nº 345, o Hospital Infantil João Paulo II é especializado em pediatria.

Figura 15 – Santa Tereza 1911-1920



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Parada do Cardoso, construída em 1918, era uma estação de trens da Central do Brasil que interligava vários pontos da capital e cidades vizinhas. Localizada mais precisamente no encontro das Ruas Dolores do Indaiá, Alvinópolis e Conselheiro Rocha, a parada trazia bastante movimento à região, chegando a ter um fluxo de mais de 300 pessoas por dia, onde muitas se destinavam ao Hospital do Isolado.¹¹ (GÓES, 199-, p. 91).

A construção da Hospedaria dos Imigrantes em 1914, onde hoje é a Praça Duque de Caxias, desempenhou papel ainda mais estruturante na ocupação do bairro. Ela surgiu para suprir as demandas do Centro de Imigração da Capital, um grande galpão responsável pelo acolhimento e legalização dos imigrantes trabalhadores recém-chegados. Segundo Baggio (2005, p. 138), por conta da presença destes imigrantes é que, até meados da década de 1910, esta região ficou conhecida pelo nome de Imigração. Entretanto, após o fim da construção da Hospedaria o fluxo migratório já havia diminuído bastante devido à Primeira Guerra Mundial, fazendo com que o edifício ficasse totalmente subutilizado. Em 1914 ele mudou de função e passou a servir para a instalação da 1ª Companhia do 59º Batalhão de Caçadores do Exército, e posteriormente substituído pelo 5º Batalhão da Força Pública¹² em 1924. A localização do prédio era considerada estratégica pelos militares pois, de acordo Baggio (2005, p.138), “proporcionava uma boa visualização de suas cercanias como também de boa parte da cidade, condição que, segundo eles, favorecia a cobertura e a defesa do território”. A chegada dos oficiais fez com que muitos se tornassem residentes do bairro, trazendo consigo suas famílias.

Essa ocupação dos militares trouxe vários impactos para a urbanização da região, como o estímulo à abertura de novos estabelecimentos comerciais, à construção de escolas e melhorias de infraestrutura. Segundo Baggio (2005, p. 140), a presença do quartel “exerceu um efeito indutor na ocupação e no crescimento destas paragens, o que levou a prefeitura, na época, a destinar verbas para diversas obras na região, como, por exemplo, abertura de ruas, calçamento e canalização.” Além disso, atraiu também a extensão da linha de bondes da cidade para Santa Tereza. Antes o bonde alcançava a esquina da Av. do Contorno com R. Hermílio

¹¹ A parada foi desativada na década de 50. “O motivo alegado pela Central do Brasil foi a falta de passageiros para os trens do subúrbio em função do aumento do tráfego de bondes, ônibus e lotações. A parada dos trens do subúrbio deu nome à região e era muito utilizada pelos moradores da comunidade. A estação tinha uma pequena plataforma e uma cobertura com telhas para proteger os usuários do sol ou da chuva. Na Parada do Cardoso embarcava-se nos trens de subúrbio para o centro da cidade, Bairro Industrial, Barreiro, Betim e outras regiões. Embarcava-se também para Marzagão, Borges, General Carneiro, Roças Grandes, Sabará, Caeté e outras localidades, para o lazer ou por motivos religiosos. A Parada do Cardoso recebia também passageiros destinados ao Hospital Cícero Ferreira. Era a maneira mais fácil de chegar ao hospital, para quem morava no interior”. (GOES, 199-, p. 91)

¹² Este último deixa o bairro na década de 1960 e atualmente tem-se no local o Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais.

Alves, e agora, em 1926, ele chegava até a porta do quartel, na “pracinha” (futura Praça Duque de Caxias). A presença militar no bairro teve participação relevante no processo de constituição e colonização da área para além da atração de infraestrutura urbana, adquirindo um caráter subjetivo também, como observa Vera Westin¹³:

A presença militar deixou sua marca nas relações e na toponímia de Santa Tereza. As ruas com nomes de patentes militares se destacam entre as numerosas denominações de minerais e alguns poucos personagens de outras origens, e a praça principal não deixa dúvidas sobre essa influência, também invocada com frequência pelos moradores, que atribuem a vocação musical do bairro à presença cotidiana da banda do quartel e dos moradores que a integram. (WESTIN, 1998, p. 68 apud BAGGIO, 2005, p. 139)

Figura 16 - Hospedaria dos Imigrantes, início Séc. XX



Fonte: GÓES, 2008, p. 4

O decreto municipal de 5 de fevereiro de 1912 oficializou a emancipação das colônias agrícolas e sua incorporação à zona suburbana da capital. De acordo com Aguiar (2006, p. 296) tal feito “teria sido uma forma de o governo mineiro recompor a concepção espacial proposta pelo plano da CCNC”. As ex-colônias passaram a ficar, então, sob jurisdição da capital do estado, ficando sob sua responsabilidade a urbanização da área. A Colônia Agrícola Américo Werneck foi incluída na sétima seção suburbana de Belo Horizonte, o que abrangia a área que viria a se tornar o bairro Santa Tereza.

Nesse momento, o poder público municipal se responsabilizou por essas áreas e concentrou esforços na regularização e levantamento cadastral da ocupação do território. Em

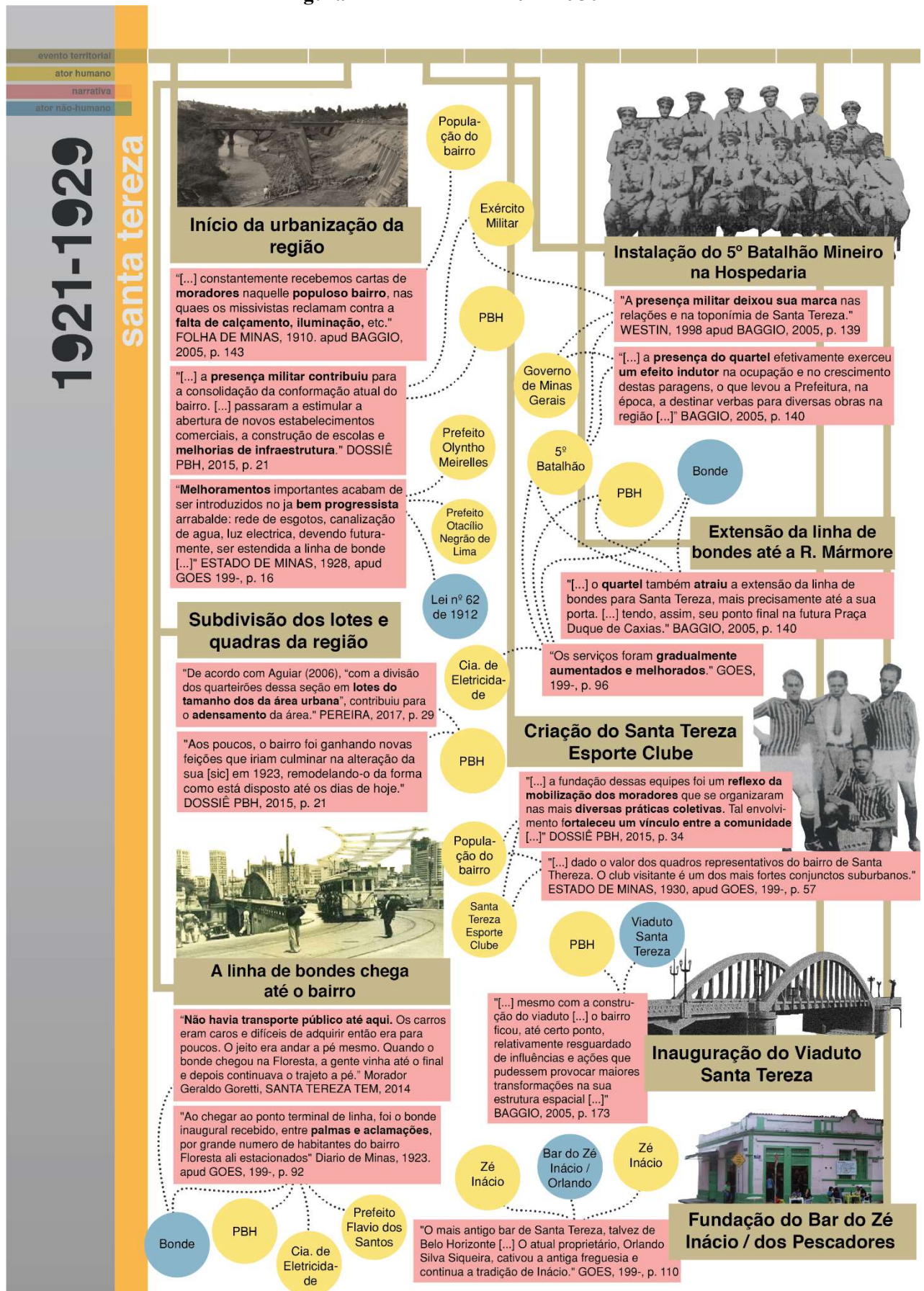
¹³ WESTIN, Vera L. C. *Santa Tereza na Construção Cotidiana da Diferença: um estudo sobre interações comunicativas e apropriação simbólica no espaço urbano: um bairro da Belo Horizonte do final do século*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. p.68. (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social).

relatório apresentado aos Membros do Conselho da Capital, em 1915, o então **prefeito Cornélio Vaz de Mello** analisa de maneira crítica a atuação do **governo estadual** nas colônias “si dellas não tirava proveito, também dellas não cuidava”, assim como a apropriação dos lotes por parte dos colonos:

Nelles fizeram edificações sem alinhamento nem nivelamento, retalharam-nos, vendendo partes a terceiros, abriram ruas com largura de 10 metros, e mesmo até de menos, becos sem saída, faltando em todas água canalizada e o respectivo esgoto. [...] A administração vai, porém, pouco a pouco corrigindo as referidas irregularidades, deixando o resto ao tempo, esse grande factor, que no geral tudo resolve e conserta. (BELLO HORIZONTE, 1915, p. 8)

Mesmo assim, de acordo com Aguiar (2006, p. 306), **a incorporação das colônias agrícolas à zona suburbana** não garantiu a imediata transformação desses espaços rurais em espaços urbanos, nem permitiu a retomada do plano da CCNC para essas áreas. Porém “a emancipação e a incorporação à cidade foram os pontos de partida para vários processos que foram transformando os espaços rurais das antigas colônias em bairros suburbanos” (AGUIAR, 2006, p. 302).

Figura 17 – Santa Tereza 1921-1930



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse momento, a área da ex-colônia Américo Werneck seria ocupada por “pequenos comerciantes, trabalhadores e produtores rurais, acomodados em pequenas casas situadas em grandes extensões de lote” (FMC, 2015, p. 24), enquanto a parte da VII seção suburbana que viria a se tornar Santa Tereza seria ocupada por “operários, pequenos comerciantes e funcionários públicos de pequeno escalão” que moravam em “casas em lotes individuais, conjuntos chamados vilas, em que várias casas de aluguel barato ocupavam um mesmo lote” (AGUIAR, 2006, p. 163). Alguns anos depois, em 1923, a prefeitura iniciou o processo de reparcelamento do solo nas áreas suburbanas, subdividindo seus lotes. De acordo com Aguiar (2006), a alteração do traçado da VII seção suburbana “com a divisão dos quarteirões dessa seção em lotes do tamanho dos da área urbana”, contribuiu para o adensamento da área. Muitos destes lotes foram vendidos a preços muito baixos ou doados a oficiais do exército, funcionários públicos e trabalhadores.

O crescimento inesperado da zona suburbana deve-se também ao grande aumento da população de Belo Horizonte na década de 1920 que, segundo Aguiar (2006, p. 366), intensificou “os conflitos decorrentes do uso e da ocupação do espaço urbano” na cidade. Somente no ano de 1928, o número de projetos construtivos avaliados pela prefeitura na zona urbana cresceu 200%, enquanto que na zona suburbana cresceu 300%, sendo que um terço dos projetos era localizado na área ocupada pelo Santa Tereza (PEREIRA, 2017, p. 32). A partir desse momento, as habitações precárias da época da construção da cidade e das colônias agrícolas foram sendo substituídas pela arquitetura eclética do início do séc. XX.

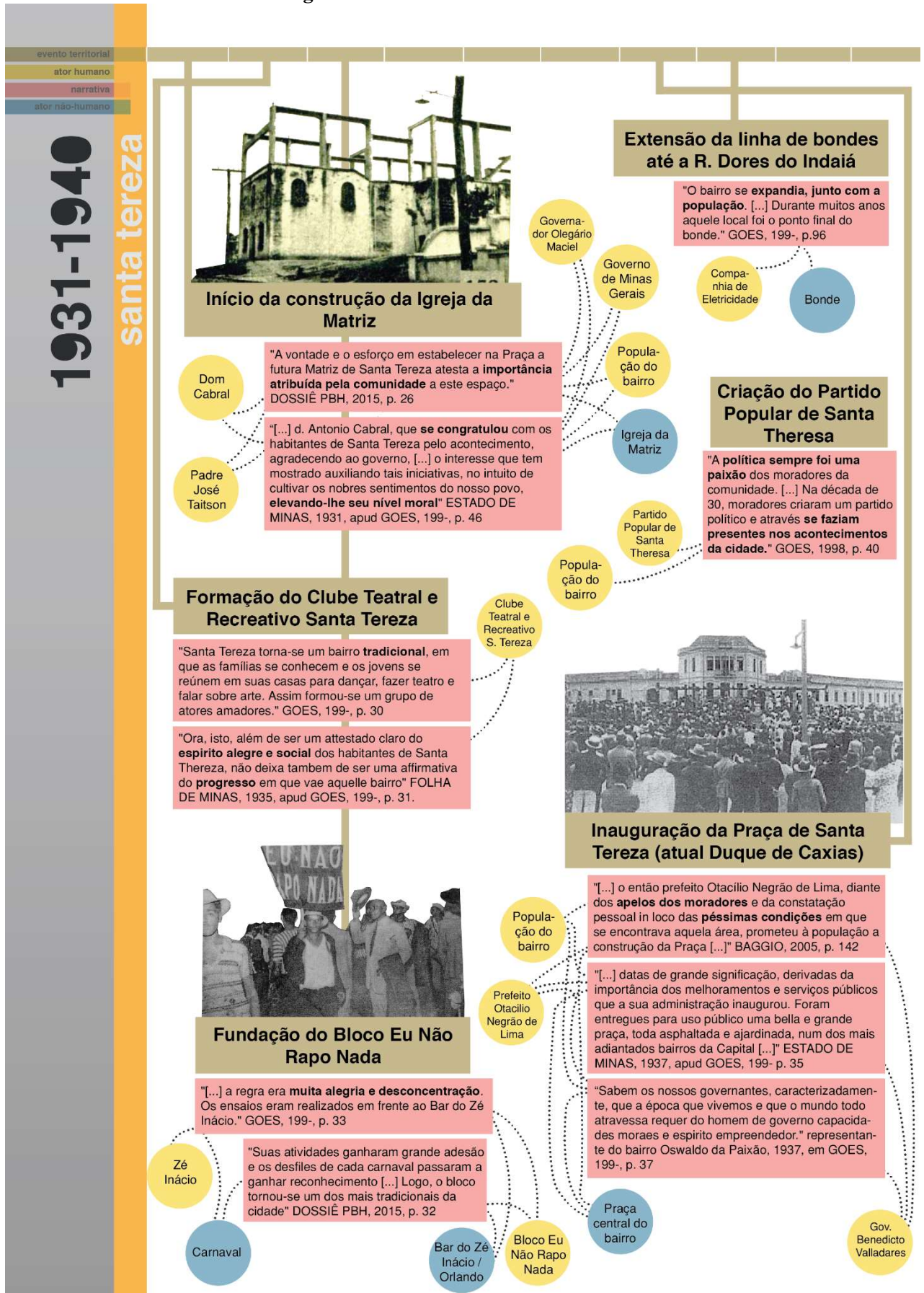
Junto a isso, o 5º Batalhão Mineiro (antiga Hospedaria) e o Hospital do Isolado “impulsionaram uma nova redistribuição territorial do bairro, que demandou por melhorias e investimentos por parte do poder público municipal.” (FMC, 2015, p. 24) Neste sentido, já nos anos 1920, a prefeitura começou a realizar diversas ações e obras na área, como canalização, calçamento, abertura de ruas e obras de implantação e ampliação da rede elétrica e de esgotos. O que fez com que, aos poucos, Santa Tereza fosse ganhando novas feições, várias delas ainda existentes no bairro até hoje.

Entre as melhorias na infraestrutura do bairro pode-se citar a chegada da linha do bonde (1923) e sua posterior expansão (1926), como já mencionado, o qual teve um forte papel no estímulo da ocupação da região, assim como na construção do viaduto Santa Tereza em 1929 para que se pudesse conectar os bairros Santa Tereza e Floresta ao centro. O início do

funcionamento do bonde foi muito marcante no bairro, ao ponto de influenciar até mesmo na mudança de seu nome:

A designação/oficialização de Santa Tereza deu-se apenas em 1928, sendo uma reivindicação de um grupo de moradores da própria comunidade. O nome do bairro teria sido sugerido pelo Capitão José Pinto de Souza, do 5º Batalhão da Força Pública, por inspiração, e analogia, do bairro homônimo da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que ambos os bairros localizam-se em áreas topograficamente mais altas, bem como por um paralelismo relativo a um aspecto do transporte nestes dois bairros, isto é, do aqueduto por onde passa o bonde de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro, e do Viaduto Santa Tereza, por onde também passava a linha de bondes que, por sua vez, proporcionava a conexão do bairro de Santa Tereza à região central de Belo Horizonte. Já a colocação do nome Santa Tereza nos bondes que serviam ao bairro, deu-se a partir de 1º de abril de 1928 por solicitação dos próprios moradores à Companhia de Eletricidade. (BAGGIO, 2005, p. 141)

Figura 18 – Santa Tereza 1931-1940



Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que a linha do bonde é expandida em 1938 até a esquina das Ruas Dolores do Indaiá e Bocaiúva. De acordo com GÓES (199-, p.96), “O bairro se expandia, junto com a população”. Ainda na questão da mobilidade urbana, o bairro ganha em 1930 uma linha de ônibus, que se manteve bastante limitada por muitos anos.

Figura 19 - Bonde atravessando o Viaduto Santa Tereza em direção à Rua Itambé, 1945



Fonte: Fundação Municipal de Cultura, 2015, p. 24.

Outra melhoria é a famosa praça central de Santa Tereza, a Praça Duque de Caxias, construída em 1937, em função de reivindicações da própria comunidade local, devido às precárias condições que se encontrava a área. Localizada em um ponto central do bairro, entre duas ruas muito movimentadas (Rua Mármore e Rua Salinas)¹⁴ e ao lado do 5º Batalhão, a praça se firmou “como um lugar de encontro dos moradores e palco de inúmeras manifestações cívicas e políticas” (FMC, 2015, p. 26) Dessa forma, a praça adquiriu um papel de destaque no imaginário local, tornando-se uma das mais fortes referências culturais e identitárias de Santa Tereza.

Bem em frente à praça, na Rua Mármore, nesse mesmo período, acontecia a construção da Igreja da Matriz de Santa Tereza, que é considerada também um ícone identitário do bairro. Suas obras se iniciaram no ano de 1931 em um terreno doado pelo governo estadual e duraram

¹⁴ “Em meados da década de 1930, as principais vias de acesso já eram delimitadas pelas ruas Mármore, Salinas e Hermilo Alves, impulsionando um gradativo aumento do comércio oferecido à comunidade. A rua Mármore, em particular, concentrava diversos estabelecimentos como padarias, açougues, bares, barbearias, sapatarias, tinturarias e demais serviços comuns àquela época, destacando-se como um dos principais espaços de Santa Tereza.” (FMC, 2015, p. 25).

mais de 30 anos, porém já era usada em 1935. A construção foi mantida em grande parte pelo esforço da **comunidade local** em ações de arrecadação de fundos para tal. O levantamento da Matriz junto às reformas da praça de Santa Tereza fizeram com que esse setor se tornasse uma área central no bairro. A praça e seu entorno imediato se tornaram o principal lugar de encontro e reunião da comunidade, local de realização de festividades e atividades culturais, destacando-se, portanto, no universo da vida cotidiana e da sociabilidade do bairro.

Pode-se dizer que a participação ativa da comunidade em torno da construção da igreja aponta para um aspecto particular da história do bairro: **o trabalho coletivo e os fortes vínculos construídos entre os moradores**. Como exemplo desse expressivo senso de coletividade pode-se citar o surgimento de diversas ações e expressões de interação, lazer e manifestações culturais no bairro, em que muitas possuíam caráter popular e espontâneo. São elas: o **cinema na praça (1944)**, **agremiações e associações de moradores**, **clubes de teatro e cultura**¹⁵, **danceterias**, **times de futebol**, **organizações políticas**, **blocos de carnaval de rua**, etc.

O 5º Batalhão instalado na Praça em 1924, cria suas equipes de futebol em 1925, sendo seguido por outras agremiações, como o Santa Cruz, Paraguassu e Santa Tereza. O Clube Recreativo Teatral e Cultural, bem como o bloco carnavalesco Eu Não Rapo Nada se organizaram nos primeiros anos de 1930. Havia também romarias e piqueniques às cidades vizinhas, com pescarias e banhos nos rios Arrudas e no das Velhas. A Praça do Santa Tereza construída em 1937, era o local da reunião da cidade, com barraquinhas no meio de maio, e o footing, nos fins de semana. A preocupação dessa década foi levantar a parte superior da igreja e suas famosas torres. (GÓES, 2008, p. 5)

Essa efervescência cultural no bairro se fez muito presente até os dias de hoje, sendo um fator agregador no processo de apropriação dos espaços públicos como locais de manifestação. Seus clubes, blocos carnavalescos de rua populares, além de outros espaços e práticas culturais que se consolidaram puderam projetar o bairro no circuito cultural da cidade. Um grande exemplo disso é a **eclosão do Clube da Esquina** em **1971**, **movimento musical** que surgiu a partir de encontros de jovens músicos na esquina das ruas Paraisópolis e Divinópolis e que ficou famoso internacionalmente. Pode-se citar também a **fundação da do Sepultura** em **1984**, considerada a banda de metal brasileira mais famosa no mundo. Em **1991**, foi **criado o Skank**, banda de rock que ficou muito famosa.

¹⁵ Um dos clubes mais significativos foi o **Recreativo e Teatral de Santa Tereza**, aberto em **1932**. “Santa Tereza torna-se um bairro tradicional em que as famílias se conhecem e os jovens se reúnem nas suas casas para dançar, fazer teatro e falar sobre artes. Por este motivo forma-se um grupo de atores amadores. Em muitas oportunidades este grupo, que ainda não tem uma sociedade oficialmente constituída, se encontra e pensa fundar um clube, um local para dançar e promover cultura e outras aspirações da sua sociedade.” (GOMES, s/d, p. 99 apud FMC, 2015 p.)

Outro tipo de atividade que contribuiu para a integração cotidiana dos moradores foram os bares. Muitos armazéns e casas de vendas originados no início do séc. XX passaram gradativamente a adquirir aspecto de bar e se tornaram ponto de encontro e convívio entre os moradores ao longo dos anos. Bares extremamente tradicionais como o **Bar do Orlando** (antigo Bar do Zé Inácio / dos Pescadores, fundado em 1929), o **Bar do Bolão** (1961) e o **Bar Bocaiúva** (1976) foram emblemáticos na construção da imagem do bairro como um lugar marcado pela boemia.

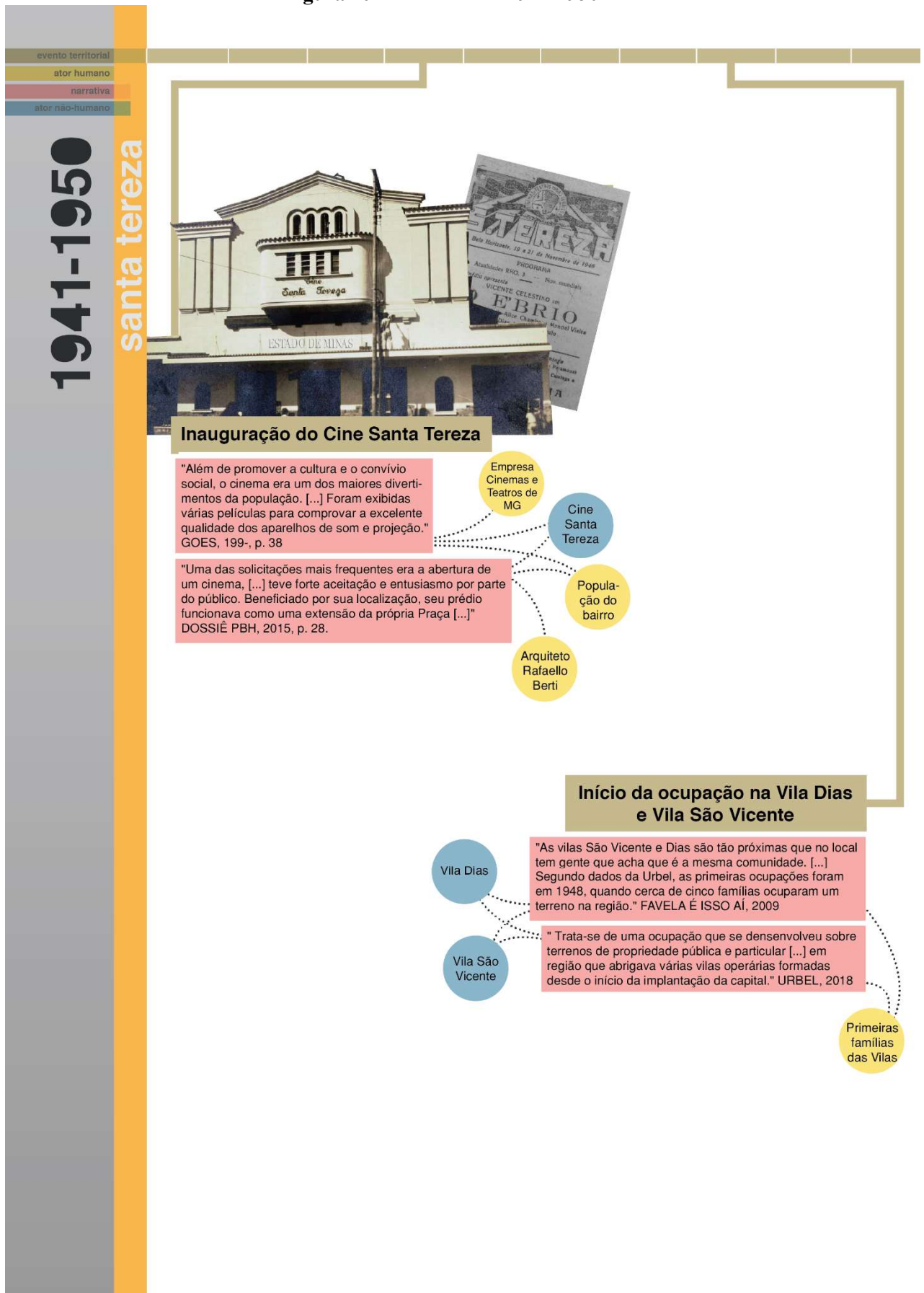
No dossiê de proteção do conjunto urbano de Santa Tereza, o corpo técnico da Diretoria Municipal de Patrimônio Cultural (FMC, 2015, p. 42) afirma que “os diversos locais de encontro e convivência que se formaram ao longo dos anos no bairro, [...] contribuíram para caracterizar uma proximidade entre os moradores e os instituir de uma sensação de pertencimento”. Baggio (2005) destaca o próprio território e a geografia como atores nesse processo:

(...) a constituição e a permanência deste quadro sócio-espacial ao longo dos tempos se atribui, em grande medida, ao relativo isolamento geográfico que o lugar experimentou durante um bom tempo em relação ao seu entorno, uma vez que ele se encontrava “fora” da zona urbana, demarcando, assim, uma *descontinuidade espacial* no processo mais geral de formação da cidade. Mas esta descontinuidade não se reduz apenas à dimensão territorial, mas se estende aos modos territoriais de vivência no/do bairro, que se traduzem por modalidades de uso e apropriação do espaço. Nesta perspectiva, a constituição de Santa Tereza deu-se de modo a manter, por várias décadas, um relativo distanciamento das influências do moderno e dos seus signos, aos modos dominantes da modernização, condição que, pela minha compreensão, está na base da formação de uma cultura de resistência e de permanência no bairro diante de uma modernização desenfreada e espacialmente degradante [...] Contribui, ainda, para esta singularidade de Santa Tereza a sua própria condição no âmbito do sistema viário da cidade, haja vista que este bairro não se configura, ao menos por enquanto, como um local de passagem, não estando seu espaço perpassado por grandes artérias de circulação. (BAGGIO, 2005, p. 168).

O crescimento histórico do bairro, no que tange à expansão de sua ocupação e aumento da oferta de serviços e atividades culturais, é acompanhado pelo desenvolvimento de sua infraestrutura, como o parcelamento das quadras, o aperfeiçoamento do transporte público, o calçamento e iluminação das vias, etc. Vale dizer que alguns desses **melhoramentos** foram realizados na gestão do **prefeito Otacílio Negrão de Lima**, na segunda metade da década de 1930. O prefeito era considerado um “benfeitor” do bairro já que em seu currículo constava a **construção da Praça de Santa Tereza** e a melhoria significativa de muitas ruas do bairro que, a partir de sua intervenção, foram abertas, canalizadas, pavimentadas, iluminadas, arborizadas, etc (GÓES, 199-, p. 18). É importante ressaltar que a gestão do referido prefeito realizou

intervenções fortemente baseadas no plano urbanístico proposto por Lincoln Continentino, nesse mesmo período.

Figura 20 – Santa Tereza 1941-1950

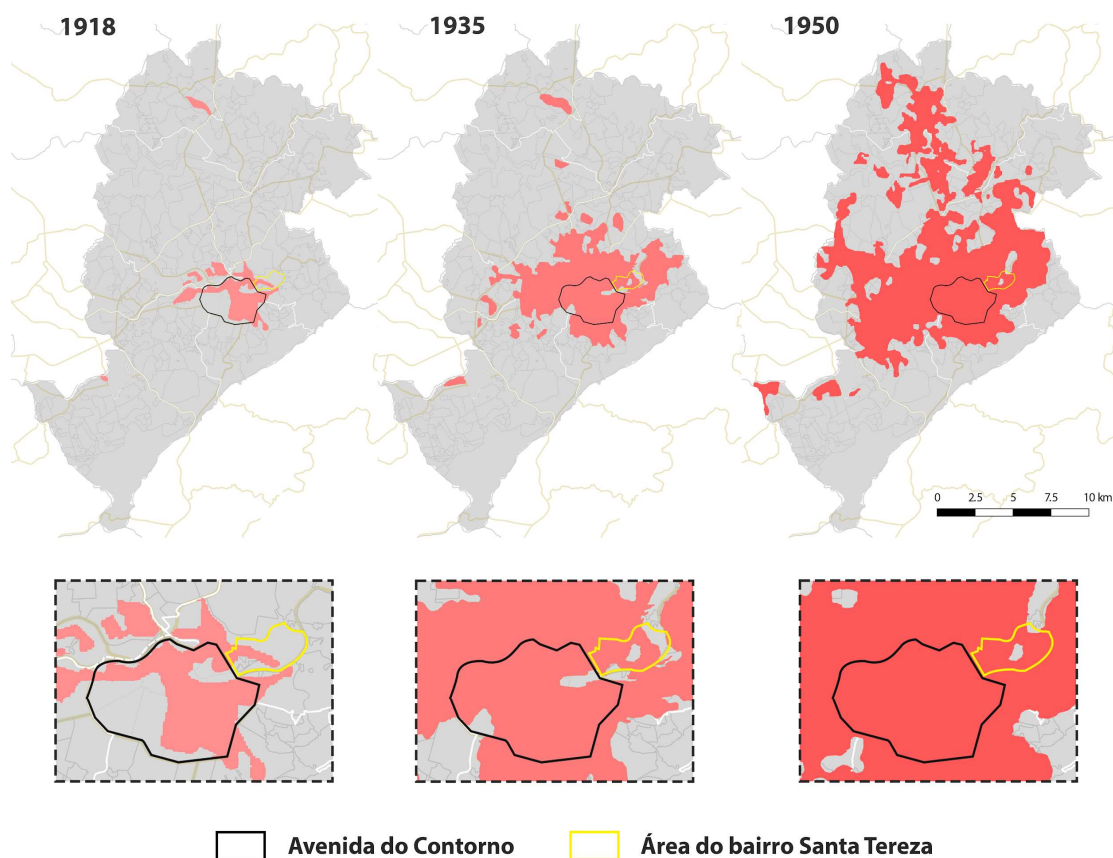


Fonte: Elaborado pelo autor.

Santa Tereza se desenvolve no contexto de implementação de algumas diretrizes do plano de Continentino para a cidade. Seu plano propõe uma expansão sistematizada e racional da cidade, trabalhando questões como zoneamento de áreas; ligação centro-periferia através de grandes avenidas; a subdivisão de terrenos suburbanos e novos loteamentos; e a elaboração de um código de edificações para a cidade. Embora este plano não tenha sido executado integralmente, ele proporcionou intervenções fundamentais na expansão de Belo Horizonte nas décadas de 1940 e 1950 não só através da prefeitura mas também do governo estadual. Destacam-se ações como a remoção das vilas e favelas da zona central da cidade e a abertura das avenidas sanitárias Pedro I (atual Avenida Antônio Carlos), Pedro II, Tereza Cristina, Silviano Brandão e Francisco Sá. Esta lógica cartesiana de tratamento do espaço urbano perpassou também pelo desenvolvimento da Pampulha, da Cidade Universitária, da Cidade Industrial e da Cidade Jardim.

Esse crescimento urbano caracterizado pela expansão para as periferias - especialmente em direção a Pampulha (Norte) e Cidade Industrial (Oeste) - significou o grande aumento da especulação imobiliária na cidade. Agentes da iniciativa privada realizavam loteamentos de grandes áreas sem providência de infraestrutura básica, formando assim bairros precários e longínquos.

Figura 21 - Evolução da mancha urbana em Belo Horizonte nos anos 1918, 1935 e 1950, com destaque para as áreas da Contorno e do bairro Santa Tereza



Fonte: Elaborado pelo autor. Mapa base: BELO HORIZONTE, 2015.

A partir dos anos 1950, já contando com uma boa infraestrutura, podia-se observar em Santa Tereza, de acordo com Baggio (2005, p. 142), o predomínio de construções de uso residencial no bairro e até mesmo o surgimento de pequenos edifícios. O aumento da população e o adensamento da área construída do bairro foram intensificados com o aumento estrutural da população urbana em Belo Horizonte, impulsionado pelo êxodo rural da década de 1960. A procura por lotes privilegiados (urbanizados e com boa infraestrutura) fez com os terrenos do bairro fossem mais valorizados e, portanto, ocupados por moradores de classe média e classe média-alta.

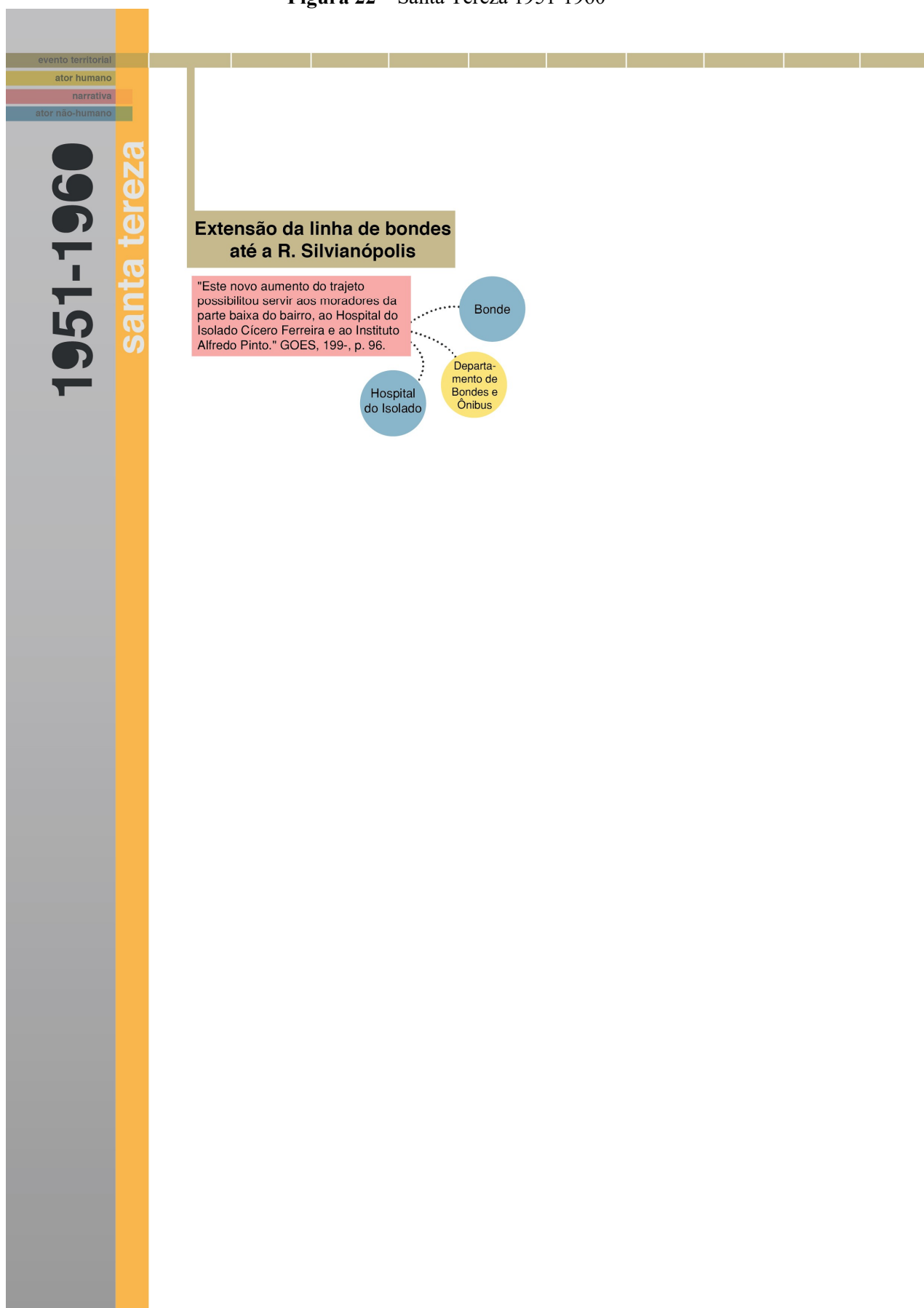
Esse crescimento da população urbana é acompanhado pelo surgimento da Vila Dias e da Vila São Vicente no final da década de 1940, outro fato importante na conformação histórica do bairro. Segundo a Urbel, a ocupação se desenvolveu sobre terrenos de propriedade pública e particular na porção sudoeste do bairro, próximo à região que abrigava várias vilas operárias formadas desde o início da implantação da capital. As primeiras ocupações se deram em 1948,

quando quatro famílias ocuparam um terreno extenso e acidentado. Ainda de acordo com a Urbel, as primeiras casas das Vilas eram barracos com telhado de lata e parede de adobe, a luz era de lamparina e a água era tirada de cisterna. Poucos anos depois, em meados dos anos 1950, houve a chegada de novos moradores, que ocuparam o local sem conflitos com as pessoas que já estavam assentadas ali. Segundo depoimento de Valter de Matos Matias, morador da Vila Dias desde 1959¹⁶, as novas famílias foram atraídas pela boa localização, com facilidade de acesso a hospitais, transporte coletivo, educação, comércio, fábricas e outros serviços e equipamentos; pelas oportunidades de trabalho no entorno e pelo fato de o terreno não possuir propriedade totalmente definida. Em meados da década de 1960, após o golpe militar, houve um grande crescimento da Vila Dias¹⁷, que seria explicado, segundo depoimento de Zé Maria, antigo morador da Vila, como uma “questão de segurança”. Zé Maria afirma que “o próprio governo militar teria promovido a aglomeração naquele local de famílias pobres vindas de cidades do interior do estado e de outras regiões da capital. O objetivo seria concentrar as famílias espalhadas pela cidade em locais específicos onde a vigilância fosse mais fácil” (PBH, 2014, p. 12).

¹⁶ Este relato consta nos estudos do PGE da Vila Dias, realizado pela Urbe (empresa contratada pela Urbel) onde vários moradores da Vila foram entrevistados e relataram boa parte da história da ocupação.

¹⁷ Segundo Márcio Antônio Lisboa da Silva “Peão”, no fim da década 1960 existiam cerca de 100 famílias ocupando o local. (Fonte: PBH. Caderno de Levantamento de Dados e Diagnóstico Social do PGE Vila Dias, 2014, p. 12)

Figura 22 – Santa Tereza 1951-1960

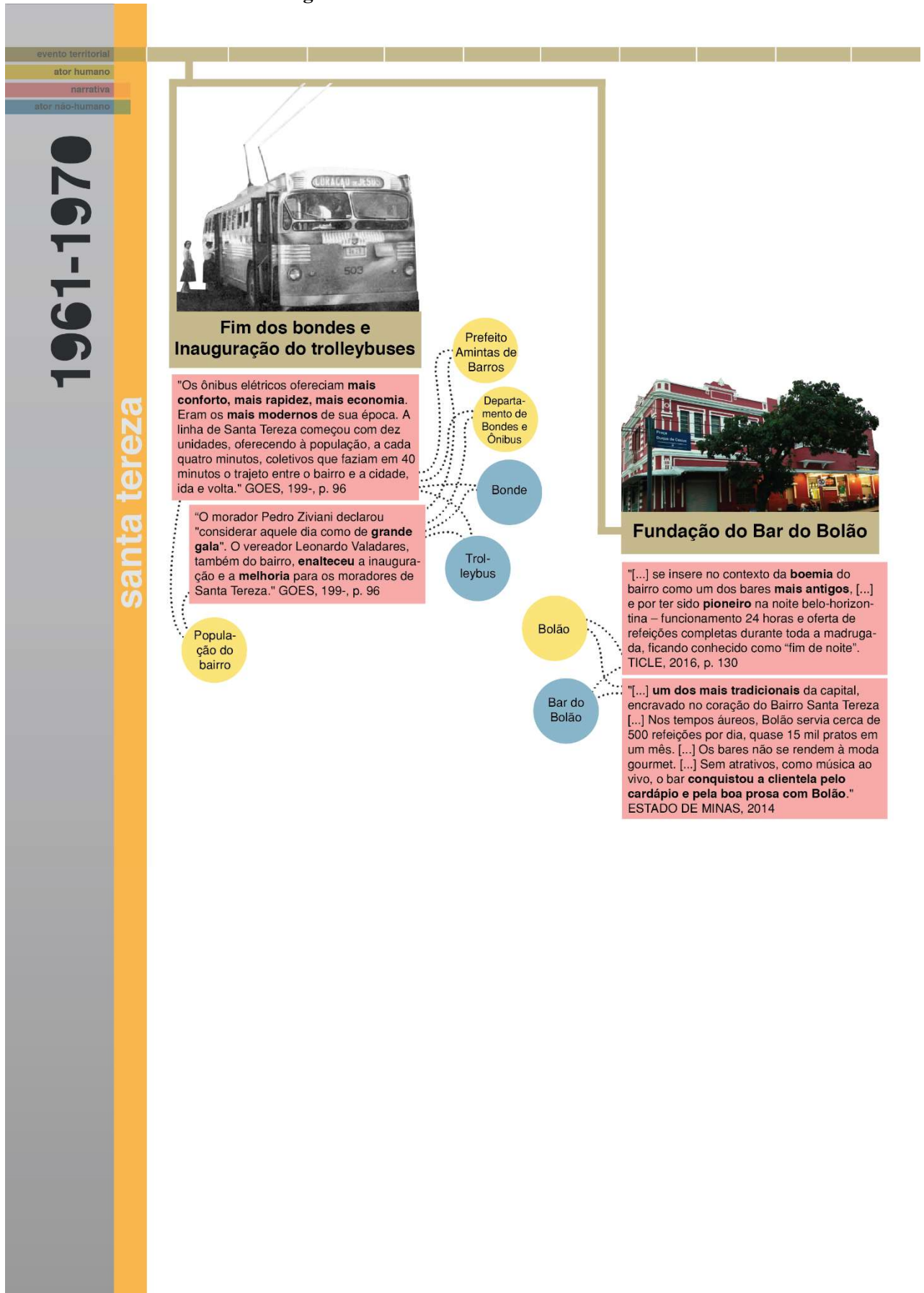


Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que em 1951 a linha do bonde Santa Tereza se expandiu para o setor leste do bairro, fazendo o ponto final na rua Silvianópolis. Esse aumento do trajeto possibilitou servir aos moradores da parte baixa do bairro, ao Hospital do Isolado Cícero Ferreira e ao Instituto Alfredo Pinto (GOES, 199-, p. 96). Naquela década, Belo Horizonte passava por um processo de substituição dos bondés por ônibus elétricos, o que fez com que, no ano de 1961, o departamento de Bondes e Ônibus da prefeitura inaugurasse a linha do novo meio de transporte que atenderia Santa Tereza. De acordo com GÓES (199-, p. 96), os *trolleybuses* (como eram chamados os ônibus elétricos na época) eram os mais modernos de sua época e ofereciam mais conforto, mais rapidez e mais economia.¹⁸

¹⁸ “A linha de Santa Tereza começou com dez unidades, oferecendo à população, a cada quatro minutos, coletivos que faziam em 40 minutos o trajeto entre o bairro e o centro da cidade, ida e volta. O ponto final, no centro, era na rua Tamóios e, em Santa Tereza, na rua Silvianópolis com Pirite.” (GOES, 199-, p. 96)

Figura 23 – Santa Tereza 1961-1970



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro importante evento na história do bairro é a instalação de uma Fábrica de Pregos, localizada na área hoje situada entre a Vila Dias e a linha do metrô. Porém esse acontecimento é cercado de indefinições, já que as fontes o relatam de maneiras e datas diferentes. Segundo matérias do site Santa Tereza Tem¹⁹, a fábrica passou a funcionar na década de 1960 se instalando em um edifício industrial (Fig. 24) construído na década de 1940 e de estilo *art déco*. Ainda de acordo com o site, a Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte identificou, através de um estudo, que o edifício já “constava erguido nas Plantas JK, que é o conjunto de plantas cadastrais da cidade concluído em 1942”²⁰. Já a Urbe e a URBEL (PBH, 2014, p. 13), em estudos do PGE da Vila Dias, colocam que no início dos anos 1970 ocorreram “várias instalações das Indústrias Reunidas São Lucas (fábricas de mangueiras, pregos e vassouras)”. O PGE apresenta ainda a história contada por Valdir Dias Ferreira, um antigo morador e líder comunitário:

[...] o dono das Indústrias São Lucas, chamado Eurico Gonzaga, aterrou o Ribeirão Arrudas para implantar uma fábrica de pregos, que ainda opera no local, o que teria ocasionado alteração do leito do ribeirão e contribuído para provocar uma grande enchente que atingiu a vila em 1979.²¹

Figura 24 - Fábrica de Pregos São Lucas, 2014



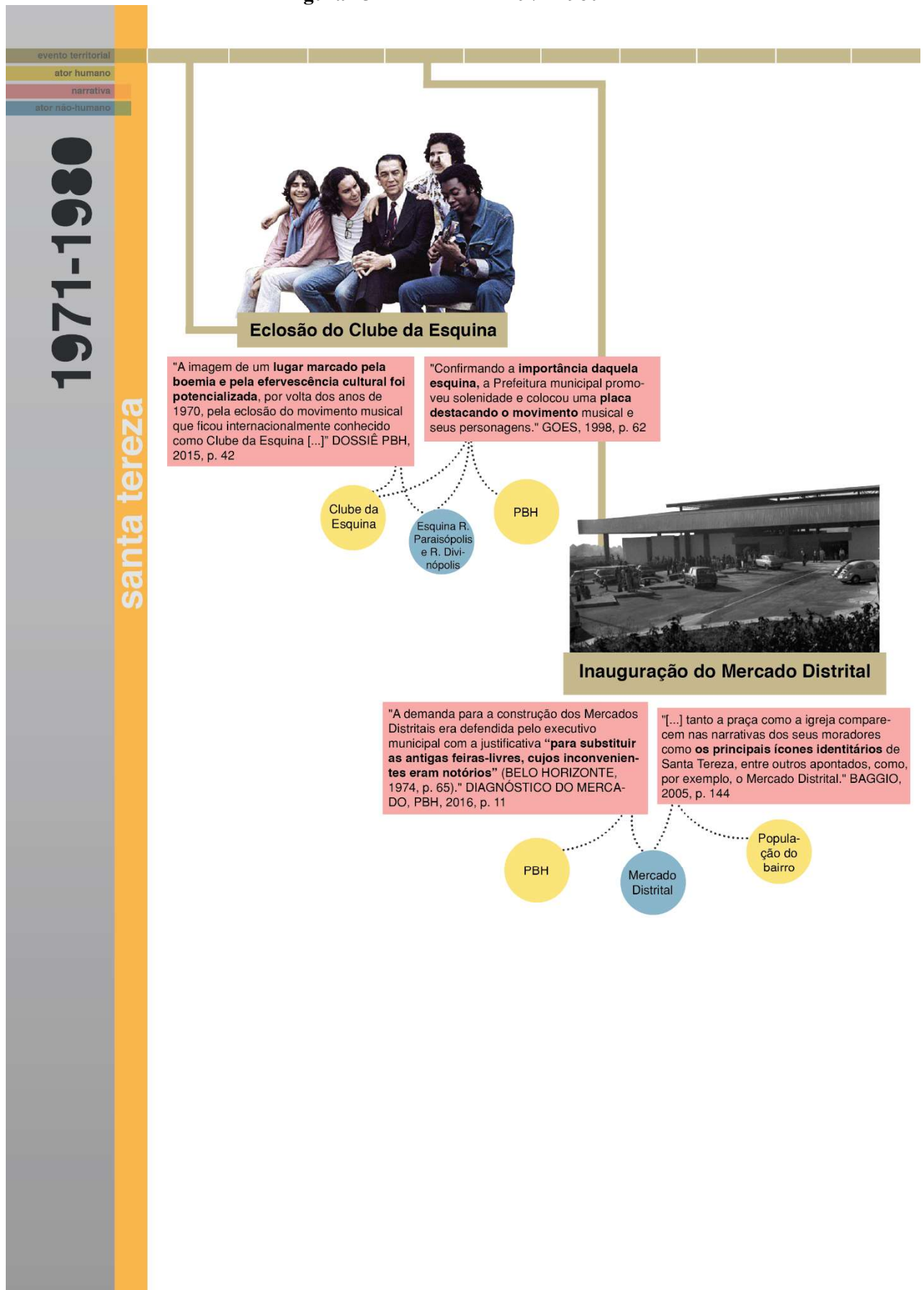
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2015, p. 70.

¹⁹ Portal de notícias construído pelos moradores de Santa Tereza com o objetivo de “valorizar e divulgar o bairro”. Ver em <<https://www.santaterezatem.com.br/quem-somos/>> Acesso em 14 de nov. de 2019.

²⁰ Fonte: Ver <<http://bit.ly/34YYZhx>> Acesso em 14 de nov. de 2019.

²¹ Fonte: Caderno de Levantamento de Dados e Diagnóstico Social do PGE Vila Dias, 2014, p. 13.

Figura 25 – Santa Tereza 1971-1980



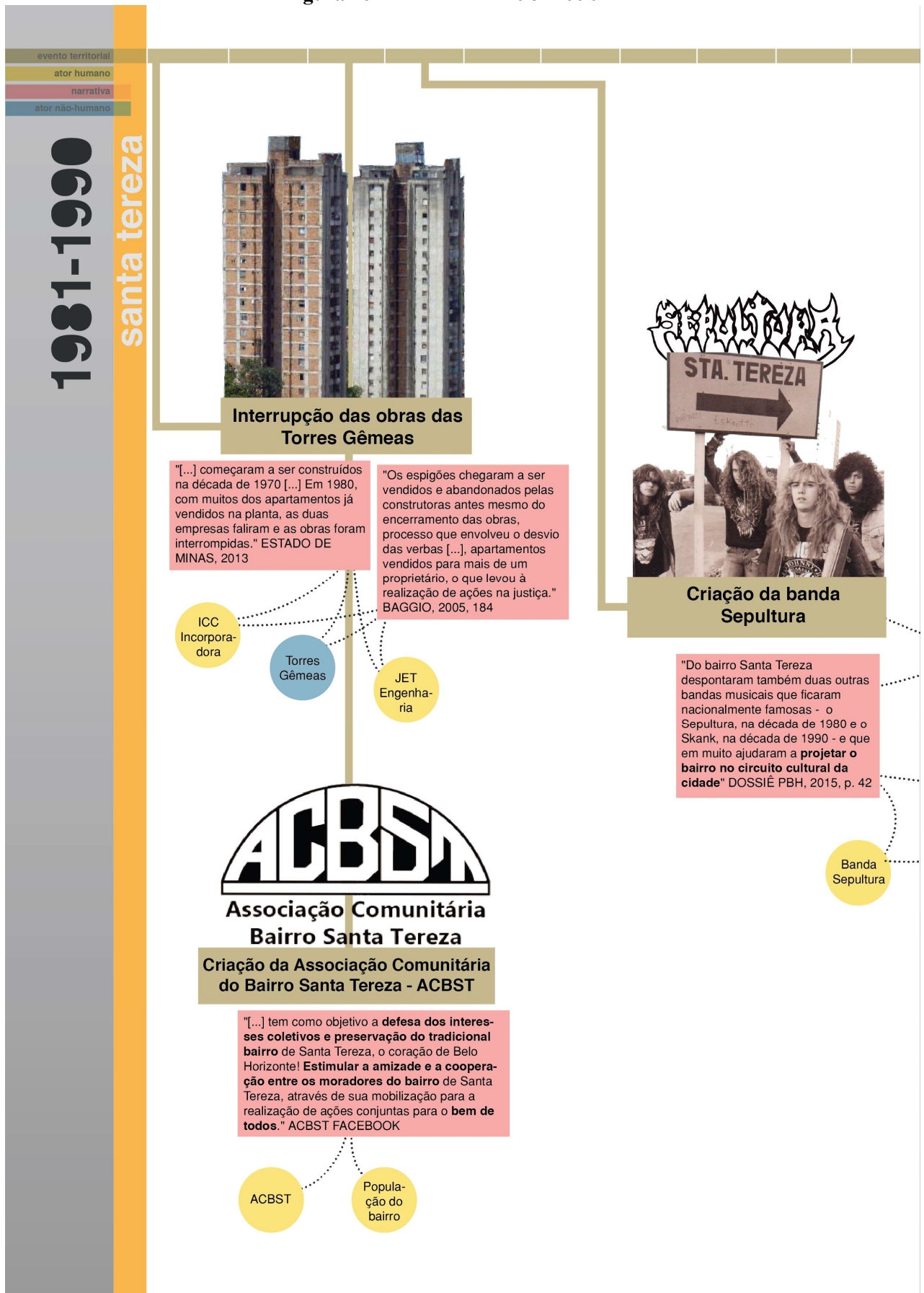
Fonte: Elaborado pelo autor.

Fato é que a instalação da Fábrica de Pregos contribuiu para a chegada de novos moradores na vila, que teve um crescimento considerável até o início dos anos 1980. Segundo Peão, líder na Associação Comunitária da Vila Dias, a Fábrica tem grande importância na construção da Vila Dias já que “muitos moradores vieram para cá por causa da fábrica, que no início oferecia alojamento aos funcionários, na beira da linha do trem, onde hoje é a Rua Conselheiro Rocha”. Esse crescimento da Vila nesse período se deu fortemente em função do afluxo de novos moradores, tanto do entorno quanto de outros pontos da cidade, que eram atraídos pelas oportunidades de trabalho nas várias indústrias do entorno e pela maior facilidade de acesso à serviços e equipamentos urbanos (PBH, 2014, p. 13).

Um outro importante equipamento do bairro, o Mercado Distrital de Santa Tereza, foi inaugurado pela prefeitura e pelo governo estadual em 1974, localizado no terreno do então demolido Hospital Cícero Ferreira (Isolado). A construção dos Mercados Distritais eram colocados à época como necessários pela prefeitura pois serviriam “para substituir as antigas feiras-livres, cujos inconvenientes eram notórios”²² (BELO HORIZONTE, 1974, p. 65 *apud* PBH, 2016, p. 11). O Mercado Distrital de Santa Tereza se destinava ao comércio de hortaliças, frutas, doces, carnes, bebidas e demais artigos para consumo local (FMC, 2015, p. 22).

²² Naquela época, o prefeito era Oswaldo Pieruccetti e “Através do relatório de Quadriênio, o executivo municipal trazia uma série de ações que defendiam o ordenamento e a higienização da cidade. Foi realizada a canalização de diversos córregos, a finalização do Elevado Castelo Branco, parte da retificação do Ribeirão Arrudas no bairro Santa Efigênia, dentre muitas outras intervenções.” (BELO HORIZONTE, 2016, p. 11)

Figura 26 – Santa Tereza 1981-1990



Fonte: Elaborado pelo autor.

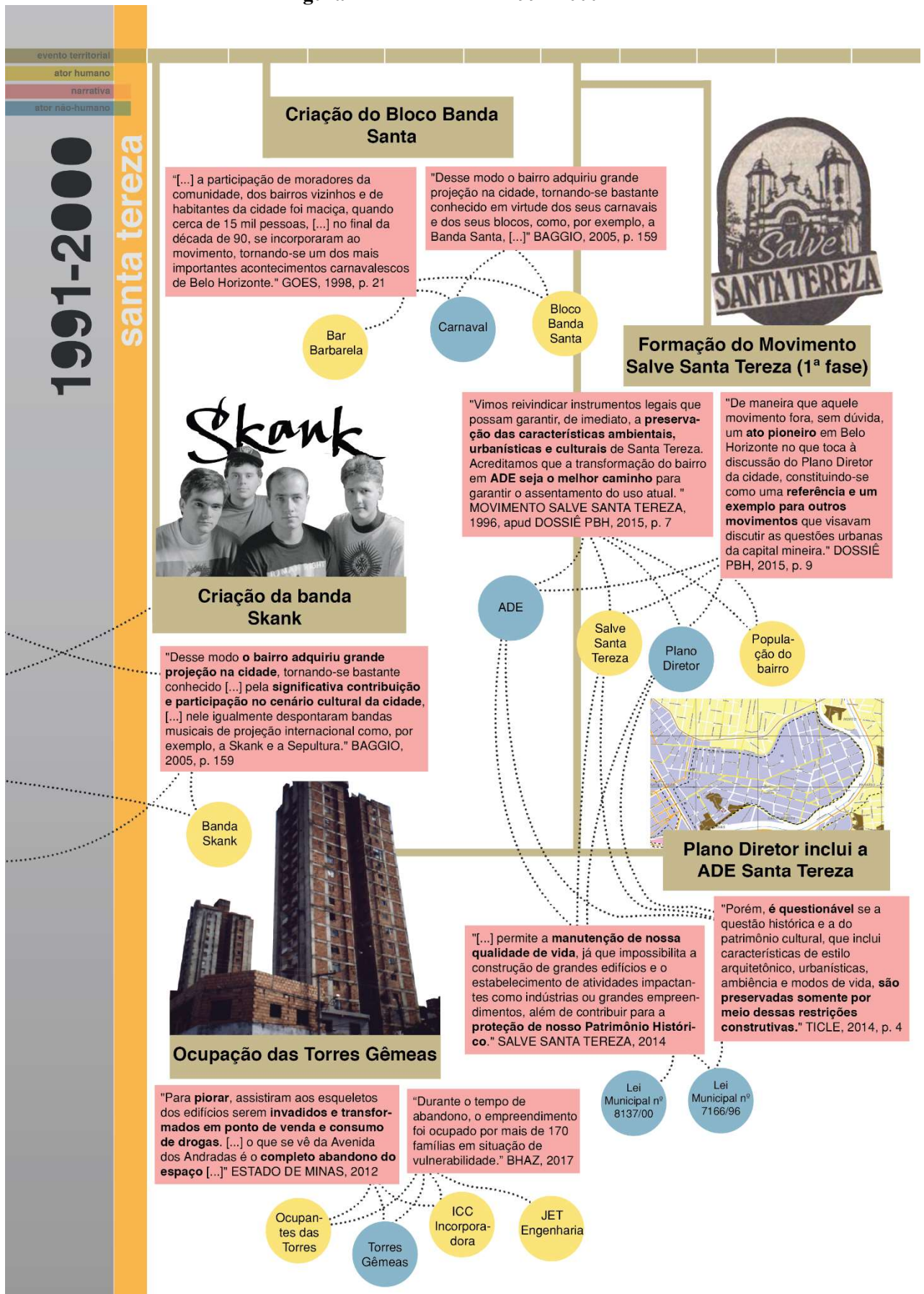
Em 1983 os moradores de Santa Tereza se juntam para fundar a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza (ACBST). A entidade nasce com o objetivo de defender os interesses coletivos e preservar o tradicional bairro, assim como “estimular a amizade e a cooperação entre os moradores [...] através de sua mobilização para a realização de ações conjuntas para o bem de todos” (ACBST). Poucos anos depois, em 1986, surge a Associação Comunitária da Vila Dias, tendo como seus principais fundadores Zé Maria e Valdir Dias Ferreira. Segundo Valdir, a Associação foi criada principalmente para atuar junto à URBEL na luta por melhorias e pela regularização fundiária da Vila Dias. A associação funcionou por pouco tempo, até o início dos anos 1990, porém conquistou melhorias na rede de esgoto, na iluminação, no abastecimento de água e na pavimentação da vila (PBH, 2014, p. 20).

No que tange a formação de políticas públicas urbanas, as décadas de 1970 e 1980 foram muito marcadas pelos governos da ditadura militar. O enorme crescimento dos centros urbanos - enquanto reflexo da política desenvolvimentista praticada pelos militares, fez com que surgisse a maior necessidade de estudar e intervir nas cidades através do planejamento urbano. Nesse contexto, surgem diversos instrumentos analíticos e propositivos na política pública a nível federal, estadual e municipal. Tem-se a criação da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1973), do Plano Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL, em 1975), do Plano de ocupação do solo da Aglomeração Metropolitana (POS, em 1975), da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1976 (LUOS 1976), do ProFavela (1983) e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1985 (LUOS 1985). As LUOS (1976 e 1985), no que tangiam ao tratamento do bairro Santa Tereza, não possuíram grandes diferenciações entre si, porém trouxeram impactos relevantes no processo de ocupação do bairro. Em ambas as leis, o zoneamento proposto para o bairro era predominantemente composto por ZR-4, além de ZC1 no entorno das principais vias de acesso dentro do bairro. De acordo com a LUOS 1976, as zonas ZR-4 são aquelas adjacentes à Avenida do Contorno e são passíveis de adensamento, tanto por sua proximidade com o centro quanto por sua ampla infraestrutura capaz de suportar um maior número de moradores. No caso do bairro Santa Tereza, que já era predominantemente ocupado, essa lei propunha uma renovação das construções do bairro, induzindo a ocupação residencial multifamiliar vertical. Além disso, essas LUOS foram significativas ao passo em que puderam reconhecer e caracterizar o uso comercial já existente no bairro.

Vale lembrar que as duas LUOS (1976 e 1985), enxergadas aqui como instrumentos de regulação territorial urbana, e portanto, capazes de grandes transformações nas dinâmicas da cidade, partiram de decisões de um governo ditatorial. Foram sancionadas num âmbito em que

predominava o autoritarismo e a tecnocracia. Exemplo disso é a proposta de adensamento de Santa Tereza, que desconsiderava a opinião da comunidade local, e até mesmo a ausência completa das Vilas Dias e São Vicente nos mapas e documentos da LUOS de 1976.

Figura 27 – Santa Tereza 1991-2000



Fonte: Elaborado pelo autor.

No meados da década de 1990, o aquecimento do mercado imobiliário no Brasil representava uma ameaça à Santa Tereza. Ao passo em que as outras áreas adjacentes ao centro de Belo Horizonte se encontravam bastante adensadas, o setor da construção civil se volta à áreas ainda não muito exploradas, como Santa Tereza. Soma-se o fato de que o bairro se torna cada vez mais bem servido de infraestrutura, como se observa na construção de mais um viaduto, a chegada do metrô e a canalização do Arrudas, com a implantação da Avenida dos Andradas. O zoneamento vigente (ZR-4 e ZC1) fazia com que a área se tornasse ainda mais vulnerável aos grandes empreendimentos imobiliários, já que previa (e induzia) o aumento da ocupação residencial multifamiliar vertical²³. Para agravar a situação, o novo Plano Diretor - que viria a ser aprovado pela Câmara Municipal em 1996, tipificava o bairro como Zona de Adensamento Preferencial (ZAP).

E foi nesse contexto de verticalização iminente que os moradores se organizaram na luta em defesa do bairro contra as ameaças representadas pelo capital imobiliário. Essa mobilização da comunidade pela proteção e preservação do bairro e pela participação em processos de tomada de decisão atinentes à cidade tomou corpo na formação do Movimento Salve Santa Tereza (MSST). Naquele momento, o movimento contou com a participação de muito moradores e apoio de entidades como Associação de Moradores do Bairro (ACBST), Igreja Católica, Institutos de Arquitetos do Brasil (IAB), Ordem de Advogados do Brasil (OAB), etc. Duas das suas principais ações foram o Abaixo-assinado pela criação da ADE e o ato público de “abraço simbólico”, em junho de 1996, ao redor da Praça Duque de Caxias.

A pressão exercida pelo movimento fez com que o zoneamento proposto fosse revisto e então o bairro veio a ser classificado como Área de Diretrizes Especiais (ADE), a primeira da história de Belo Horizonte. Introduzida na LUOS de 1996 do novo Plano Diretor (Lei Municipal 7.166/1996), a ADE coloca que Santa Tereza “em função das características da ocupação histórico-cultural, demanda a adoção de medidas temporárias para proteger e manter o uso predominante residencial”. Dessa forma, seu artigo específico (Art. 83), institui uma série de restrições nos parâmetros urbanístico e arquitetônicos para novas construções no bairro, assim como prevê ainda mecanismos de participação da comunidade na gestão da região.

²³ Naquele momento, já existiam no bairro prédios de 12 andares. “Segundo diagnóstico feito pelas secretarias municipais de Planejamento e Atividades Urbanas, até 1998, Santa Tereza apresentava 5 edifícios com mais de 11 pavimentos (sendo um deles com três blocos), 7 entre 8 e 10 pavimentos, 14 entre 5 e 7 pavimentos, e mais de 3 mil edificações com até quatro pavimentos.” (BAGGIO, 2005, p. 153)

Art. 83 – A ADE de Santa Tereza, em função das características da ocupação histórico-cultural, demanda a adoção de medidas temporárias para proteger e manter o uso predominante residencial.

§ 1º. No prazo de 12 (doze) meses após a vigência desta lei, o Executivo deve encaminhar projeto de lei relativo à ADE de Santa Tereza, contendo, além do previsto no art. 75, § 1º., os mecanismos de participação da comunidade na gestão da região.

§ 2º. Até que seja aprovada a lei a que se refere o parágrafo anterior, além do uso residencial, somente é permitido na ADE de Santa Tereza o funcionamento de atividades relativas aos usos do Grupo I, respeitados os seguintes parâmetros urbanísticos:

I- coeficiente de aproveitamento de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) para edificações residenciais e de 1,0 (um) para as destinadas aos usos não residencial ou misto;

II- afastamento frontal mínimo de 3,00 m (três metros);

III- gabarito das edificações de 15,00 m (quinze metros).

(BELO HORIZONTE, LEI 7.166/96).

Entretanto, a **regulamentação da ADE**, considerada uma vitória pelo **Salve Santa Tereza**, não contemplou de forma completa as reivindicações do movimento, apresentando algumas limitações²⁴. Segundo a coordenadora do MSST à época, “se com a criação da ADE o bairro ficou definido como basicamente residencial, com a proibição de se construir fábricas e prédios com mais de quatro andares, [...] ao invés de proteger o bairro, aconteceu o inverso, pois houve uma procura maior pelas construtoras”²⁵ (BAGGIO, 2005, p. 154).

Ainda na **década de 1990**, ocorre a **interrupção das obras das chamadas Torres Gêmeas**, localizadas na Rua Clorita - próximo à Vila Dias e ao Metrô Santa Efigênia. As **torres** de 17 andares compunham o conjunto do Edifício Saint Martin, um empreendimento levado a cabo pela **ICC Incorporadora** e pela **JET Engenharia**. **As empresas anunciaram falência em 1995**, antes da finalização da construção do conjunto residencial, que havia, inclusive, todos seus apartamentos vendidos. Esse processo foi acompanhado de diversas polêmicas e ações judiciais, já que também envolveu apartamentos que haviam sido vendidos a mais de um comprador e denúncias de desvio de dinheiro para outras obras e finalidades. Em **1996**, alguns anos após o abandono das obras, **as torres vazias foram ocupadas** por cerca de **170 famílias**. Segundo o jornal Estado de Minas (2013), o acontecimento foi uma **“piora” da situação dos**

²⁴ Algumas dessas limitações foram superadas no processo de tombamento do Conjunto Urbano de Santa Tereza em 2015, o qual será tratado mais a frente.

²⁵ “Depoimento da coordenadora do movimento Salve Santa Tereza, Edelweiss Hermann, à reportagem do Estado de Minas, Belo Horizonte, 22 de junho de 1998, p.32, Caderno Gerais – Comunidade.” (BAGGIO, 2005 p. 154)

edifícios, que foram “invadidos e transformados em ponto de venda e consumo de drogas”²⁶. Já o site de notícias BHAZ (2017) coloca que “com a falência das empresas, os prédios ficaram abandonados e [...] mais de 170 famílias ocuparam o esqueleto de concreto que ali ficou instalado”²⁷.

2.2 Transformações recentes

Mais recentemente, nos últimos 11 anos, Santa Tereza e seu entorno tem passado por várias intervenções urbanísticas que tem tido impactos estruturantes na conformação socioespacial. Talvez essa percepção possa ser explicada pelo fato de que muitos eventos anteriores sejam difíceis de serem levantados ou cartografados, já que antigamente havia menos possibilidades de registro dos acontecimentos e suas narrativas, que ficavam limitados ao controle do Estado e da mídia hegemônica (canais de TV e grandes jornais). Desde o final dos anos 90, percebe-se que a produção e a circulação de informação tem se tornado mais acessíveis com o advento da internet e de novos tipos de mídia, portanto, trazendo maior possibilidade de um evento, suas narrativas e seus atores terem mais visibilidade. De qualquer forma, esses pontos emblemáticos no processo histórico recente de transformação do bairro serão relatados daqui pra frente.

²⁶ Fonte: FRANCO & TAKAHASHI, 2013. Sonho vira pesadelo com leilão de Torres Gêmeas em BH. Ver em <<https://goo.gl/fuwd7N>> Acesso em outubro de 2018

²⁷ Fonte: SALGADO, 2017. Torres Gêmeas de BH entrarão em obras após 30 anos de abandono. Ver em <<https://goo.gl/7tzqdf>> Acesso em outubro de 2018.

Figura 28 – Santa Tereza 2001-2010



Fonte: Elaborado pelo autor.

O primeiro fato acontece em decorrência do **lançamento do Viurbs** - Programa de Vias Prioritárias de Belo Horizonte (ou “Corta Caminho”)²⁸ pela **prefeitura** em **2008**. O programa definiu, entre diversas intervenções viárias, a duplicação da **Rua Conselheiro Rocha**, no trecho compreendido entre a Avenida do Contorno e a Avenida Silviano Brandão. Segundo a PBH (2008), as propostas do Viurbs **“têm caráter estratégico para o desenvolvimento de Belo Horizonte”**. A ampliação dessa rua justificaria desapropriações com remoções de moradias, sobretudo da **Vila Dias**, e ainda do **Bar do Orlando**, botequim tradicionalíssimo na cidade.

Em **setembro de 2010**, **um incêndio atingiu uma das Torres Gêmeas**. Embora o fogo do incêndio, que não teve causa atribuída, atingiu somente até o 7º andar, os **bombeiros**, por **uma questão de segurança**, evacuaram todos os 17 andares do **prédio**. Desde então, a tropa de choque da **Polícia Militar** cercou o edifício com a ordem de não permitir que os moradores voltassem a seus apartamentos (RESENDE & MAGALHÃES, 2011). Segundo Fernanda Chagas²⁹ (2013, p. 81), tal fato **“deu início ao processo de expulsão das famílias residentes pelo Estado”**:

(...) **as famílias** que saíram do edifício foram impedidas de retornar a seus apartamentos, com a justificativa de que a estrutura da edificação teria sido comprometida (no entanto, o laudo do **Corpo de Bombeiros** não foi apresentado aos moradores). Em **31 de maio de 2011** **uma das torres foi leiloada** por R\$2,6 milhões (número do processo no TJMG: 002496045325-6). Em **novembro de 2011** **uma decisão judicial** determinou que **a Prefeitura e o Estado** realizassem a **desocupação das duas torres**. Em **28 de maio de 2013** **foi leiloada a segunda torre** por R\$3,9 milhões (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, 2011). Em **julho de 2012** **foi removida a última família que ocupava o imóvel**. As famílias despejadas recebem bolsa aluguel e ainda não foram reassentadas definitivamente, como havia sido acordado. (CHAGAS, 2013, p. 81)

Em **outubro de 2010**, um mês após o incêndio na torre, acontece a **inauguração do centro comercial Boulevard Shopping**, edifício localizado na Avenida dos Andradas, bem em frente à porção do bairro em que se encontram a Vila Dias e as Torres Gêmeas (Fig. 29). O empreendimento foi implementado no âmbito da **Operação Urbana Parque Linear Bulevar Arrudas**, já que necessitava de flexibilização dos parâmetros urbanísticos vigentes na área para sua viabilização. A **Operação Urbana** previa não só a construção do **Shopping** mas também sua contrapartida: a **criação de um parque linear** no trecho da Avenida dos Andradas imediato às margens do Ribeirão Arrudas. Entretanto o parque não foi construído até hoje e somente foram **implementadas uma ciclovia e uma pista de caminhada** num espaço residual da linha ferroviária

²⁸ Ver em <<https://bit.ly/2ArJZhY>> Acesso em 2 de julho de 2018.

²⁹ Fernanda de Araújo Chagas foi estudante da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisadora do grupo Indisciplinar, através do qual atuou nos conflitos da região da Vila Dias. Ela relata detalhadamente esse processo em seu trabalho de conclusão de curso “A parceria público-privada na produção do espaço: Reflexões a partir da política urbana brasileira e das Operações Urbanas Consorciadas em Belo Horizonte” (2013). Disponível em: <<http://bit.ly/2NKmdCm>> Acesso em outubro de 2018.

logo em frente ao Shopping. Isso se deu graças a exigência da BHTrans pela realização de uma compensação ambiental em decorrência do impacto causado pelo Shopping na estrutura viária (CHAGAS, 2013, p. 76).

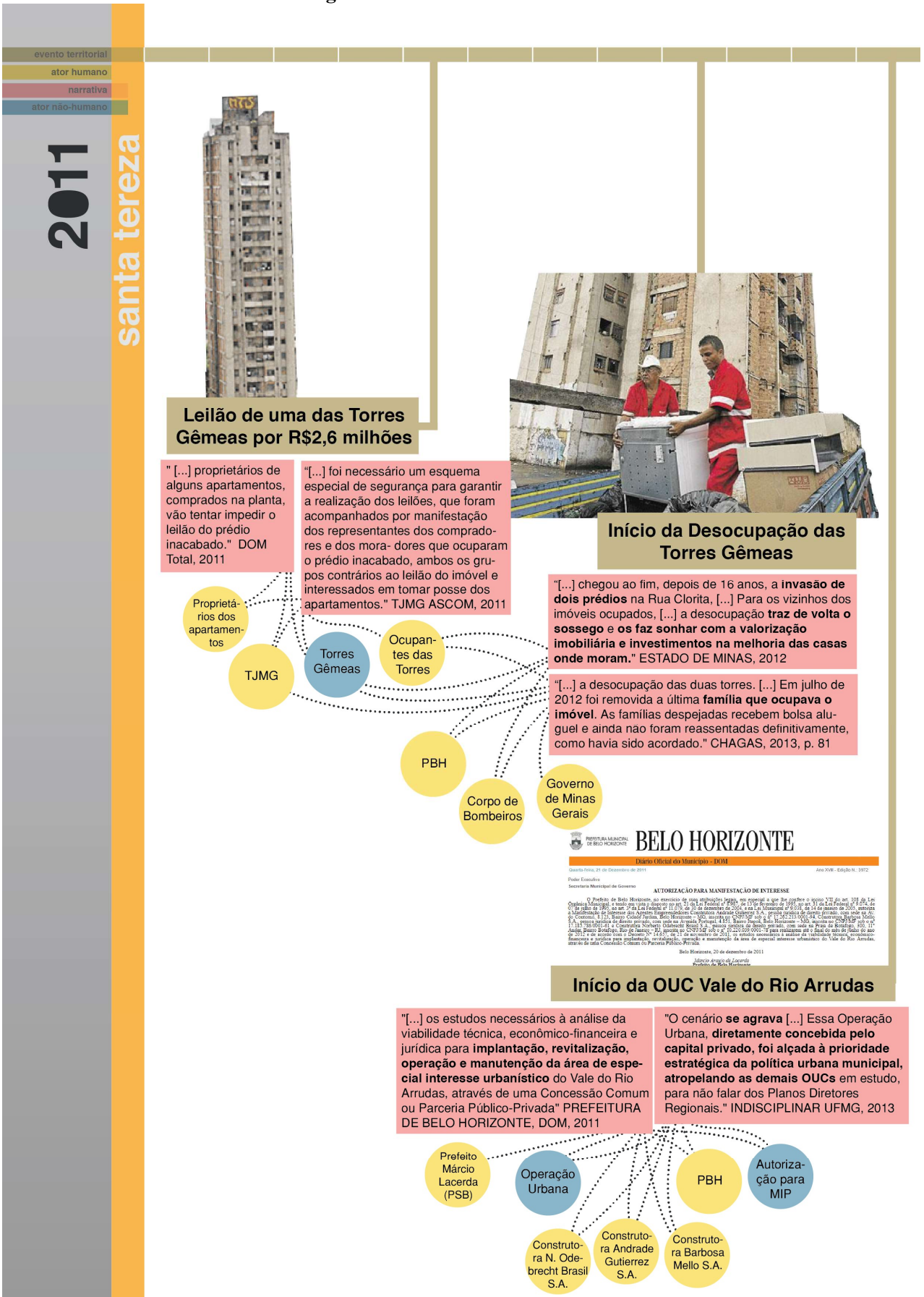
Figura 29 - Visada da Rua Conselheiro Rocha, altura do nº 1459³⁰



Fonte: Google Maps Street View. 2019

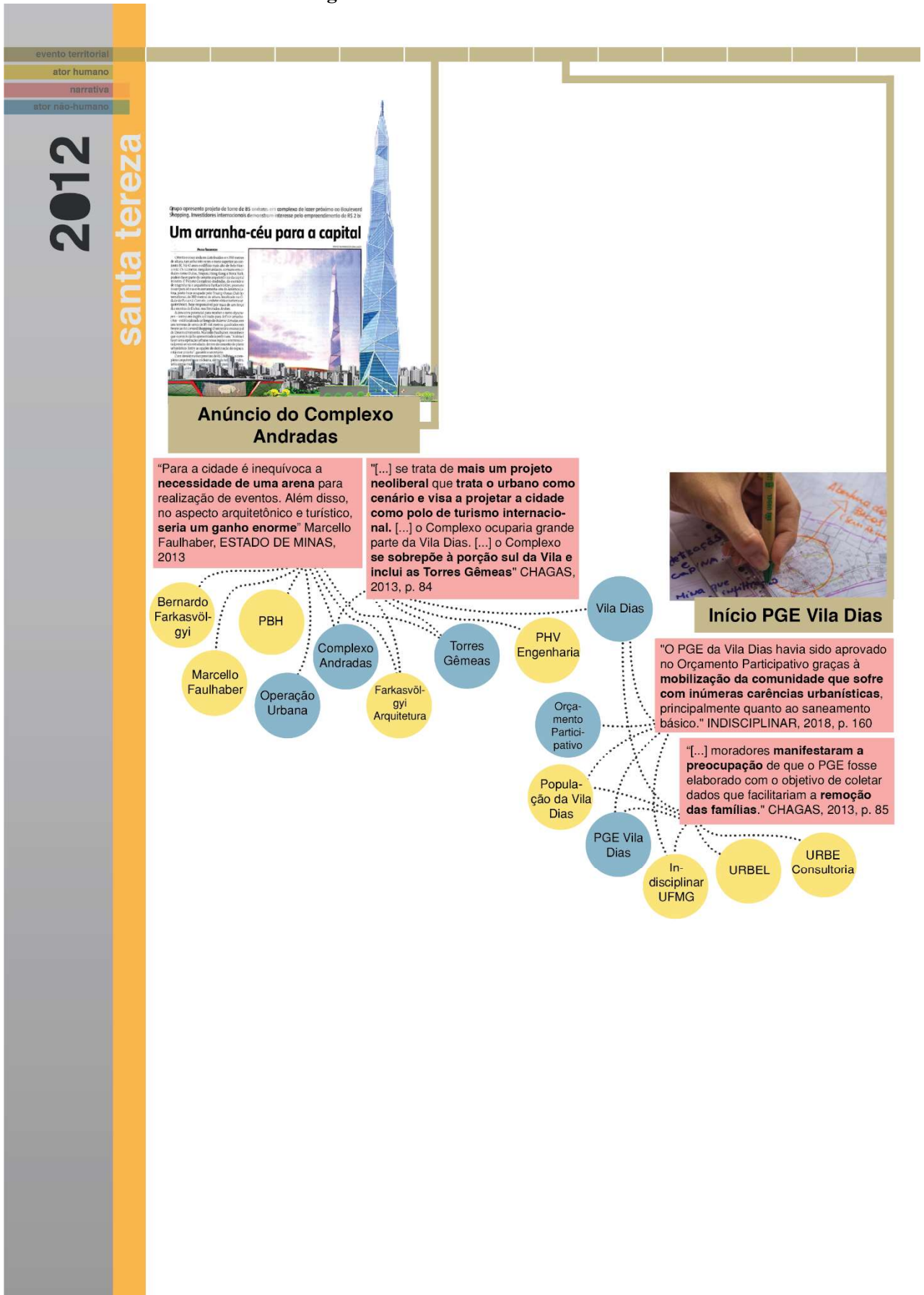
³⁰ Na Fig. 29, é possível visualizar, a partir da Rua Conselheiro Rocha, a torre do Boulevard Shopping e o muro do terreno vazio 'Chapéu de Napoleão' de um lado e as Torres Gêmeas e a Vila Dias de outro.

Figura 30 – Santa Tereza 2011



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 31 – Santa Tereza 2012



Fonte: Elaborado pelo autor.

No ano de 2012 a comunidade local tomou susto ao se deparar com a propaganda institucional de um megaempreendimento imobiliário assinado pela PHV Engenharia e do escritório de arquitetura Farkasvölgyi: o Complexo Andradas. As empresas parceiras pretendiam construir “a maior torre da América Latina”³¹ com 85 andares. O projeto se aproveitava de toda área do bairro que não coincidia com o perímetro da ADE: um terreno entre a R. Conselheiro Rocha e a Avenida dos Andradas, conhecido como ‘Chapéu de Napoleão’ por conta de seu formato parecido com o adereço do líder francês. Parte do terreno é de propriedade da PHV Engenharia.

Além dessa área, o empreendimento também se sobrepunha à área da Vila Dias, prevendo a remoção de toda a pequena favela do bairro. No projeto, o Chapéu de Napoleão, as casas e os barracões da Vila cediam espaço para estacionamentos, arena de espetáculos, museus, pista de patinação no gelo e uma mega torre espelhada, contabilizando mais de 500 mil metros quadrados construídos. Segundo o presidente da PHV, além do terreno da empresa “as demais áreas [estavam sendo negociadas] com a prefeitura, inclusive no que diz respeito à remoção da favela que se encontra na região. Estão sendo estudados outros locais que poderiam receber esses moradores” (TAKAHASHI, 2012 apud CHAGAS, 2013, p. 85).

O projeto também eliminava a antiga Fábrica de Pregos e incorporava as recém-desocupadas Torres Gêmeas, que seriam transformadas em dois hotéis de luxo. Segundo Marcelo Faulhaber, Secretário de Desenvolvimento do prefeito à época Márcio Lacerda (PSB) e facilitador do empreendimento, a construção do Complexo é de grande necessidade para a cidade e traria um ganho arquitetônico e turístico enorme para Belo Horizonte (TAKAHASHI, 2012).

³¹ O uso desse e de outros termos que reafirmavam a grandeza do projeto “é importante para garantir uma relação de ícone para o edifício, tendo visibilidade internacional e atração de investimentos como objetivo.” (JACOMINI & FREITAS, 2018)

Figura 32 - Anúncio do Complexo Andradas, 2012

Grupo apresenta projeto de torre de 85 andares em complexo de lazer próximo ao Boulevard Shopping. Investidores internacionais demonstram interesse pelo empreendimento de R\$ 2 bi

Um arranha-céu para a capital

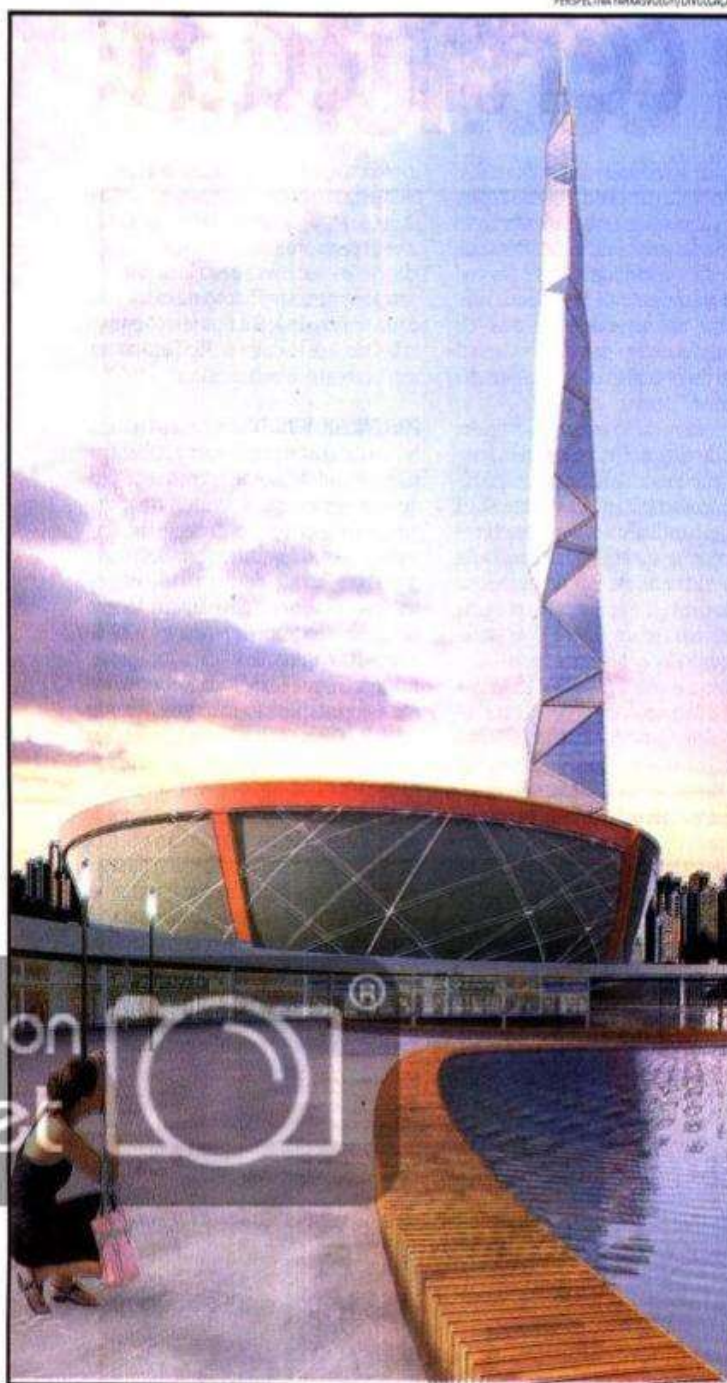
PAULA TAKAHASHI

Oitenta e cinco andares distribuídos em 350 metros de altura, tamanho três vezes e meio superior ao conjunto JK, há 40 anos o edifício mais alto de Belo Horizonte. Os números megalomaniacos, comuns em cidades como Dubai, Tóquio, Hong Kong e Nova York, podem fazer parte do cenário arquitetônico da capital mineira. O Projeto Complexo Andradas, do escritório de engenharia e arquitetura FarKasVölgyi, promete trazer para Minas o maior arranha-céu da América Latina, posto hoje ocupado pelo Trump Ocean Club Internacional, de 300 metros de altura, localizado na Cidade do Panamá. Com ele, também viria o turismo arquitetônico, hoje responsável por mais de um terço das receitas de Dubai, nos Emirados Árabes.

A área com potencial para receber o novo *skyscraper* – termo em inglês utilizado para definir arranha-céus – está localizada ao longo do Bulevar Arrudas, em um terreno de cerca de 85 mil metros quadrados em frente ao Boulevard Shopping. O secretário municipal de Desenvolvimento, Marcello Faulhaber, reconhece que o projeto já foi apresentado à prefeitura. "A ideia é fazer uma operação urbana nessa região e o terreno citado está sendo estudado, dentro do conceito do plano urbanístico. Entre as opções de destinação do espaço, está esse projeto", garante o secretário.

Com investimento previsto de R\$ 2 bilhões, o complexo arquitetônico incluiria, além da torre de vidro, uma arena multiuso com capacidade para 40 mil pessoas que, além de ser um espaço para realização de eventos esportivos, estaria apta a receber shows e grandes congressos e feiras. Um espaço de entretenimento com 40 mil metros quadrados também está previsto. "A proposta é que seja instalado ali o primeiro cinema Imax de Belo Horizonte. O local teria ainda um teatro e museus, além de uma pista de patinação no gelo. Tudo ligado à cena cultural", explica Bernardo Farkasvölgyi, diretor do escritório de arquitetura e idealizador do projeto. No total, seriam 500 mil metros quadrados de área edificada, com 10 mil vagas de garagem disponíveis.

A torre gigante será totalmente comercial e somará 100 mil metros quadrados de área de vendas, não sendo dividida em salas, mas sim em andares corridos. "Estamos definindo como andares comerciais, que podem variar de uma área de 800 a 2,2 mil metros quadrados", calcula Bernardo. A estimativa é de que cada metro quadrado seja comercializado por cerca de R\$ 10 mil, via mercado direto. Em paralelo, e ainda sem estimativa de custos, estaria a incorporação das chamadas "torres gêmeas" (leia memória abaixo) ao projeto arquitetônico. "Ambas seriam transformadas em hotéis, sendo uma de três e outra de cinco estrelas", afirma Bernardo. A pendência judicial com relação à desocupação das torres, no entanto, impede que os dois projetos caminhem juntos.



Prédio de 350 m de altura ficaria ao lado de uma arena multiuso com capacidade para 40 mil pessoas

Um mês após a divulgação do arranha-céu, em agosto de 2012, os técnicos da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) iniciaram as reuniões comunitárias de elaboração do Plano Global Específico (PGE) da Vila Dias, que buscava realizar um amplo diagnóstico da situação desta vila³². O PGE havia sido aprovado no Orçamento Participativo 2011/2012 graças a mobilização dos moradores da vila que ainda sofrem com inúmeras carências urbanísticas, principalmente quanto ao saneamento básico. Entretanto, muitos moradores acreditavam que a elaboração do PGE se tratava de um plano para realizar a remoção das casas da vila. Essa suspeita vinha desde 2009 com o projeto de ampliação da Rua Conselheiro Rocha prevista no Viurbs; a construção do Boulevard Shopping; a desocupação das Torres Gêmeas e o agora com o indício mais forte: o projeto do Complexo Andradas.

Esse contexto de ameaça de remoção da Vila Dias fez com que diversos grupos e coletivos da cidade se aproximassem para discutir a situação da vila e constituíssem uma rede de resistência pela permanência da vila em parceria com a Associação Assistencial dos Moradores da Vila Dias. A rede ‘Fica Vila’³³ teve participação do grupo de pesquisa Indisciplinar (EA-UFMG)³⁴, das Brigadas Populares (MG), do grupo Pólos de Cidadania (Direito UFMG); do Salve Santa Tereza; do grupo de pesquisa Cidade e Alteridade (Direito UFMG); do grupo de pesquisa NUJUP (PUC Minas); da Agência 8100 (Izabela Hendrix); da rede Universidade Nômade; do Favela é isso aí; do coletivo in.Graffiti; do coletivo Pópôcô e do Sarau Vira Lata (CHAGAS, 2013, p. 95). O grupo atuou no sentido de conscientizar os moradores dos riscos de remoção, cobrar transparência do poder público e criticar, de maneira ampla, a maneira privatista de produção de cidade. Para isso, participaram de todas as reuniões comunitárias do PGE e audiências públicas; produziram textos e infográficos; realizaram aulões, cartografias colaborativas, eventos lúdicos no espaço público, reuniões e espaços de encontro, lazer, intervenções culturais de música, teatro e circo, plantio de mudas, etc (INDISCIPLINAR, 2018).

³² “O Plano Global Específico (PGE) é um instrumento de planejamento que visa nortear as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares. Ele consiste em um estudo aprofundado da realidade dessas áreas, considerando os aspectos urbanístico-ambientais, socioeconômicos e organizativos, e a situação jurídica do terreno. O objetivo principal do PGE é apontar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nesses locais e integrá-los ao conjunto da cidade” PBH, 2019. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/pge-planejamento>>.

³³ Ver página ‘Fica Vila’ em <<https://www.facebook.com/FicaVila/>> Acesso em 10 de Nov. de 2018

³⁴ Desde esse momento, em 2012, o Indisciplinar acompanha de perto as lutas na Vila Dias e em Santa Tereza, através de parceria com os movimentos, atuando na produção de banco de dados, eventos, textos, aulões e infográficos, participação em audiências, ou seja, adotando várias ações tecnopolíticas que auxiliam na construção de conhecimento sobre o território, assim como nas mobilizações dos coletivos políticos existentes no bairro.

Um dos primeiros eventos aconteceu no dia 4 de maio de 2013 e tinha como objetivo formar um conselho de moradores paralelo à Associação da Vila, já que seu presidente, Peão, “havia sido cooptado pelo presidente da Associação do bairro Santa Tereza e não se mostrou aberto à discussão”. A reunião contou com apresentação sobre o Complexo Andradas e exibição de vídeos sobre gentrificação. Em decorrência da divulgação do evento, um dia antes da ação, o escritório FarKasVölGyi Arquitetura publicou que o projeto seria readequado, de forma a não se sobrepor à Vila Dias (CHAGAS, 2013, p. 98). Ver Fig. 34.

Figura 34 - Comunicado do escritório Farkasvolgyi sobre a readequação do Complexo Andradas, 03/05/2013

Participante Independente
May 3 '13

COMUNICADO // Complexo Andradas não afetará Conjunto Vila Dias

Desde que foi anunciado, o projeto Complexo Andradas, idealizado pelo arquiteto Bernardo Farkasvolgyi e que será concebido pela PHV Engenharia, desperta grande interesse público, principalmente por parte dos moradores de bairros vizinhos. Mas sem se fechar sobre as suas dimensões e, principalmente, sobre as possibilidades e oportunidades urbanamente possíveis que o complexo poderá representar para a capital mineira.

Paralelamente e desde o anúncio do projeto, também têm sido pauta de discussão os possíveis impactos envolvendo a construção e implantação. Neste período, a FarKasVölGyi Arquitetura manteve-se sempre aberta aos questionamentos e preocupações levantadas, principalmente aquelas provenientes dos moradores da região e do bairro Santa Tereza.

Colocamo-nos sempre à disposição para os esclarecimentos possíveis, lembrando que a abertura de um debate mais aprofundado seria somente possível com, primeiramente, a aprovação da operação urbana e, posteriormente, a aprovação dos projetos em si - processos que, infelizmente, demandam tempo.

Contos e preocupações são expectativas geradas e a sensação de identificação vivida pela comunidade do Conjunto Vila Dias (que abriga 300 barracos entre Santa Tereza e a estação do metrô de Santa Efigênia), comunicamos uma readequação no projeto Complexo Andradas. As decisões seguem as mesmas mas o equipamento de uso misto com as mesmas estruturas de lojas, bares e equipamentos de entretenimento previsto para a área do Conjunto Vila Dias será realocado para junto da área onde se encontra o empreendimento comercial do complexo, na quadra que compreende os terrenos já adquiridos pela PHV Engenharia (imagem).


A FarKasVölGyi Arquitetura, juntamente com a PHV Engenharia e demais envolvidos no empreendimento Complexo Andradas reafirmam o compromisso de seguir atentos e abertos ao debate, buscando concretizar este que é um projeto com enorme potencial de tornar a nossa cidade ainda melhor.

Sabe mais sobre o projeto:

Revista FORBES BRASIL // <http://www.revistaforbes.com.br/revista/edicao/137/cidade/e-spa-da-america-latina.html>

Journal ESTADO DE MINAS // http://www.em.com.br/app/midia/ocio-sociedade/2012/07/18/interior-economia_306656/

Revista ENCONTRO // <http://www.revistaencentro.com.br/revista/edicao/137/cidade/9-1000-da-america-latina.html>



Libre - Commons - Mídia

FarKasVölGyi Arquitetura
May 3 '13

COMUNICADO // Complexo Andradas não afetará Conjunto Vila Dias
comunicamos uma readequação no projeto Complexo Andradas.

As propostas seguem as mesmas mas o equipamento de entretenimento previsto para a área do Conjunto Vila Dias será realocado para junto da área onde se encontra o empreendimento comercial do complexo, na quadra que compreende os terrenos já adquiridos pela PHV Engenharia (imagem).

A FarKasVölGyi Arquitetura, juntamente com a PHV Engenharia reafirmam o compromisso de seguir atentos e abertos ao debate

Fonte: CHAGAS, 2013, p. 100.

Outra ação realizada pela rede que foi bastante significativa nesse processo foi o **Churrascão da Vila Dias** (Fig. 35). A atividade tinha o objetivo de **continuar a mobilização com os moradores, reunir-se, realizar um mapeamento coletivo da vila e levantar documentos e fatos importantes**. A surpresa foi a presença dos líderes comunitários **Peão**, presidente da Associação da Vila e **Cadeado**, o ex-presidente, que se aproximaram e se mostraram abertos a colaborar na mobilização (CHAGAS, 2013, p. 98).

Figura 35 - Evento 26/05/2013: Churrasco, mapeamento coletivo e reunião



Fonte: CHAGAS, 2013.

Em audiência da **Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal** requerida pelo vereador **Pedro Patrus (PT)** para discutir a remoção da **Vila Dias** em função de projetos urbanos, realizada no dia **27 de junho de 2013**, **Luiz Carlos Cândido (Cadeado)**, representante da **Associação Assistencial dos Moradores da Vila Dias**, desabafou que “É um desrespeito com os moradores. A prefeitura toma decisões sem consultar os principais interessados, a comunidade. Já tiraram os **moradores das torres gêmeas**, mas nós não vamos sair.”

Esse conjunto de acontecimentos naquela região trouxe à tona outro fato: a área estava sendo preparada para receber uma espécie de parceria público-privada (PPP) que estava em

curso na cidade: a Operação Urbana Consorciada Nova BH (OUC Nova BH). Isso fica evidente ao passo em que o **Complexo Andradas**, localizado dentro da mancha da OUC, somente se realizaria com a flexibilização dos parâmetros urbanísticos vislumbrada no pacote da OUC Nova BH. As **Operações Urbanas Consorciadas** são um instrumento instituído no **Plano Diretor** de Belo Horizonte em 2010, onde praticamente 30% do território da cidade foi demarcado como áreas de prioridade para implantação dessas operações.

A **Nova BH foi anunciada publicamente pelo governo municipal** somente em **outubro de 2013**, porém ela nasce a partir da fusão de outros projetos (nos moldes de Operações Urbanas) em três áreas, a saber: Antônio Carlos/Pedro I; eixo viário Leste-Oeste e Vale do Arrudas. Os estudos e a elaboração desses projetos haviam sido iniciados anos antes pelo **poder público municipal** e pelas **empresas interessadas**³⁵, ambas concebidas a portas fechadas sem participação da população, como exigido em lei. Marx et al. (2018) apontam que o processo de concepção do projeto foi grandemente influenciado por **interesses mercadológicos de pequenos grupos privados**:

O projeto Nova BH ilustra como a correlação de forças na esfera local privilegia interesses imobiliários, gerando uma cidade desenhada pelo capital. Além de ferir o princípio da gestão democrática, excluindo moradores e usuários na construção do Plano Urbanístico, um pequeno grupo privado interferiu diretamente na elaboração do projeto Nova BH. Atores que seriam diretamente beneficiados pela flexibilização das normativas e pela definição das intervenções urbanísticas. (MARX et al. 2018)³⁶

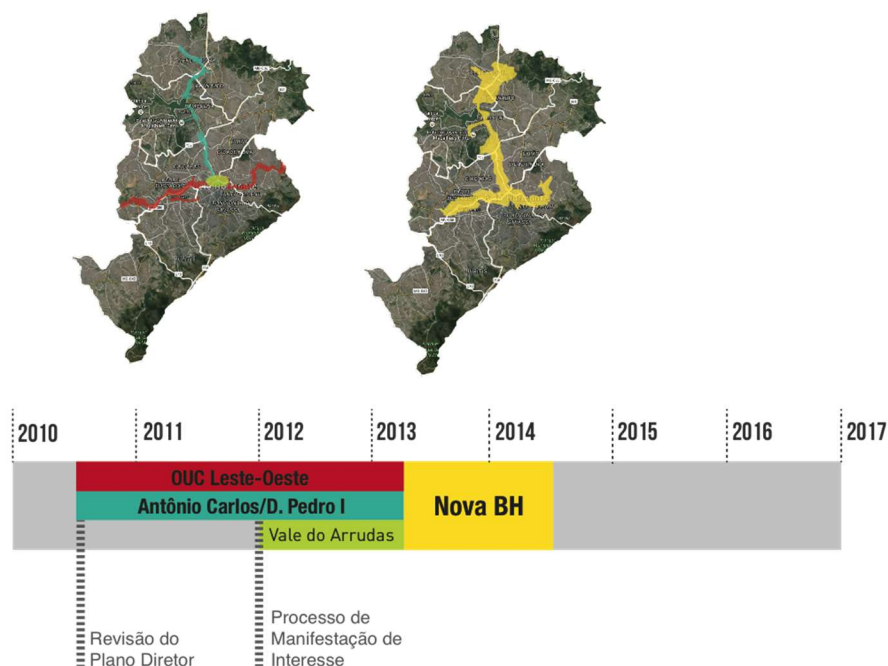
Já a matéria de divulgação veiculada na revista VEJA defendia a importância da **OUC** enquanto **mecanismo de desenvolvimento urbano que traria “uma nova Beagá, com modernos edifícios e belas esplanadas”**, além da grande capacidade de arrecadar fundos para a prefeitura realizar obras que beneficiem a população. Em entrevista, o prefeito **Márcio Lacerda (PSB)**, defende que **“a operação urbana já é um conceito aceito mundialmente”** (VEJA BH, 2013).

A **Nova BH** seria a maior Operação Urbana da história de Belo Horizonte, já que compreendia cerca de 7% de seu território. Ela abarcava os eixos dos corredores das avenidas Antônio Carlos/Pedro I somados aos corredores das avenidas Andradas, Tereza Cristina e Via Expressa, abrangendo toda a extensão do vale do Arrudas (eixo Leste-Oeste).

³⁵ A saber, as principais empresas envolvidas eram as construtoras **Andrade Gutierrez S.A**, **Barbosa Mello S.A** e **Norberto Odebrecht Brasil S.A**.

³⁶ Em artigo, as pesquisadoras do Indisciplinar analisam detalhadamente o processo de criação da OUC Nova BH. MARX, Janaína; ALVES, Josiane; GONÇALVES, Brenda de C; RENA, Natacha. #NãoVaiTerNovaBH: linhas de fuga na produção da cidade neoliberal. VIRUS, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus14/?sec=4&item=2&lang=en>>.

Figura 36 - Diagrama indicando a origem da OUC Nova BH



Fonte: MARX et al., 2018

Sua enorme abrangência territorial e a magnitude de seus impactos na cidade levou a rede em prol da permanência da Vila Dias se ampliar e se mobilizar em torno do processo da implementação da Nova BH. As diversas ações da rede incluíram denúncias à falta de participação popular, exigir maior transparência do setor público e alertar a população da cidade para o perigo privatista das operações urbanas. Esse processo se desencadeou no movimento #NãoVaiTerNovaBH que envolveu, inclusive, uma denúncia ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Essa representação foi feita pelo Indisciplinar-UFGM em agosto de 2013 e era pautada principalmente na ilegalidade do processo de elaboração da OUC. Isso fez com que o Ministério Público iniciasse a investigação sobre irregularidades no projeto da Nova BH a partir da abertura de um inquérito civil, que culminou, em novembro de 2013, numa Recomendação ao então prefeito à época – Márcio Lacerda (PSB) – sugerindo que o projeto não fosse encaminhado à Câmara Municipal sem antes observar o que determinava a Constituição Federal no que tange a participação popular e divulgação de estudos técnicos³⁷.

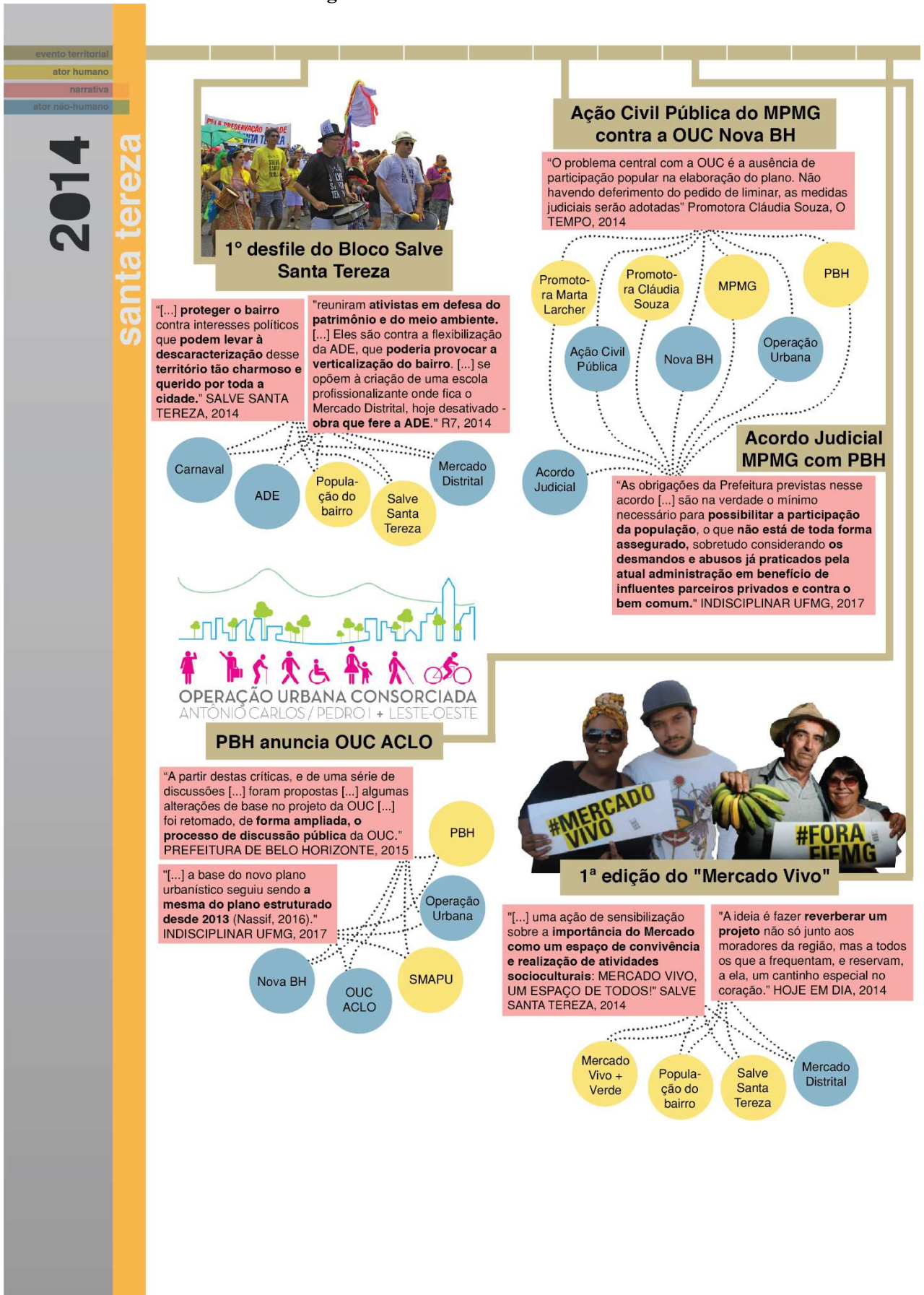
³⁷Esse processo é muito bem detalhado e analisado na dissertação de mestrado do advogado-pesquisador do Indisciplinar Joviano Mayer. Ver MAYER, Joviano. O comum no horizonte da metrópole biopolítica. UFGM: 2015

Figura 37 - Ilustração da rede de mobilização #NãoVaiTerNovaBH



Fonte: Indisciplinar UFMG, 2015.

Figura 38 – Santa Tereza 2014



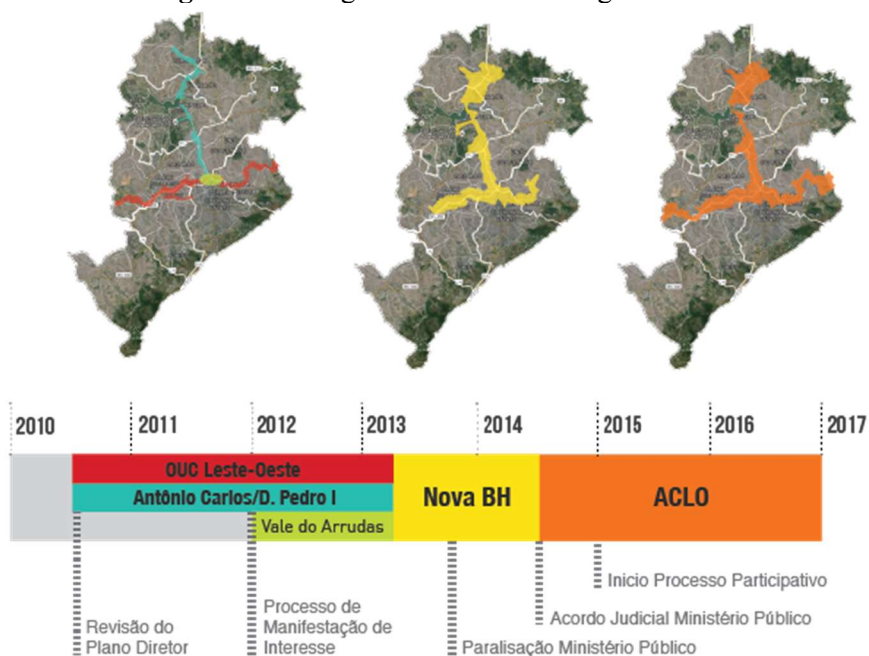
Fonte: Elaborado pelo autor.

A prefeitura deu prosseguimento à implementação da OUC sem cumprir nada da recomendação feita pela Ministério Público. Diante disso, em agosto de 2014 o MPMG ajuizou uma Ação Civil Pública que impediu o prefeito de levar adiante o plano de executar a PPP. O grupo Indisciplinar possuía uma avaliação positiva em relação ao acontecido:

Graças sobretudo à pressão popular, disseminada nas redes afetivas e comunicativas existentes na cidade (associações comunitárias, movimentos sociais, entidades de classe, partidos de esquerda, mandatos parlamentares progressistas etc), e à ação judicial proposta pelo Ministério Público (que também é resultado daquela), a OUC Nova BH foi derrotada. A mobilização de Santa Tereza contra o projeto Complexo Andradas foi decisiva para a vitória da cidade sob a ótica do bem viver. (INDISCIPLINAR, 2018).

A fim de contornar o embargo e retomar a implementação da Operação Urbana Consorciada, a PBH assinou um Acordo Judicial junto ao Ministério Público em que assumiu uma série de obrigações no sentido de contornar as irregularidades e de tornar o processo da OUC Nova BH mais aberto à participação popular³⁸. Nesse momento de reformulação a OUC recebe, inclusive, um novo nome: OUC Antônio Carlos/Pedro I + Leste-Oeste (OUC ACLO). Além disso, a área de abrangência da Operação foi aumentada, se estendendo no eixo Leste-Oeste (Fig. 39). Nassif (2016) coloca que apesar dessas e outras alterações, a base do novo plano urbanístico seguiu sendo a mesma do plano estruturado desde 2013 (NASSIF, 2016).

Figura 39 - Diagrama indicando a origem da OUC ACLO



Fonte: MARX et al., 2018

³⁸ Ambos os materiais mencionados (a Representação-denúncia enviada ao MP, a Recomendação do MP, a Ação Civil Pública e o Acordo Judicial) podem ser acessados na Narrativa Cartográfica da Plataforma Urbanismo Biopolítico do grupo Indisciplinar. Ver em <<http://pub.indisciplinar.com/ouc-nova-bhaclo/>> Acesso em 24 de setembro de 2019.

Havia um obstáculo para a prefeitura conseguir implementar a OUC: o processo de aprovação do Plano Diretor nas instâncias legislativas. O Projeto de Lei da revisão do Plano Diretor da cidade é o que caracteriza, dá parâmetros e torna viável a OUC ACLO. A pouca movimentação em torno do Plano Diretor, que veio a ser aprovado somente em junho de 2019³⁹, fez com que a OUC permanecesse estagnada até os dias de hoje (fim de 2019).

Em abril de 2013, em função da divulgação desses projetos (**Complexo Andradas** e **OUC Nova BH**), o **Movimento Salve Santa Tereza (MSST)**, que estava adormecido desde o fim dos anos 90, **retomou a cena** com panfletagens informando a comunidade local dos perigos que se aproximavam (Fig. 40). A criação de uma fanpage no Facebook ampliou o campo de circulação das informações, denúncias e agendas do movimento. Naquele momento, sua atuação contribuiu na derrota da aplicação do projeto da megatorre.

Figura 40 - Panfleto do MSST denunciando o Complexo Andradas, 2013



Fonte: Salve Santa Tereza

³⁹ O novo Plano Diretor de Belo Horizonte, Lei Municipal nº 11.181/19, foi publicado no dia 9 de agosto de 2019, após extenso processo de participação e discussão pública iniciado em 2014, na IV Conferência Municipal de Política Urbana.

A luta do movimento se ampliou a partir da mobilização contra a cessão do Mercado Distrital de Santa Tereza. O equipamento comunitário localizado na porção nordeste do bairro foi fechado pela prefeitura há mais de 10 anos, em 2007. Através de uma parceria público-privada (PPP), o poder público municipal cederia o espaço para a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), que instalaria ali uma escola profissionalizante do setor automotivo. Segundo a prefeitura, o projeto foi requerido e aprovado pela população do bairro. A iniciativa foi considerada como uma tentativa de privatização de um espaço público e ocorreu sem qualquer consulta à população. A implantação da escola automotiva previa 4.500 alunos por ano, o que poderia demandar intervenções no bairro como alargamento de vias e alterações do uso majoritariamente residencial. Para sua viabilização, foi necessária a flexibilização da ADE⁴⁰, cuja lei original prevê que serviços de uso coletivo como escolas possam ocupar no máximo 400 m² e a escola da FIEMG pretendia ocupar 6 mil m².

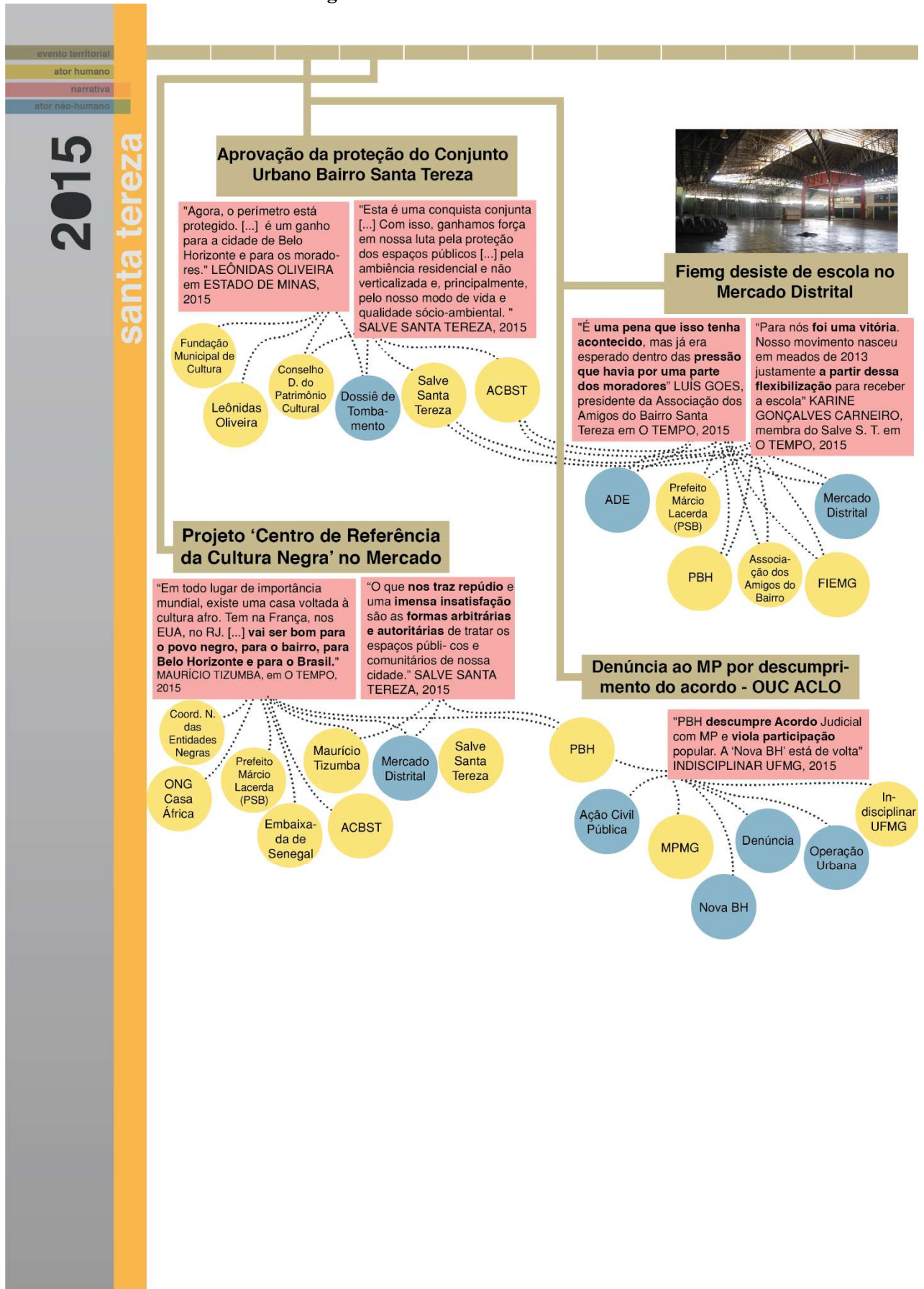
Figura 41 - Foto do Mercado Distrital de Santa Tereza



Fonte: Hoje em Dia, 2015

⁴⁰ A alteração do uso da quadra do Mercado foi aprovada em reunião do COMPUR (Conselho Municipal de Política Urbana) em agosto de 2013, apesar de alguns votos contrários à flexibilização da ADE.

Figura 42 – Santa Tereza 2015



Fonte: Elaborado pelo autor.

A proposta se deparou com uma resistência organizada da comunidade, sobretudo via **Movimento Salve Santa Tereza** e **Associação Comunitária do bairro**. A luta contra a cessão do espaço foi pautada pela **reocupação do mercado pela comunidade** e se utilizou de diversas ferramentas como assembleias abertas, aulões públicos, abaixo-assinados, informativos, eventos em torno do Mercado, reuniões com o **poder público** e com a **FIEMG**, publicações e fóruns de discussão na página do MSST no Facebook, criação de um bloco carnavalesco, etc (CARNEIRO & VALADÃO, 2016). Em **março de 2015**, **a proposta da Escola foi engavetada** pela **municipalidade** frente à **pressão comunitária**⁴¹.

Tal situação fez com que a reocupação do Mercado Distrital de Santa Tereza se configurasse como a principal pauta de discussão e atuação do MSST, que funcionaria agora, sob uma agenda propositiva, solicitando um diálogo com o executivo municipal para a definição de diretrizes de uso para o mercado em conjunto com as propostas sugeridas pela comunidade. No fim de **2015** **a prefeitura transfere a responsabilidade do Mercado** - que até então era da **Secretaria de Desenvolvimento** - para a **Fundação Municipal de Cultura** (FMC).

Em **2015** a mobilização em defesa da preservação do patrimônio cultural do bairro conquistou outra vitória: **a aprovação da Proteção do Conjunto Urbano de Santa Tereza**. O processo de proteção foi aberto em 1996, no âmbito da luta pela **ADE**, e somente foi retomado em **2013** **através de novas reivindicações da comunidade** junto à **Fundação Municipal de Cultura** e a **Diretoria de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte**. Entre as justificativas, **pesava a constatação de que “as ações de proteção dos bens culturais do bairro não podem ser resumidas ao instrumento da ADE e que suas características, na verdade, não têm impedido o processo de verticalização e o adensamento populacional da área”** (MOVIMENTO SALVE TEREZA, 2013 apud FMC, 2015). Diante disso, a Diretoria de Patrimônio Cultural (órgão da FMC) elaborou um dossiê que propunha uma série de medidas e diretrizes que fundamentam a proteção. Sendo assim, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte / **CDPCM-BH**, em **março de 2015**, deliberou aprovar a proteção do **Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza** e a abertura de processo de tombamento dos bens culturais através da **Deliberação N° 019/2015**. A introdução do texto aprovado resume bem a importância do tradicional bairro para a cidade:

⁴¹ Vale ressaltar que **outros projetos foram propostos** pela **prefeitura** para o **Mercado** nesse período, como a **criação da Sede da África no Brasil**, em **abril de 2015**, e a **instalação de um teatro móvel de Shakespeare do Globo Theatre**, em **fevereiro de 2016**. Ambos foram rechaçados pelos **movimentos comunitários e ACBST**.

No interior das cidades modernas emergem alguns territórios que conformam padrões sócio espaciais muito próprios. São lugares que se afirmam pela diferença ou oposição às imposições rígidas da vida urbana - tão marcada pelas determinações dos valores de troca - caracterizando-se como exemplos de resistência ao processo mais amplo de transformação das cidades. Estes espaços, de maneira geral, são carregados de significados históricos, simbólicos e afetivos, assumindo uma determinada personalidade e tornando-se, por conseguinte, singulares.

Em Belo Horizonte, o bairro de Santa Tereza corresponde, indubitavelmente, a um destes territórios. Figurando como referência proeminente e distintiva dentro da vida cotidiana da cidade, este bairro vem desempenhando ao longo das décadas, uma original função aglutinadora e polarizadora para os belo-horizontinos, o que lhe confere um genuíno poder de evocação de imagens e significados no imaginário coletivo.

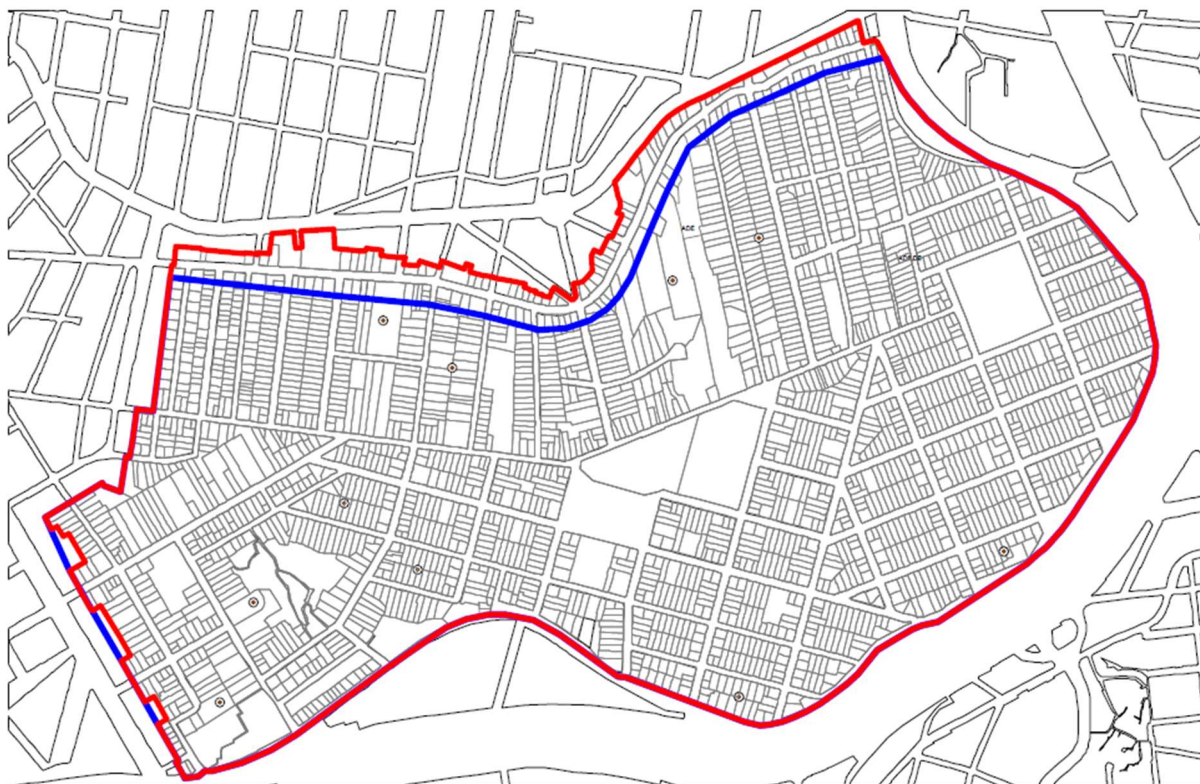
Localizado na região leste de Belo Horizonte, o bairro Santa Tereza, começou a ser ocupado ainda nos primeiros anos da Capital mineira. Embora localizado em uma região pericentral da cidade, o modo como se desenrolou a sua conformação sócio espacial permitiu com que, por muito tempo, ele se mantivesse relativamente imune à especulação imobiliária e aos impactos urbanísticos e sociais por ela provocados. Isto se deve, em parte, ao fato do bairro não se configurar como um local de passagem para outras regiões da cidade, não sendo perpassado por grandes artérias de circulação. Também contribuiu para seu relativo isolamento, a topografia formada por declives na parte norte e sul, além da presença da rede férrea e do Ribeirão Arrudas, duas importantes barreiras físicas. Em função destas e outras características, o Santa Tereza conseguiu chegar ao século XXI preservando um casario tradicional que remete às primeiras décadas do século XX, além de uma ambiência característica das cidades interioranas. Com isto, Santa Tereza passou a figurar no cenário Belo-horizontino como um bairro muito peculiar, carregado de representações simbólicas.

Tanto para os moradores do bairro, como para os demais habitantes da cidade, e, mesmo para aqueles que não o frequentam constantemente, o Santa Tereza encerra duas dimensões simbólicas fundamentais. A primeira evoca a ideia de um bairro tradicional, opondo-se ao modo de vida moderno, no qual as relações caracterizam-se pela impessoalidade. Em outras palavras, Santa Tereza é representada como um lugar de morar que ostenta características muito próprias de cidades pequenas e interioranas, guardando uma atmosfera comunitária, na qual moradores mantêm relações sociais mais estreitas, compartilhando de um mesmo sentimento de pertencimento ao lugar onde residem. (DELIBERAÇÃO Nº 019/2015)⁴²

A figura abaixo ilustra o mapa com os limites propostos para o Conjunto Urbano (de vermelho) junto com os limites da ADE. Em relação à área da ADE, percebe-se que a mancha do Conjunto Urbano exclui alguns lotes na Avenida do Contorno na fronteira com o bairro Floresta enquanto inclui todos os lotes lindeiros à Rua Pouso Alegre, no norte do bairro.

⁴² Link para a publicação da Deliberação nº 019/2015 no Diário Oficial do Município: <<http://bit.ly/2NC2lut>> Acesso em outubro de 2019.

Figura 43 - Limites do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza



Fonte: FMC, 2015

Tratado aqui anteriormente, o projeto do Complexo Andradas, lançado em 2013 e localizado na região de Santa Tereza conhecida como Chapéu de Napoleão, voltou à tona em 2015. As empresas parceiras (PHV Engenharia e Farkasvolgyi Arquitetura) não desistiram de empreender no local sob parâmetros urbanísticos excepcionais à regras atualmente previstas para a área conforme legislação municipal. A nova versão do Complexo lançada pode ser caracterizada como o segundo momento de um processo de constantes alterações do projeto, balizado tanto por questões de viabilidade financeira quanto por críticas levantadas pela comunidade resistente ao projeto.

Diferente da megatorre original, o projeto foi reformulado e sua grande altimetria foi dividida pelas três torres envidraçadas menores de 60 pavimentos, com cerca de 240 metros de altura cada (Fig. 44). O escritório FarKasVölGyi afirmou que a adaptação do partido arquitetônico se deu pela melhor viabilidade e pela facilitação da comercialização dos andares da edificação⁴³ e a criação de uma praça pública como área de contemplação e paisagismo seria um enorme ganho em questões de sustentabilidade e gentileza urbana, o que é muito mais

⁴³ “[...] uma das justificativas para a mudança seria a de que é mais fácil vender 50 mil metros quadrados em cada uma das torres do que 150 mil metros quadrados em apenas uma torre.” (OLIVEIRA, 2015). Ver em <<http://hoje.vc/1lmv8>>

relevante que a altura do edifício e compensaria o impacto paisagístico causado (OLIVEIRA, 2015), que é uma das grandes críticas feitas ao projeto.

Figura 44 - Segunda versão do Complexo Andradas

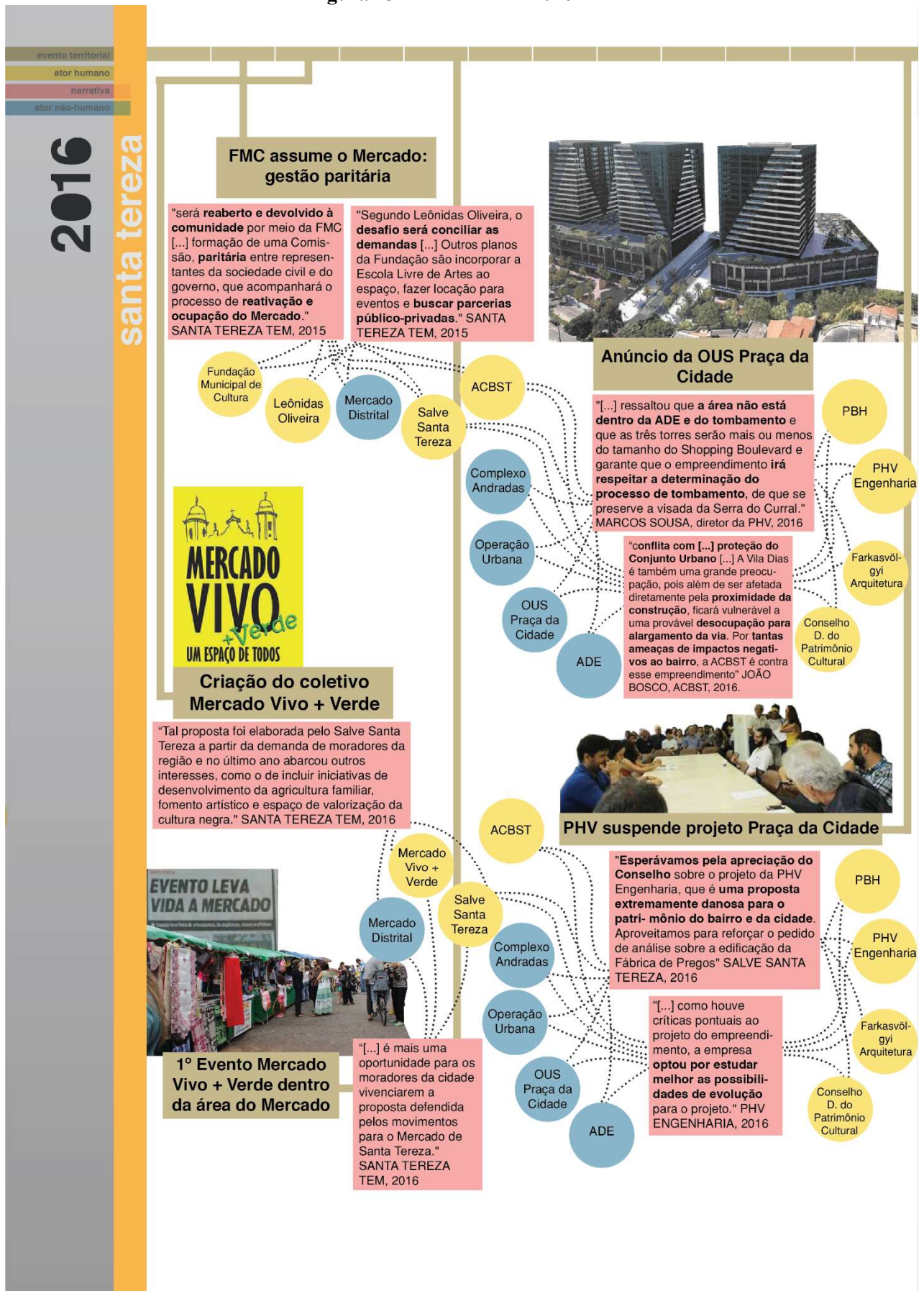


Fonte: OLIVEIRA, 2015 apud JACOMINI & FREITAS, 2018.

Essa concepção do projeto teve pouca divulgação e visibilidade, tornando difícil inclusive as pesquisas por informações⁴⁴. Além disso, não foi levada adiante e cerca de um ano depois a PHV Engenharia divulgou uma nova versão do empreendimento.

⁴⁴ As únicas fontes que citam essa versão do projeto são uma matéria de Janaína Oliveira no Hoje em Dia e um artigo acadêmico de André Jacomini e Daniel Freitas da UFMG.

Figura 45 – Santa Tereza 2016



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa luta pela reabertura do Mercado levou a constituição de uma rede com inúmeras pessoas e entidades mobilizadas para esse fim, culminando na criação do Movimento Mercado Vivo + Verde em 2016.

A iniciativa é colaborativa e fruto da parceria entre o Movimento Salve Santa Tereza, a Feira Terra Viva, a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza (ACBST) e a Feira de Artesanato de Santa Tereza, que se uniram para efetivar a ocupação cultural e comunitária do Mercado, tendo como base o projeto Mercado Vivo + Verde. Tal proposta foi elaborada pelo Salve Santa Tereza a partir da demanda de moradores da região e no último ano abarcou outros interesses, como o de incluir iniciativas de desenvolvimento da agricultura familiar, fomento artístico e espaço de valorização da cultura negra. (SANTA TEREZA TEM, 2016)

Essa rede começou a organizar mensalmente o evento Mercado Vivo + Verde no próprio Mercado Distrital, na área externa destinada ao estacionamento, agregando feirantes para venda de alimentos, expositores artesãos, artistas mobilizados pela causa e frequentadores sobretudo do bairro. Nas palavras do movimento: “uma feira de produtos e alimentos agroecológicos, arte e artesanato, economia solidária, comes e bebes, música, circo, dança, capoeira, vinil”. Os eventos sempre são bem movimentados, contando com grande participação da população do bairro e parte da cidade, além de constantemente receberem uma cobertura na mídia online e impressa considerada positiva, pois muitas vezes as narrativas colocadas pelos jornais condizem com o discurso do movimento (Fig. 46).

Fig. 46 - Montagem Feira Mercado Vivo+Verde



Fonte: Indisciplinar UFMG, 2017.

Em janeiro de 2017, o recém-empossado prefeito Alexandre Kalil (PHS) se reuniu com o MSST e a Associação de Moradores do Bairro e colocou que concederia a gestão do imóvel às duas entidades desde que fosse apresentado um plano de viabilidade econômica para

sustentar o espaço, sem que houvesse a necessidade de investimentos do orçamento público. Dessa forma, a rede Mercado Vivo + Verde chegou a apresentar ao prefeito um plano de negócios para a ocupação do Mercado Distrital, elaborado em parceria com o SEBRAE-MG, assim como um projeto arquitetônico e orçamento para reforma do imóvel. Entretanto ao invés de ceder diretamente o Mercado Distrital ao movimento, o Executivo Municipal incluiu o espaço no chamado ‘PMI dos Mercados’ em março de 2018. Trata-se do Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI nº. 01/2018, decorrente de estudos realizados pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Municipal nº 16.726, de 27 de setembro de 2017. É um instrumento que implementa PPP’s para gerir os mercados municipais e, de acordo com a PBH (2018), objetiva “identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico, social e sustentável e que propicie a recuperação dos mercados municipais como ponto de convivência para a comunidade”. Dessa forma, a prefeitura desconsiderava o processo de diálogo que havia iniciado com a comunidade do bairro e não reconhecia os frutos da construção coletiva e participativa que se desdobrou no Mercado Vivo + Verde. Segundo o MSST, o projeto de PPP colocou o movimento para competir de forma desleal com a iniciativa privada:

Embora o Edital do PMI, timidamente, expresse a possibilidade de participação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, toda sua estrutura jurídica leva a excluir tais organizações, visto que a modalidade de Concessão Comum, via Parceria Público Privada - PPP, prevê futura licitação na modalidade concorrência, sendo vencedora a empresa que apresentar a melhor proposta econômica, como determina a legislação, sem assegurar a concorrência leal entre as organizações sem fins lucrativos e as empresas ou consórcio de empresas que visam lucro. (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2018)

Esse ofício de repúdio à inclusão do Mercado no PMI⁴⁵ culminou em mais uma reunião entre o prefeito Kalil recebeu e representantes do movimento. O prefeito colocou que o Mercado Distrital de Santa Tereza não seria retirado do PMI, como pretendiam, porém seriam observadas na futura licitação do Mercado importantes diretrizes reivindicadas pelo movimento.

Em 2016 também, o projeto da PHV Engenharia voltou com muita força. Sua terceira versão lançou mão de novos instrumentos urbanísticos e contou com grande divulgação. Sob o novo nome de ‘Praça da Cidade’, agora a proposta se constituía como uma Operação Urbana Simplificada (OUS). Trata-se de uma outra modalidade de parceria público-privada criada a partir da Lei nº 9.959/2010 de revisão do Plano Diretor de 1996 de Belo Horizonte (Lei nº 7.165/96), que segue as regras gerais das Operações Urbanas previstas no Estatuto da Cidade,

⁴⁵ Nota sobre o ofício lançada pelo MSST <<http://bit.ly/2lQCgUd>> Acesso em 24 de set. de 2019. O ofício pode ser conferido na íntegra no relatório técnico ‘O bairro central Santa Tereza sob ataque do urbanismo neoliberal’ desenvolvido pela FA Santa Tereza / OUC ACLO do Indisciplinar UFMG.

mas que prevê classificação delas em dois tipos: Simplificadas (OUS) e Consorciadas (OUC). Ambas preveem a flexibilização de leis urbanísticas, ou seja, possibilitam, em caráter de exceção, a alteração de parâmetros urbanísticos relativos a uso e ocupação do solo na área de interesse. Como principais diferenças entre as duas, CHAGAS (2013) coloca que (i) “enquanto a OUS serve como um instrumento de negociação entre o Poder Público e apenas um empreendedor, a OUC envolve um Consórcio” e que (ii) na OUS, “a contrapartida é paga em dinheiro ou com a realização de alguma obra de interesse público, que podem ser utilizados em qualquer lugar da cidade. Já na OUC, a contrapartida deve ser paga em dinheiro ou CEPAC⁴⁶ e os recursos só podem ser utilizados dentro do perímetro da operação”. O texto em questão define:

Art. 66 - A Operação Urbana Simplificada, sempre motivada por interesse público, destina-se a viabilizar intervenções tais como:

- I - tratamento urbanístico de áreas públicas;
- II - abertura de vias ou melhorias no sistema viário;
- III - implantação de programa habitacional de interesse social;
- IV - implantação de equipamentos públicos;
- V - recuperação do patrimônio cultural;
- VI - proteção ambiental;
- VII - reurbanização;
- VIII - amenização dos efeitos negativos das ilhas de calor sobre a qualidade de vida;
- IX - regularização de edificações localizadas em área não parcelada oficialmente.
- IX - regularização de edificações e de usos;
- X - requalificação de áreas públicas. (Lei nº 9.959/2010, Belo Horizonte)

Destaca-se que uma OUS é sempre motivada por interesse público. No caso da **OUS Praça da Cidade**, seu interesse público se justifica através da **melhoria da mobilidade urbana entre os Bairros Santa Tereza e Santa Efigênia e aumento do conforto dos seus moradores e frequentadores**, proporcionados a partir (i) da criação de uma travessia da linha de trem para veículos e pedestres na Avenida dos Andradas e (ii) da implantação de uma praça com grande área de fruição pública.

Diferente das torres anteriores, o projeto foi reformulado e agora as três torres envidraçadas tinham 23 andares cada, cerca de 80 metros de altura, e possuíam uma base de estacionamentos com mais de 1.500 vagas (Fig. 47). Seu novo nome sintetizava a intenção de

⁴⁶ “Com o objetivo de que os governos locais possam arrecadar recursos antecipadamente, o Estatuto da Cidade permitiu a emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), ou seja, a comercialização de títulos imobiliários equivalentes ao valor do estoque edificável excedente definido no Plano Urbanístico.” (MARX et al., 2017)

se implantar ali a grande praça pública, ainda sustentada pelos preceitos de sustentabilidade e gentileza urbana. A praça ocupava o topo da base de estacionamentos e possuía uma passarela de ligação entre o Boulevard Shopping e a área comercial do projeto. Essa base possuía uma enorme fachada cega com quatro pavimentos e dificultava a articulação do espaço com o entorno devido à falta de escala humana. O projeto de mais de 100.000 metros quadrados construídos previa a quadruplicação do Coeficiente de Aproveitamento (CA) vigente na área do terreno (CA = 1,0).

Figura 47 - Imagem promocional da Praça da Cidade



Fonte: O TEMPO, 2016

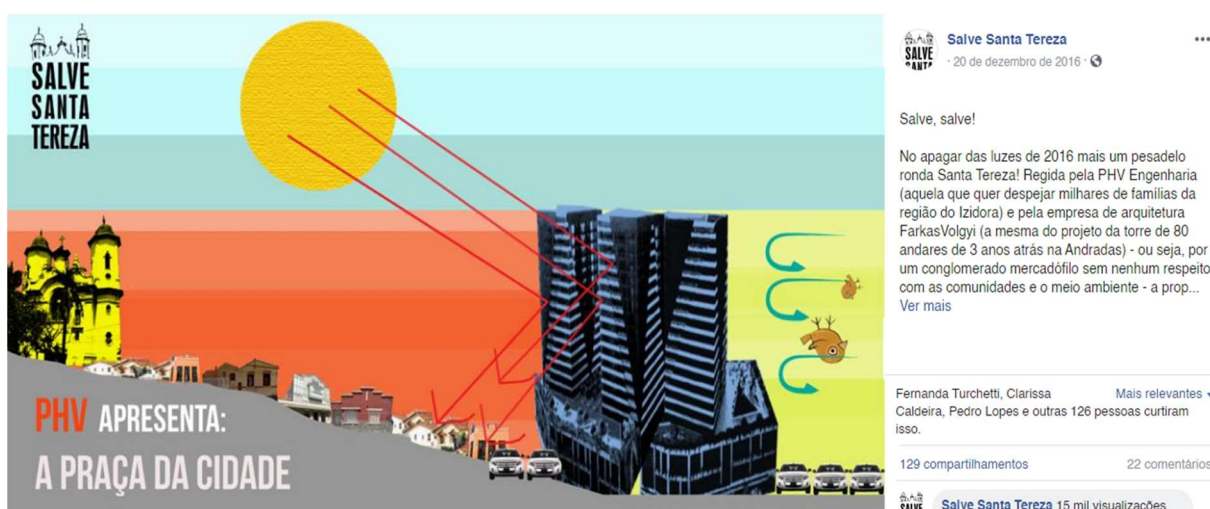
Os idealizadores argumentam que o projeto não está dentro da área da **ADE de Santa Tereza** e que **as novas torres propostas tem altimetria muito menor, chegando à mesma altura do Boulevard Shopping, o que causaria menor impacto na paisagem do bairro, de forma a respeitar as determinações do Conjunto Urbano sobre impedimento da visada da Serra do Curral.**

Enquanto isso, o grupo contrário ao projeto (encabeçado pelo **MSST** e pela **ACBST**) argumentava que o projeto vai na contramão completamente das diretrizes de preservação do bairro já que, devido a sua enorme proximidade, traria muitos impactos negativos. Entre as críticas, destaca-se: **a falta de participação da população na elaboração da OUS; o enorme fluxo de carros trazidos com o projeto; as desapropriações nas quadras do bairro e da Vila Dias**

prevista na ampliação da Rua Conselheiro Rocha; a grande barreira visual criada pelas altas torres; o fato da contrapartida do projeto, uma ligação viária do bairro com a Avenida dos Andradas, ser uma forma de beneficiar o próprio empreendimento; a barreira física que impede a passagem do vento; o calor causado pela reflexividade das torres envidraçadas, etc.

Além de várias reuniões, eventos, a rede contrária ao projeto se movimentou bastante na internet. Vários artigos de opinião e matérias jornalísticas⁴⁷, assim como posts de conscientização da população, tiveram ampla circulação online (Fig. 48).

Figura 48 - Denúncia feita pelo MSST nas redes sociais



Fonte: Salve Santa Tereza, 2016.

Em dezembro de 2016, a suspensão da OUS Praça da Cidade foi anunciada pela construtora PHV. O fato se deu bem no dia em que o projeto iria ser apreciado em reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, em que a pauta específica foi suprimida a pedido da empresa. Em nota, a PHV Engenharia ressaltou a necessidade de se rever algumas questões do projeto e que iria abrir espaços de diálogo com a comunidade:

A PHV Engenharia o desenvolvimento urbano deve estar alinhado com o bem-estar das comunidades do entorno. Por isso, como houve críticas pontuais ao projeto do empreendimento Praça da Cidade, a empresa optou por estudar melhor as possibilidades de evolução para o projeto. A empresa reforça que serão realizados estudos para avaliar os possíveis impactos e as melhores formas de mitigá-los e reafirma que irá respeitar a determinação do processo de tombamento que estabelece a preservação da visada da Serra do Curral. Reuniões com a comunidade do bairro

⁴⁷ Vale citar o texto no blog Indebate da pesquisadora do Indisciplinar, Karine Carneiro, moradora do Santa Tereza e militante do MSST, que também orientou um TFG e publicou um artigo na Revista Indisciplinar sobre o tema. Ver 'Operações que simplificam: o caso das torres de Santa Tereza' <<http://indebate.indisciplinar.com/2017/05/08/operacoes-que-simplificam-o-caso-das-torres-de-santa-tereza/>> Acesso em 24 de setembro de 2019.

Santa Tereza serão programadas para o primeiro semestre de 2017. (PHV ENGENHARIA, 2016)⁴⁸

Para o Movimento Salve Santa Tereza a luta não havia terminado ali, pelo contrário, desejavam ampliar ainda mais mobilização a mobilização contra as torres. Para eles, a reivindicação do tombamento da fábrica se tornaria fundamental para a luta contra o projeto no próximo período.

⁴⁸ Ver em <<https://goo.gl/D594ak>>

O pedido de tombamento, para além das características históricas e arquitetônicas do imóvel, busca impedir a demolição do imóvel que está situado na área compreendida pelo projeto Praça da Cidade. A solicitação já havia sido feita anos antes, quando em 2013 o MSST entregou um abaixo-assinado de 1640 pessoas ao CDPCM-BH. Porém, a Fábrica não foi incluída no Conjunto Urbano. A partir do foco dado nessa pauta no ano de 2017, em novembro, a Diretoria de Patrimônio concluiu relatório técnico referente ao pedido de tombamento da Fábrica de Pregos São Lucas concluindo pela abertura do processo. Vale ressaltar que Bernardo Farkasvolgyi, dono do escritório de arquitetura que leva seu sobrenome, foi nomeado pelo prefeito Alexandre Kalil (PHS) como membro do CDPCM-BH em agosto de 2017⁴⁹. Esse fato fez com que a ACBST, assessorada pelo ativista e pesquisador do Indisciplinar Joviano Mayer, entrasse com requerimento administrativo do impedimento do voto do conselheiro na pauta da aprovação da proteção da Fábrica.

Cabe destacar que Bernardo Farkasvolgyi também faz parte do Conselho deliberativo do Clube Atlético Mineiro (CAM), time de futebol que o prefeito Alexandre Kalil (PHS) presidiu de 2008 a 2014 e ainda exerce grande influência nas tomadas de decisão. Além disso, o arquiteto também é responsável pelo projeto do novo estádio do CAM, a 'Arena MRV'.

No mesmo mês, em novembro de 2017, a PHV apresenta a quarta versão da OUS Praça da Cidade. A nova concepção do projeto parece absorver parte das críticas feitas anteriormente, principalmente no tocante à barreira visual e falta de escala humana. São apresentadas duas torres comerciais envidraçadas de 23 andares que se apóiam em uma base de pavimentos escalonada na porção de frente ao Santa Tereza, e não mais em uma base sólida de quatro pavimentos de fachada cega. Agora essa base formava praças “com playgrounds, academias ao ar livre, mesas para jogos, enfim, entretenimento e contemplação” (PHV, 2017). Segundo a empresa, a nova forma do projeto, exemplificada pelo escalonamento da base e a inclinação das torres, assim como a vidraça transparente sem reflexão suavizam a sensação de verticalidade do complexo arquitetônico. As jardineiras em todos pavimentos e as praças arborizadas seriam para tornar o verde como essência do projeto (PHV, 2017).

⁴⁹ Ver 'Conselho Deliberativo' em <<https://atletico.com.br/>> e 'Arena MRV' em <<https://www.mrvarena.com.br/>> Acesso em julho de 2018.

Figura 50 - 4ª versão da OUS Praça da Cidade, 2017



Fonte: PHV, 2017.

Além disso, a Vila Dias, até então ignorada no entorno, agora assumiu papel importante no processo de aprovação do projeto. Como parte da contrapartida do projeto, a PHV Engenharia sugere a execução de diversas obras de melhorias elencadas no PGE da Vila Dias, finalizado pela Urbel em 2014. O pacote de contrapartidas, proposto em 16 milhões de reais, também propõe a construção de uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) em área doada adjacente ao projeto, dentro do Chapéu de Napoleão.

Mesmo com as mudanças no partido arquitetônico e as novas contrapartidas, o projeto continuou sendo alvo de diversas críticas por parte da comunidade do bairro já que, segundo os movimentos, o projeto não altera em nada as ameaças que apresentava ao longo dos anos anteriores: descaracterização da paisagem cultural do bairro; comprometimento da visada da Serra do Curral; valorização e posterior elitização do entorno; abre precedentes para a flexibilização da ADE; grande impacto no trânsito; ampliação da Rua Conselheiro Rocha e suas remoções; demolição da Fábrica de Pregos, entre outras. Já sobre a questão da Vila Dias, há divergência de opiniões.

Em um aulão e distribuição de cartilha no 6º evento Mercado Vivo + Verde, em abril de 2018 (Fig. 51), o Indisciplinar UFMG argumentou, que mesmo com as obras do PGE, a implantação da OUS Praça da Cidade causaria um processo de gentrificação na área, começando com a expulsão de famílias que moram de aluguel.

Figura 51 - Detalhe da cartilha e fotos do Aulão⁵⁰



Fonte: Indisciplinar UFMG. 2018

Em um artigo de opinião bastante difundido entre a comunidade do bairro, Roberto Andrés (2017) afirma que a **Praça da Cidade não é necessária para a execução do PGE da Vila e a construção da UMEI**, uma vez que o valor das obras representam 0,15% do orçamento anual do município, **bastando, portanto, apenas vontade política da PBH**⁵¹.

Porém, alguns moradores da Vila Dias acredita que as torres vão favorecer a comunidade das duas vilas do bairro, justamente por conta da proposta de execução das obras do PGE em contrapartida. Segundo Luiz Cadeado, líder comunitário da Vila Dias, o projeto possibilitaria a revitalização das moradias e o aumento de empregos para os moradores do local. Nesse sentido, surgiu o movimento ‘Nós somos do bairro’, em que moradores da Vila Dias e

⁵⁰ O grupo produziu uma cartilha sobre o projeto Praça da Cidade informando a população os riscos que o mega empreendimento traz consigo. Foram impressos 1500 exemplares dos quais vários foram distribuídos em um Aulão Público para informar e ampliar a resistência local contra essa grave ameaça. Ver cartilha ‘Santa Tereza sob ameaça – o que está em jogo no projeto ‘Praça da Cidade’ em <<http://pub.indisciplinar.com/cartilha-santa-tereza-sob-ameaca/>>. Acesso em setembro de 2019.

⁵¹ Ver em <<https://www.otempo.com.br/opiniao/roberto-andres/nem-praca-nem-cidade-1.1545188>> Acesso em novembro de 2019.

da Vila São Vicente lutam pelo reconhecimento de suas demandas frente às pautas trabalhadas pela ACBST, por não acreditarem que a Associação os representasse de fato. Logo após o anúncio da 4ª versão da OUS Praça da Cidade, em novembro de 2017, foi **convocado um ato público** em repúdio ao abaixo-assinado para tombamento da **Fábrica de Pregos** realizado pela **ACBST** que, segundo os manifestantes, estaria agindo de forma autoritária ao não levar em consideração a opinião dos moradores das vilas (Fig. 52).

Figura 52 - Chamada do ato 'Nós somos do bairro', 2017

**ATENÇÃO MORADORES
DO BAIRRO SANTA TEREZA**

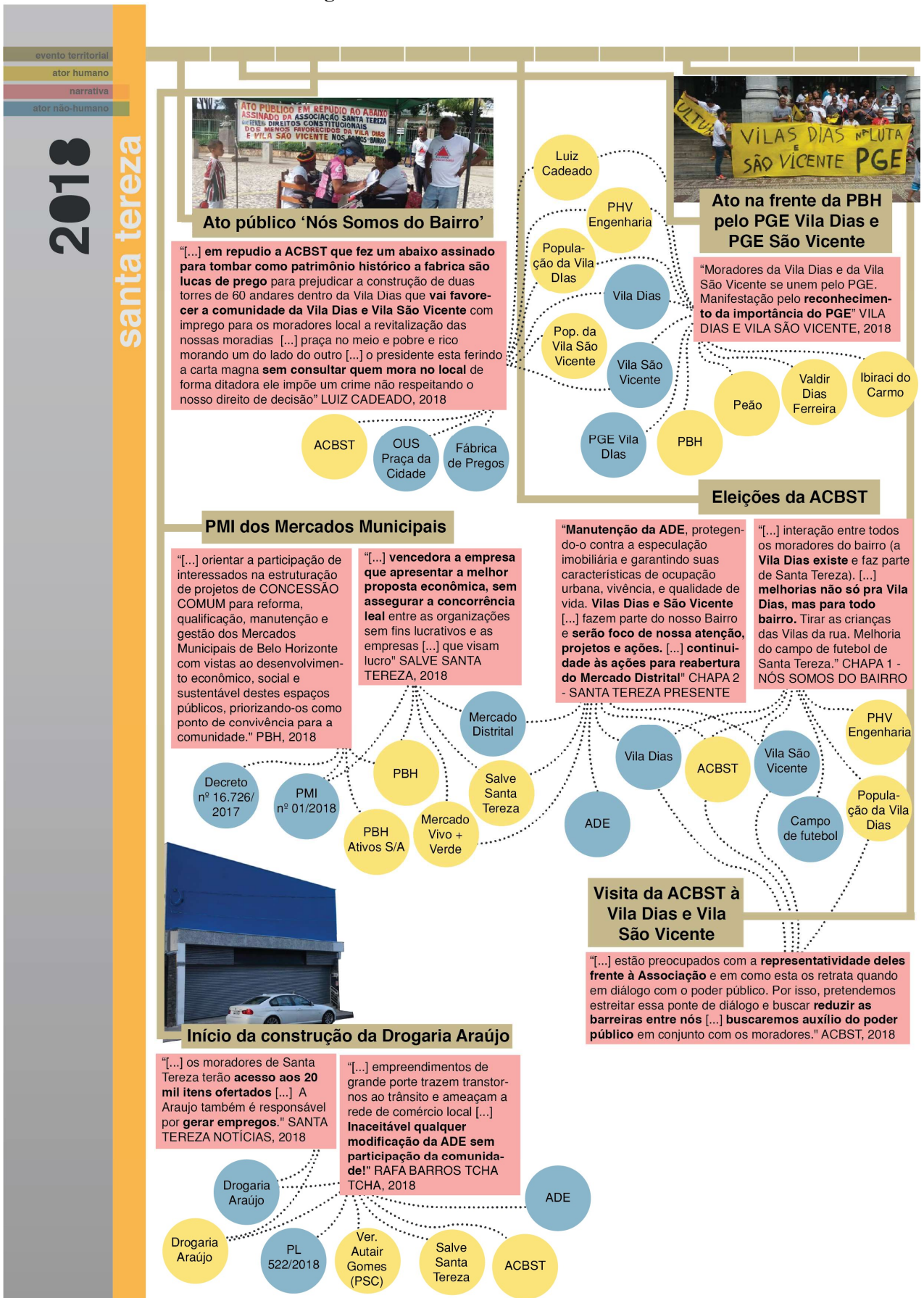
ATO PUBLICO
**NÓS SOMOS DO BAIRRO
NA PRAÇA DUQUE DE CAXIAS**

**CONTRA A INTERVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO
BAIRRO SANTA TEREZA EM ASSUNTOS
PERTINENTES À VILA DIAS E VILA SÃO VICENTE. AS
VILAS TEM ASSOCIAÇÃO PRÓPRIA E NÃO FORAM
CONSULTADAS NO ASSUNTO REFERENTE AO
TOMBAMENTO DA FÁBRICA DE PREGOS SÃO LUCAS.
POR SOLIDARIEDADE HUMANA E DEVIDO A
TOTAL INCONSTITUCIONALIDADE DO ASSUNTO
TRATADO, POR SER UM PROJETO JÁ TERMINADO, E
POR SER COMPLETAMENTE PREJUDICIAL ÀS VILAS
CITADAS, SOLICITAMOS A GENTILEZA DE ASSINAR
NOSSO CONTRA ABAIXO ASSINADO, PARA
COMBATERMOS ESSE ABUSO QUE ESTÁ SENDO
COMETIDO POR PESSOAS QUE VISAM APENAS O
INTERESSE PRÓPRIO. SE ACEITARMOS
INTERVENÇÕES EXTERNAS, SEREMOS EXPULSOS DE
NOSSA QUERIDA VILA.**

**DIA 19/11/2017
À PARTIR DAS 16 HRS**

Fonte: Luiz Cadeado. <<http://facebook.com/luizcadeado>>
Acesso em 20 de nov. de 2019.

Figura 53 – Santa Tereza 2018



Não há registros online do ato convocado para o dia 19/11/2017. Porém, aconteceu outro ato, no início de janeiro, em que os manifestantes passaram mais de 2 dias coletando assinaturas numa espécie de ‘contra abaixo-assinado’, na praça Duque de Caxias (Fig. 54).

É um ato público em repúdio a Associação do Bairro Santa Tereza que fez um abaixo assinado para tombar como patrimônio histórico a Fabrica São Lucas de prego para prejudicar a construção de duas torres de 60 andares dentro da Vila Dias que vai favorecer a comunidade da Vila Dias e Vila São Vicente com imprego para os moradores local a revitalização das nossas moradias igual a barrage Santa Lucia uma praça no meio e pobre e rico morando um do lado do outro Vila Dias e Vila São Vicente tem associação constituída o presidente esta ferindo a carta magna sem consultar quem mora no local de forma ditadora ele impõe um crime não respeitando o nosso direito de decisão amem. (LUIZ CADEADO, 3 de janeiro de 2018)⁵²

Figura 54 - Ato público ‘Nós somos do bairro’ realizado na Pça Duque de Caxias, 03/01/2018



Fonte: Luiz Cadeado. <<http://facebook.com/luizcadeado>> Acesso em 20 de nov. de 2019

O movimento teve atuação do líder comunitário **Luiz Cadeado** e contou com apoio da **PHV Engenharia**, como pode se observar na parte de trás da camisa dos participantes (Fig. 55). Além disso, os atos não obtiveram cobertura na mídia do bairro nem em jornais ou portais de ampla circulação, o que dificultou a coleta de mais informações.

⁵² Disponível em <<http://bit.ly/35Glrwr>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

Figura 55 - Camisa da mobilização ‘Nós somos do bairro’



Fonte: Karine Carneiro, 2018.

Um mês depois, em fevereiro de 2018, o grupo realizou outro ato, dessa vez uma caminhada até à Prefeitura Municipal (Fig. 56). A convocação para o ato contou com um vídeo intitulado “Moradores da Vila Dias e da Vila São Vicente se unem pelo Plano Global Específico - PGE” publicado na página do facebook ‘Vila Dias e Vila São Vicente’ criada poucos dias antes⁵³. No vídeo estão Luiz Cadeado, ex-presidente da Associação da Vila Dias; Caim, líder comunitário da Vila São Vicente; José Geraldo, ex-presidente da Associação da Vila São Vicente; Peão, líder na Associação da Vila Dias; Ibiraci do Carmo ‘Bira’ ex-presidente da Associação do Bairro Santa Tereza; Valdir Dias, fundador da Associação da Vila Dias. A manifestação reivindicava o reconhecimento da importância do PGE.

⁵³ Disponível em <<https://www.facebook.com/Vila-Dias-e-Vila-S%C3%A3o-Vicente-937768063042778>>

Figura 56 - Manifestantes das vilas na PBH, 03/02/2018⁵⁴



Fonte: Vila Dias e Vila São Vicente, <<http://bit.ly/37DXQ12>> Acesso em 20 de nov. de 2018

Nessa mesma época, nos dias 11 a 13/01, foi realizado o evento 'Cidade Eletronika 2018 - Microinvenções Urbanas: Tecnopolíticas do cotidiano para reinventar as cidades'⁵⁵, organizado pelo Festival Eletronika com ajuda do Indisciplinar UFMG na curadoria e tendo como recorte temático o bairro Santa Tereza. O grupo de pesquisa ministrou uma palestra no seminário sobre as ameaças dos projetos para o bairro e também produziu o Workshop 'IndAtlas Santa Tereza: uma cartografia digital das lutas em Santa Tereza'.⁵⁶

⁵⁴ Como os outros, esse ato só obteve divulgação e registro pelos manifestantes, não sendo mencionado na mídia do bairro nem nos jornais e portais da cidade, o que dificultou o levantamento de mais detalhes.

⁵⁵ Ver evento online em <<https://www.facebook.com/events/370189720118849/>> Acesso em 06 de junho de 2018

⁵⁶ Foi uma das primeiras aplicações da plataforma IndAtlas. Ver (Brito, M.; de Sá, A. I.; Borges, J.; Rena, N.; "IndAtlas - Technopolitic platform for urban investigation", p. 1305-1312 . In: . São Paulo: Blucher, 2018). Disponível em <<http://bit.ly/37zcBCe>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

Figura 57 - Indisciplinar no Cidade Eletronika 2018 com palestra e workshop



Fonte: Cidade Eletronika 2018.

Ainda no primeiro semestre de 2018, o começo da construção de uma loja da Drogaria Araújo no bairro foi acompanhada pela proposição de um projeto de lei (PL) que pretendia alterar a ADE de Santa Tereza, o PL 522/2018, de autoria do vereador Autair Gomes (PSC). O projeto da farmácia ultrapassava o limite de 300 metros quadrados previsto para esse tipo de comércio. De acordo com o Salve Santa Tereza, o PL, que propunha a ausência de qualquer limite para área de construção desse tipo de comércio, foi feito justamente no momento em que o estabelecimento estava em obras, no claro intuito de para viabilizar sua implantação. Essa flexibilização da ADE ainda abriria precedentes para a construção de outros estabelecimentos prejudiciais à preservação do bairro. Já segundo a Drogaria Araújo, a nova loja era um desejo da comunidade e fazia parte de um setor de interesse à saúde pública. Em abril, houve a Audiência Pública sobre o PL feita pela Comissão Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte⁵⁷.

⁵⁷ A pedidos do MSST e da ACBST, a audiência foi requerida oficialmente pelos vereadores Pedro Patrus (PT), Arnaldo Godoy (PT) e Áurea Carolina (PSOL). Link para transmissão ao vivo no facebook do Indisciplinar <<https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg/videos/1675453339212822/>> e <<https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg/videos/1675503952541094/>> Acesso em 10/06/2018

Figura 58 - Audiência Pública sobre o PL 522/2018 com participação do advogado-pesquisador Joviano Mayer na mesa



Fonte: Indisciplinar UFMG. 2018

Meses depois, em junho de 2018, houve a eleição para nova diretoria da Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza. A Chapa 2 - Santa Tereza Presente, formada por integrantes da gestão anterior, membros do MSST e do Mercado Vivo + Verde foi a vencedora na eleição que contou com grande participação da população do bairro⁵⁸. A chapa ganhadora pretendia dar continuidade ao trabalho da última gestão e pautava, principalmente: a defesa da ADE; a luta pela preservação do bairro; a continuação das ações pela reabertura do Mercado Distrital; e o desejo de aproximação e atuação nas Vilas Dias e São Vicente. Outra chapa que se destacou nesse processo foi a Chapa 1 - Nós Somos do Bairro, composta em sua maioria por moradores da Vila Dias. Apesar disso, não era composta pelos líderes comunitários Luiz Cadeado, Peão e Valdir Dias. As propostas da chapa davam grande destaque para a vila, pois acreditavam ser um território sem o devido reconhecimento dentro do bairro: “Promover a interação entre todos os moradores do bairro (a Vila Dias existe e faz parte de Santa Tereza)” (SANTA TEREZA TEM, 2018). A Chapa ainda se envolveu na polêmica de que, em sua formação inicial, haviam membros contratados pela PHV Engenharia (INDISCIPLINAR, 2018, p. 183).

Outro fato que balançou o bairro foi o projeto de subemenda 50 à emenda 126 do Plano Diretor, que estava em fases finais de elaboração e prestes a ser votado na Câmara. A medida do vereador Léo Burguês (PSL) apresentada no início de 2019 previa a mudança de parâmetros

⁵⁸ Em uma votação expressiva de 688 votos, a Chapa 2 - Santa Tereza Presente venceu com 357 votos, contra 169 votos da Chapa 1 - Nós Somos o Bairro e 158 votos da Chapa 3 - Todos por Santa Tereza. Fonte: <<https://www.santaterezatem.com.br/2018/06/11/chapa-santa-tereza-presente-e-eleita-para-acbst/>>

de construção de alguns tipos de estabelecimentos comerciais, como foi o caso da construção da loja da **Drogaria Araújo** no bairro. Segundo o vereador, a medida acontecia pelo bem de Santa Tereza e era uma solução a problemas como o da Drogaria Araújo. A **ACBST** e o **Salve Santa Tereza** foram de embate ao projeto de subemenda pois acreditavam ser mais um ataque à ADE do bairro e abriria precedentes para várias novas construções que impactariam negativamente a vida no bairro. Desse modo, a **Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana** convocou uma **Audiência Pública no dia 16/05/2019** para discutir essa e outras emendas que foram fruto de preocupação entre os moradores do bairro em relação à **ADE**, ao **PGE da Vila Dias** e ao **Chapéu de Napoleão**. Este possuía a possibilidade de ser incluído na mancha da **ADE** a partir do novo **Plano Diretor**, já que fora assim aprovado na IV Conferência de Política Urbana realizada em 2014.

Figura 59 - Audiência Pública sobre as ameaças à ADE e o PGE, 16/05/2019



Fonte: Santa Tereza Tem, 2019.

A Audiência Pública aconteceu no MIS Cine Santa Tereza e teve ampla participação dos **moradores do bairro, inclusive das Vilas Dias e São Vicente**. Enquanto os membros da **ACBST** e do **Salve Santa Tereza** defendiam a **manutenção da ADE e sua extensão à área do Chapéu de Napoleão**, os **moradores das Vilas Dias e São Vicente** defendiam ferrenhamente a importância de se executar as obras do **PGE Vila Dias**, independente da forma de financiamento. Os membros da **ACBST** e do **Salve Santa Tereza**, assim como alguns **vereadores** presentes, defenderam que **o PGE não deve ser feito como contrapartida de um grande projeto**,

mas sim que era tarefa do poder público municipal e que, para tanto, deveria haver pressão popular⁵⁹.

Os encaminhamentos da Audiência foram:

- **Convocar uma Audiência Pública na Vila Dias e São Vicente para cobrar do Prefeitura a urbanização do local com a implementação do P.G.E. (Plano Global Específico), já aprovado há vários anos, mas até hoje no papel.**
- Reivindicar junto à Secretaria de Política Urbana a regularizar fundiária da Vila Teixeira, na Rua Teixeira Soares, cujos moradores estão ameaçados de expulsão.
- Realização de uma visita técnica da Câmara municipal de fiscalização oficial da obra realizada pela Drogaria Araújo, para que, se não estiver dentro dos parâmetros das diretrizes de construção da A.D.E. do bairro, que o estabelecimento se readéque.
- **Apresentar emenda à Comissão de Orçamento da Câmara Municipal de Belo Horizonte para incluir a área conhecida como “Chapéu de Napoleão” na ADE de Santa Tereza.** (Santa Tereza Tem, 2019, grifo do autor)⁶⁰

*

Dessa forma, a partir do material produzido, dos conhecimentos adquiridos e produzidos acerca dos processos que envolvem o território estudado, caminha-se para a análise. Análise essa norteada pela busca das contradições envolvidas nas formações de grupos e seus diferentes arranjos, agenciamentos, entendidos de forma não-fixa e suscetíveis aos movimentos de diferentes forças.

⁵⁹ A mesa da audiência foi composta pelo ver. Pedro Patrus (PT), ver. Gilson Reis (PCdoB), Ver. Arnaldo Godoy (PT), ver. Cida Falabella (Psol), ver. Bella Gonçalves (Psol), ver. Gabriel Azevedo (PHS), ver. Pedro Bueno (PODE), Karine Carneiro do Salve Santa Tereza, Pedro Barros presidente da ACBST e Peão da Vila Dias, Carla Marques e Ana Livia Moreira, representantes da Urbel e Izabel Dias de Oliveira Melo, sub-secretária da Secretaria de Políticas Urbanas da PBH. O momento de abertura das falas teve participação de Luiz Cadeado da Vila Dias, Brígida Alvim do Salve Santa Tereza, Joviano Mayer da ACBST, e Cal Malone, representante da dep. estadual Ana Paula Siqueira (REDE). Fonte: Santa Tereza Tem <<https://www.facebook.com/SantaTerezaTem/videos/2352963511651289/>>

⁶⁰ Ver <<http://bit.ly/2OSNP7A>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

3 ANÁLISE: O CONFLITO EM TORNO DO CHAPÉU DE NAPOLEÃO

Como já dito, neste trabalho iremos realizar um primeiro teste do método da Cartografia das Controvérsias Indisciplinar, que ainda se encontra em fase de construção. No entanto, a parte de análise prevista no método será feita apenas em um recorte específico, já que não será possível aplicá-la nos muitos outros temas que possam surgir a partir do contexto trabalhado nessa pesquisa devido a limitações de tempo e condições materiais.

Sendo assim, trabalharemos com uma temática transversal que é o conflito territorial em torno do terreno Chapéu de Napoleão. A área e seu entorno se destacam como um ponto emblemático nesse trabalho pois capta diversos tipos de disputas e antagonismos que acontecem no bairro Santa Tereza. Portanto, é necessário tentar entender, historicamente, quais são os atores, quem tenta avançar no território, quem resiste e principalmente, como isso acontece.

A partir da cartografia geral do bairro, pôde-se perceber quais são os principais atores nessa história, os que estiveram mais presentes e que tiveram mais conexões. Com isso, foi feita uma filtragem dos eventos mais pertinentes ao recorte. Portanto, foram selecionados (i) os eventos que envolvem os elementos dentro do Chapéu de Napoleão: o campo de futebol e sua sede, a área residual da PBH, a área de propriedade da PHV Engenharia, a Fábrica de Pregos São Lucas e a série de projetos traçados para a área; (ii) os eventos envolvidos nos elementos no entorno imediato do Chapéu: a Vila Dias, as Torres Gêmeas, a Rua Conselheiro Rocha, a linha férrea e o metrô, o Boulevard Shopping; assim como (iii) os eventos relacionados aos marcos regulatórios que impactam a área direta ou indiretamente: a ADE Santa Tereza, Conjunto Urbano de Santa Tereza, o Plano Diretor de Belo Horizonte e a Operação Urbana Consorciada Nova BH / ACLO.

Figura 60 - Vista aérea do Chapéu de Napoleão e seu entorno



Fonte: Google Earth. Adaptado de PBH.

A partir da escolha desse tema, foram cartografados ainda mais eventos, que pudessem abarcar as especificidades desses elemento supracitados, como por exemplo reuniões, audiências públicas, eleições de associação de moradores, publicações *online*, surgimentos de determinados atores, etc.

Durante essa etapa, surgiu o questionamento de como o Chapéu de Napoleão teria se formado originalmente, o que levou ao levantamento dos eventos relacionados a esse processo. O grande terreno vago se formou como área remanescente após a retificação e canalização do leito do Ribeirão Arrudas naquele trecho, na década de 1980. Na Figura 61 podemos observar que a Fábrica de Pregos São Lucas foi um dos poucos elementos que não sofreram mudanças. A remoção de grande parte da Ilha do Urubu (Favelas do Perrela e União) e de algumas fábricas deu lugar ao terreno da área conhecida como Chapéu de Napoleão.

Figura 61 - Vista aérea da área do ‘Chapéu de Napoleão’ em 1967 e 2008

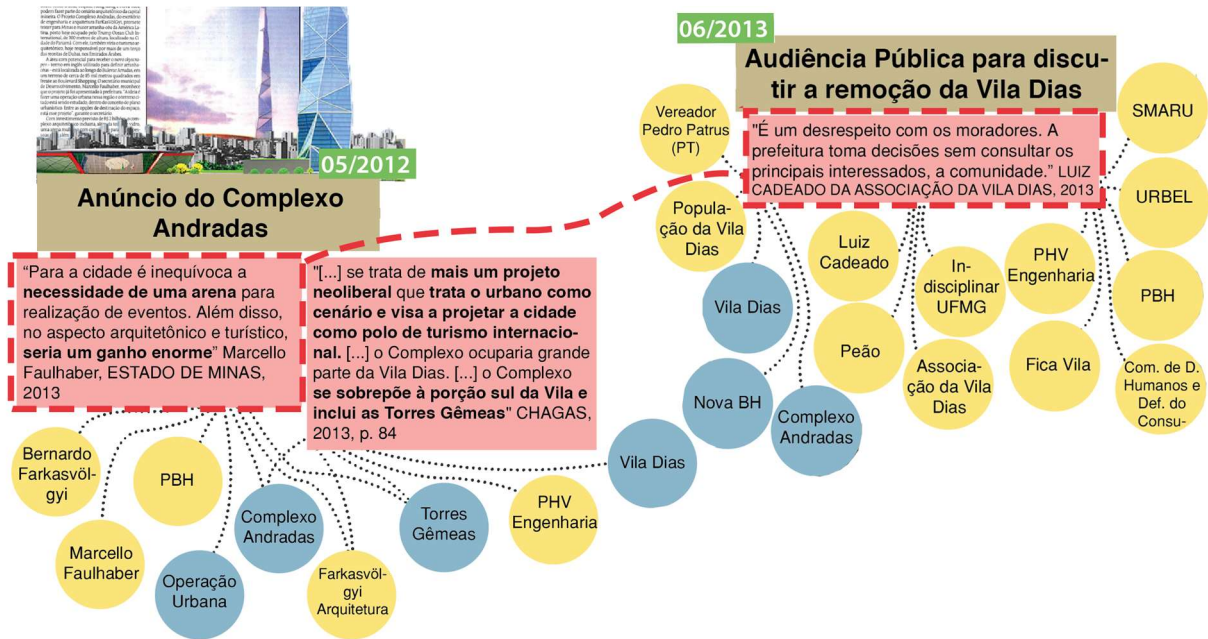


Fonte: Curral Dei Rei, 2010.

A partir da coleta e qualificação dos dados, da produção da Linha do Tempo com os diagramas e da escrita cartográfica, várias controvérsias puderam ser percebidas na comparação de narrativas atreladas aos eventos. Ao analisarmos, podemos resumi-las, essencialmente, em controvérsias principais, mais gerais, que simbolizam a maioria dos embates de narrativas que permearam os eventos durante todo o tempo analisado. Algumas delas são:

controvérsia i) **os projetos que abrangem a área devem ser motivados por interesse público e tem que haver participação popular, portanto, bom para o coletivo vs. os projetos trariam impactos negativos e o coletivo não foi consultado, houve falta de participação popular.** Exemplo de narrativa proferida por Marcello Faulhaber, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano à época e a narrativa de Luiz Cadeado, representante da Vila Dias:

Figura 62 - Exemplo para controvérsia i



Fonte: Elaborado pelo autor.

controvérsia ii) os projetos urbanos previstos para a área são tidos como indicadores de desenvolvimento econômico vs. causariam acirramento da desigualdade socioespacial. Exemplo de narrativa proferida pela PBH no Viurbs e a narrativa do Salve Santa Tereza:

Figura 63 - Exemplo para controvérsia ii



Fonte: Elaborado pelo autor.

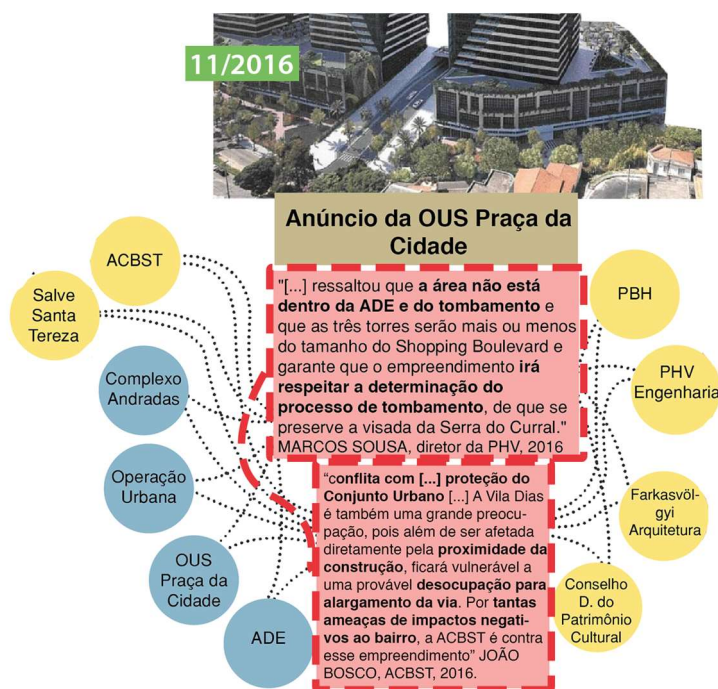
controvérsia iii) **legislação (zoneamento) não permite a implantação de projetos como o Boulevard Shopping, as torres da PHV e a OUC Nova BH/ACLO vs. implementar esses projetos através de exceções urbanísticas, flexibilizando leis.** Exemplo de narrativa na apresentação do projeto da PHV e a narrativa no estudo sobre as Operações Urbanas:

Parâmetros da legislação vigente: Coeficiente de aproveitamento (CA) = 1,0.
Parâmetros do projeto: CA pretendido = 4,13. (PHV Engenharia, 2017)

Na área de realização de uma Operação ocorre a flexibilização de certos parâmetros urbanísticos: estrutura fundiária, potencial imobiliário, formas de ocupação do solo e distribuição de usos podem ser flexibilizados e alterados. (CHAGAS, 2013, p. 40)

controvérsia iv) **o projeto da PHV não se localiza em áreas protetivas do bairro e portanto, não impacta o seu patrimônio vs. irá impactar negativamente nas características patrimoniais do bairro.** Exemplos de narrativa do empreendedor do projeto em contraste à narrativa denúncia da ACBST:

Figura 64 - exemplo para controvérsia vi



Fonte: Elaborado pelo autor.

controvérsia v) **o projeto da PHV prevê implantação de praças públicas, usando o argumento da sustentabilidade e gentileza urbana vs. impacto paisagístico e morfológico, assim como grandes danos ambientais que seriam causados pelo projeto.** Exemplo de narrativa na apresentação do projeto da PHV e a narrativa crítica dos movimentos do bairro:

Nas praças abrem-se as possibilidades de utilização pela população de todas as idades, com playgrounds, academias ao ar livre, mesas para jogos, enfim, entretenimento e contemplação; [...] Nas edificações, vidros transparentes e sem reflexão, para transparecer o que se vê além dos mesmos, muitas jardineiras em todos os pavimentos e jardim vertical tonalizando em verde a essência do projeto. (PHV Engenharia, 2017.)

[...] a altura das torres [...] criará uma barreira física que pode impedir a passagem de vento. [...] “Se olharmos de dentro para fora, nós moradores do bairro perderemos a vista da Serra do Curral. E, se olharmos de fora para dentro, a cidade perde a vista dos fundos da igreja e de boa parte do conjunto arquitetônico de Santa Tereza, hoje vistos pelo bairro Santa Efigênia” ressalta Karine. (Santa Tereza Tem, 2016)

controvérsia vi) **Complexo Andradas é um grande negócio vs. baixa viabilidade financeira para sua implementação.** Exemplos de narrativas em matérias jornalísticas sobre o projeto:

A estimativa é de que cada metro quadrado seja comercializado por cerca de R\$ 10 mil, via mercado direto. (TAKAHASHI, 2012.)

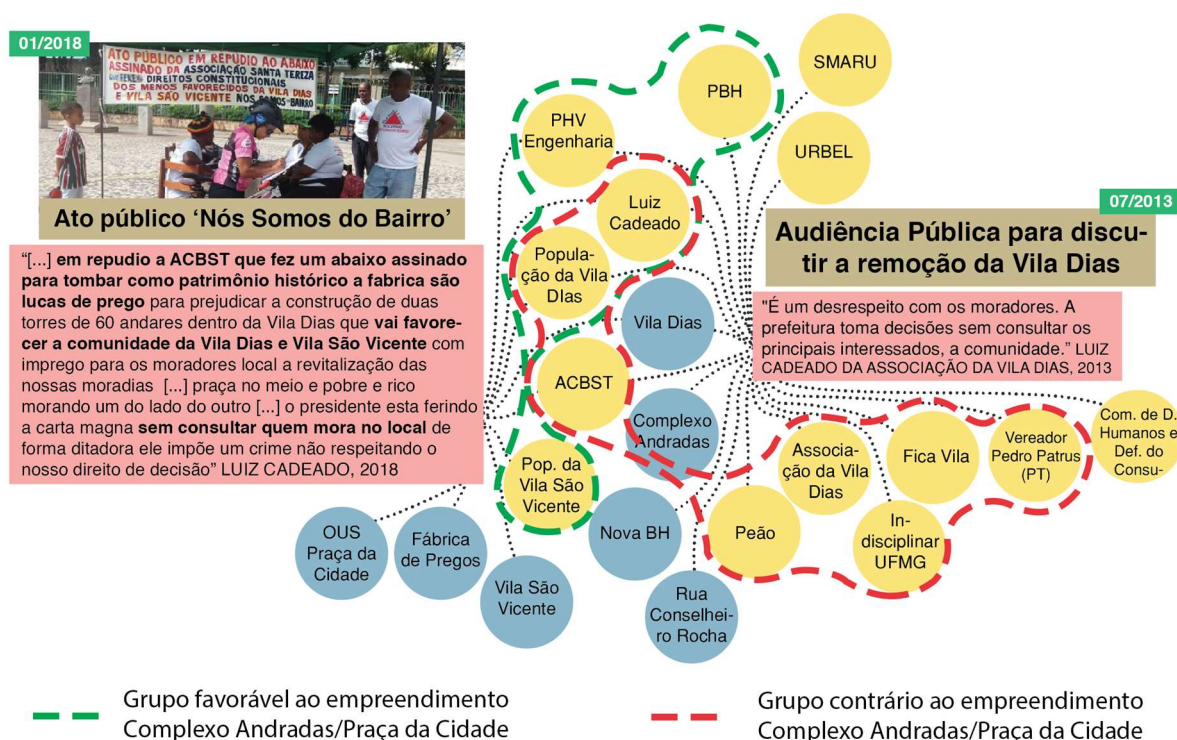
[...] em busca de maior viabilidade econômica [...] abandonaram a ideia original e já traçam um plano B [...] é mais fácil vender 50 mil metros quadrados em cada uma das torres do que 150 mil metros quadrados em apenas uma torre (OLIVEIRA, 2015.)

Pôde-se perceber que boa parte dessas controvérsias de 1º grau são representadas pelas narrativas de resistência, geralmente ligadas aos movimentos sociais, às associações de bairro, aos grupos da população atingida; contra as narrativa hegemônicas, perpetradas pelas instituições do Estado e pelos grupos privados do capital. Porém nem sempre isso se fez verdade, daí a necessidade de analisar os atores associados às narrativas. Podemos

complexificar essas controvérsias quando começamos a analisar as formações de grupos. Ao agruparmos os atores humanos na Linha do Tempo, percebemos várias controvérsias de 2º grau a partir da intercessão entre os grupos e anti-grupos, algumas são:

- recorte: posicionamento em relação à implementação do Complexo Andradas / Praça da Cidade. Selecionar os eventos que aparecem narrativas que contém isso.

Figura 65 - Agrupamento de atores em relação a implementação do Complexo Andradas/Praça da Cidade a partir de 2 eventos



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Indisciplinar UFMG.

controvérsia vii) **Os atores relacionados à Vila Dias (Luiz Cadeado e População da Vila Dias) estão presentes em duas formações de grupo contrárias.**

Outras aplicações desses dados podem ser feitas para a construção de mais informações, como o agrupamento de atores humanos, de atores não-humanos e de narrativas. Com esse passo, pode-se chegar a novas constatações, questionamentos e inquietações.

Nessa pesquisa, não foi possível fazer os quadros de agrupamentos de atores exatamente como prevê o método (Fig. 8, 9 e 10, p. 19), principalmente pela grande quantidade de dados e o prazo para entrega do trabalho. Não foi possível a síntese e a generificação dos atores para tal, fazendo com que o quadro ficasse extenso e pouca possibilidade de recursos gráficos, como

cores e ícones representativos⁶¹. Somente alguns atores foram suprimidos devido à irrelevância para o recorte proposto ou pela quantidade de vezes que aparece (uma) para facilitar a visualização e o entendimento das informações nos quadros. Entre os 68 eventos desse recorte temático, há 97 atores humanos diferentes, que foram reduzidos para 58, e 43 não-humanos diferentes, que foram reduzidos para 39.

Além disso, não foi possível a execução do quadro de narrativas, devido a grande quantidade e sua complexidade. Exigiria um esforço de síntese que não pôde ser feito a tempo.

⁶¹ Portanto, para quem lê o trabalho no computador, é possível dar *zoom*, e para quem o lê impresso, no final do trabalho contém um apêndice com os quadros completo e em tamanho factível.

Algumas constatações e questionamentos

A partir dessa cartografia, da historiografia, dos agrupamentos e das controvérsias já identificadas, podemos chegar a diversas descobertas e observações, assim como nos instiga e leva a novas perguntas e inquietações. A sobreposição dessas informações permite analisar o contexto de maneira mais nutrida e complexificada.

Os atores que mais aparecem, que mais tem conexões, portanto os ‘porta-vozes’, são a Prefeitura de Belo Horizonte, os moradores da Vila Dias, o Movimento Salve Santa Tereza, a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza e a PHV Engenharia. Podemos dizer que esses são os principais atores humanos envolvidos no conflito territorial em torno do terreno Chapéu de Napoleão⁶².

Há um processo recente de valorização da área, construído através de várias ações: o projeto de ampliação da Rua Conselheiro Rocha previsto no Viurbs; a construção do Shopping Boulevard Arrudas e sua megatorre corporativa; a desocupação das Torres Gêmeas; o desenvolvimento da gigantesca OUC (Vale do Arrudas / Nova BH / ACLO) e desenvolvimento do Complexo Andradas / OUS Praça da Cidade. Se trata de uma área que concentra investimentos e é alvo de interesses do setor privado, que em várias circunstâncias está aliado ao Estado – nesse caso, o poder executivo municipal.

Por que a PBH implementa a ADE mas elabora / autoriza projetos que vão de embate à ela? Qual a relação entre o Estado e o capital aqui? Não era para ser regulador das relações entre as empresas privadas e a cidade? Em diversos momentos ele é quem legitima a atuação perversa do capital sobre o território. Quais as circunstâncias que isso acontece? Qual o diferencial? As pessoas que ocupam os cargos estatais alternadamente? Os diversos órgãos do poder público municipal disputam entre si?

As controvérsias em torno das reais finalidades das Operações Urbanas enquanto instrumentos de aplicação de projetos são enormes. De fato cumprem com sua premissa? Ou, de acordo com as narrativas críticas, o instrumento está servindo apenas aos interesses privados de geração de lucro? Se sim, existe a possibilidade de esse instrumento cumprir com seu objetivo inicial de realizar “transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental” (Lei nº 10.257/01, Art. 32, §1º), ou seja, trazer benefícios públicos? Ou

⁶² Já entre os atores não-humanos, os que mais aparecem são, nessa ordem: Vila Dias, Operação Urbana, Complexo Andradas / Praça da Cidade, OUC Nova BH / ACLO e ADE.

sempre será limitado aos interesses políticos e econômicos, independentemente do modo de aplicação e de questões técnicas?

Agora que o Plano Diretor foi aprovado, a OUC ACLO será implementada?

No quadro, as Torres Gêmeas desaparecem a partir de 2013. O que houve? Qual sua relação com o atual projeto da PHV?

O IAB-MG e a Igreja Católica estiveram presentes na mobilização pela ADE de Santa Tereza na década de 1990. Por que sumiram (apesar do IAB aparecer uma vez em 2013)? Qual a relação dessas instituições com o bairro atualmente?

Em 2012 e 2013 vários movimentos e coletivos ativistas participaram da mobilização contrária às ameaças ao bairro naquela época e desapareceram logo depois (por exemplo: #A Ocupação, Brasilinha do Lacerda, Não!, Assembleia Popular Horizontal, Tarifa Zero, o próprio Movimento Fica Vila). Como surgiram? Mas mais importante, para onde foram? São originários da irrupção autonomista que protagonizou o cenário político da cidade aquela época? Isso demandaria outra escala de análise. São poucos os atores externos contrários aos ataques que continuam atuando ali (Indisciplinar UFMG e Brigadas Populares, por exemplo).

Apesar do Complexo Andradas prever a remoção da Vila Dias em 2012, a PBH, através da URBEL, inicia os estudos para elaboração do PGE, o que supostamente seria algo positivo para a Vila. O que motivou a realização do PGE? Ser aprovado no Orçamento Participativo não significa que será iniciado logo após.

Por que o PGE teve início? Na reunião do dia 10 de junho vários moradores, incluindo o presidente da Associação, disseram não se lembrar de que no Orçamento Participativo a Vila tenha solicitado recursos para o PGE. (CHAGAS, 2013, p. 104)

A narrativa do desenvolvimento econômico é muito presente ao longo do tempo analisado. Mas o que de fato esse termo significa? Assim como a narrativa da necessidade de se implementar esses grandes projetos para trazer melhorias coletivas. É realmente necessário? É a única forma viável? Que melhorias são essas?

Apesar de cessar em alguns momentos, as investidas das empresas privadas sempre voltam. Os atores não-humanos ‘Complexo Andradas’ / ‘OUS Praça da Cidade’, por exemplo, não pararam de aparecer. Mesmo sendo tão controverso, tão atacado pela população, o projeto ainda ‘resiste’. Como ele avança ao longo do tempo e do território?

Ele não só avança apesar da recepção negativa da comunidade, mas também traz consequências muito positivas para seus empreendedores, como por exemplo o ganho de visibilidade e renome para o projeto e as empresas. Como pode isso? Jacomini & Freitas (2018) aponta que

a forma inusitada e a escala garantiram ao empreendimento grande visibilidade na mídia, ampliando o capital cultural dos agentes privados envolvidos. [...] Essa caracterização é importante para garantir uma relação de ícone para o edifício, tendo visibilidade internacional e atração de investimentos como objetivo. (JACOMINI & FREITAS, 2018)

De fato, as narrativas em prol do projeto chegam a atingir uma escala internacional, de globalização, como o anúncio da “Maior edifício da América Latina”, por exemplo.

Existem atores que somem mas continuam super presentes sob outro nome, como é o caso da OUC Nova BH e do Complexo Andradas, que mudam para OUC ACLO e OUS Praça da Cidade, respectivamente. Tanto é que nesses casos, as narrativas e as formações de grupos em volta desses atores não-humanos mudam pouco com o passar do tempo.

Por que os moradores da Vila Dias são favoráveis ao projeto das torres? Eles mudaram de ideia? Como isso aconteceu?

Destaque para estes últimos apontamentos

Essas últimas questões exigem um aprofundamento nas controvérsias i) e vii). Nelas, podemos destacar a controvérsia de 1º grau (narrativas contrárias): a Praça da Cidade vai impactar negativamente a vila, podendo causar inclusive sua expulsão vs. o projeto é ótimo para a Vila, trazendo grandes benefícios.

Esta narrativa favorável ao projeto ganha corpo quando ao seu grupo se soma os moradores da Vila Dias. Isso acontece justamente quando a 4ª versão do empreendimento incorpora a execução do PGE. Isso diz da incrível capacidade de ‘resistência’ do projeto já que, absorve a crítica de que terá enormes impactos negativos para a Vila. Essa absorção das críticas se fez presente ao longo do processo de constante mudança do projeto das torres da PHV, assim como no caso da OUC Nova BH / ACLO. Porém no caso da OUC, essa adaptação aconteceu de maneira forçosa, graças à determinações judiciais que, por sua vez, aconteceram graças à resistência contrária à Operação.

No caso das Torres, pode-se dizer que há uma estratégia dos empreendedores de incorporar algumas das críticas dos movimentos, da universidade, e adaptar sua estética e seu partido arquitetônico, de modo a arrefecer seu caráter destrutivo e angariar apoio junto à população. Porém, como já mencionado, as adaptações também incluem justificativas de viabilidade financeira.

Esses dois grandes projetos tem uma grande capacidade de adaptação, já que, além de adaptar a narrativa, também se adaptam aos novos atores humanos que surgem na rede, trazendo-os para sua formação de grupo. Em 2012 e 2013, o Complexo Andradas tinha grande apoio do chefe da PBH à época, o prefeito Márcio Lacerda (PSB), assim como a OUS Praça da Cidade tem atualmente com um diferente prefeito, Alexandre Kalil (PHS). O que nos leva a pergunta: como essas mudanças afetam os empreendedores? São estruturais? Causam algum tipo de prejuízo? Carece maior investigação.

Percebemos o nível de perversidade do capital, que coopta atores a seu favor e se aproveita da falta de atuação do Estado, que é outro ator do mesmo grupo, no caso a PBH, através da execução de obras urbanas que deveriam ser proporcionadas pelo poder público. Pode-se inclusive questionar os interesses por trás da não concretização das obras do PGE nesse período.

Mas não só isso, de fato, o PGE da Vila Dias estava esquecido, até mesmo pelos grupos de defesa em permanência da Vila, incluindo a ACBST e o Salve Santa Tereza. Podemos constatar isso quando olhamos para os quadros das Fig. 68 e 69 (p. 110) e percebemos que o PGE fica desaparecido por anos. Isso fica explícito nos recentes manifestações dos moradores da Vila Dias, que tem como foco principal o reconhecimento da importância das obras do PGE. Em 2018, Peão, uma liderança da Associação da Vila, fez um desabafo em seu perfil no Facebook:

Boa noite aqui comunidade e bairro vocês que moram na parte de cima, quero apenas com algumas palavras mostra tamanha indignação, sabe quando vocês se preocupam em ver morro que a torre vai ficar mais alta que a da igreja; Vocês se esquece que aqui na VILA DIAS existe seres humanos que precisa de qualidade de vida quando escrevo qualidade de vida é qualidade a de vida. Antes de vocês quererem fazer manifesto, lembre -se que a comunidade VILA DIAS faz parte da história de Santa Teresa . Quando a PHV nos fez a proposta, eu como morador achei uma ótima oportunidade de realizar o PGE. Venham visitar a nossa comunidade esgotos precários becos que mal mal passa uma pessoa, existe lugar que nem ve a luz do sol. A os nossos interesses e simplesmente lutar para ter uma vida digna e acima de tudo com qualidade de vida. Venham conhecer as nossas necessidades. Fora o quanto de emprego que poderá ser criado para nossos moradores. No mais uma boa noite a todos, e saibam que a VILA DIAS luta e lutará sempre pelos seus direitos. Que cada amigo família

comunidade VILA DIAS possa compartilhar essa mensagem. Deus abençoe a nossa comunidade. (SILVA, Márcio A. L., 2018)⁶³

Essa publicação ainda intensifica outro questionamento: qual a relação das lideranças da Vila Dias com a PHV Engenharia?

Explicita a controvérsia atual em torno da permanência da Vila: de um lado, que o projeto da PHV consolidaria a permanência da população da Vila, e de outro, dos movimentos externos à Vila, de que mesmo com as melhorias do PGE executadas, a implementação das torres da PHV trariam impactos negativos para a Vila de maneira indireta, causando inclusive a expulsão das famílias, num processo de gentrificação. Como disse Chagas (p. 104): “Mesmo que o Complexo Andradas não se viabilize ou não provoque a remoção imediata da Vila, esta se situa numa região de grande especulação imobiliária, que inclui também todo o bairro Santa Tereza”.

Concluindo, a Vila Dias deixa de ser o principal instrumento de resistência ao projeto (por causa da narrativa de ameaça de remoção) e, estranhamente, se torna instrumento de aplicação do projeto (por causa da narrativa de execução do PGE). E agora o tombamento da Fábrica assume o posto de principal instrumento de resistência. Inclusive, essa ação dos movimentos do bairro pode se expandir para uma outra análise, enquanto uso da tática de “patrimônio insurgente”, ou seja, o tombamento histórico-cultural como alternativa de luta e resistência (CASTRIOTA & BRAGA, 2016).

⁶³ Disponível em <<https://www.facebook.com/marcioantonio.lisboasilva/posts/1773076516048727>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, a aplicação inicial da Cartografia das Controvérsias se deu de maneira razoavelmente satisfatória, apesar de não ter sido seguida fielmente. Tem boas contribuições para a discussão do método, que atualmente se encontra em fase de desenvolvimento pelo Indisciplinar. Espera-se que sirva para trazer questionamentos também ao método, à sua aplicabilidade, ajudar a aprimorá-lo.

Vale ressaltar que o grupo também prevê outra ferramenta no método, o IndAtlas. É uma plataforma de visualização multidimensional, permite o *input* de dados classificados de acordo com o método da cartografia das controvérsias vinculados ao tempo e ao espaço de forma relacional (Ver BRITO et al., 2018). O uso dessa ferramenta nesse trabalho permitiria complexificar as conexões entre as informações através, principalmente, da geração de grafos. Tais níveis de complexidade tendem a ajudar na formulação das análises e gerar diagramas mais completos, não no sentido de capturar a totalidade do contexto em estudo, mas sim no de multiplicar possibilidades de informação. Porém, a plataforma se encontra em processo inicial de desenvolvimento e portanto, dificultaria seu uso.

Além disso, nessa cartografia foi produzido um grande banco de dados em relação ao Santa Tereza que pode se constituir como uma fonte de pesquisa pública. Espera-se que esse trabalho, com todas as informações e questionamentos levantados, instigue e auxilie diversas outras pesquisas e análises. Apesar de ter sido feito um pequeno recorte de análise, diversas outros podem ser feitos. Poderia ser feita uma análise (i) a partir lógica de expulsão da população pobre ou da tábula rasa com o território, (ii) ou então a narrativa de progresso e desenvolvimento, que se fazem presente desde a formação da cidade, sob formas diferentes, mas mantendo a mesma essência. Ou estudar as estratégias de gentrificação com discursos que se repetem em formatos diferentes ao longo do tempo em Belo Horizonte. Ou ainda análises que destaquem atores como a Vila Dias, que tem muito a ser aprofundada; a Fábrica de Pregos e seu papel ao longo dos anos, como ela muda; o instrumento Operação Urbana, e como ele explicita a perversidade das PPPs; as transformações do meio transporte coletivo e suas consequências para o Santa Tereza e a cidade;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEL. **Plano Global Específico Vila Dias**. Belo Horizonte, jan. 2014.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano / SMAPU. **Diagnóstico Propositivo: Mercado Distrital de Santa Tereza**. 2016.

BELLO HORIZONTE. **Relatório apresentado aos Membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello**. 1915. Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1915-1915-Cornelio-Vaz-de-Mello.pdf>>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

GÓES, Luis. **Bairro de Santa Tereza Memória Histórica nos 100 anos de Belo Horizonte**. Belo Horizonte. 199-.

GÓES, Luis. **Bairro Santa Tereza: 100 anos**. Belo Horizonte, 1998.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. **Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2015.

FAVELA É ISSO AÍ. **Vila Dias e Vila São Vicente**. Disponível em: <<http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/vila-dias-e-sao-vice>> Acesso em 10 de Nov. de 2018

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. 2006. 443f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise J. A singularidade do lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. In. ANDRADE, L. T. de; ARROYO, M. A. (Orgs.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise J; SOARES, Carolina P. Instrumentos de proteção do patrimônio cultural: um olhar sobre o caso do bairro Santa Tereza. In. ANDRADE, L. T. de; ARROYO, M. A. (Orgs.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

TICLE, Maria L. **O nó entre o espaço e o tempo em Santa Tereza: os bares na paisagem boêmia em um bairro de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MMMD-AMTUBF/ticle_maria_let_cia_macps_dissertacao_biblioteca.pdf?sequence=1>

PEREIRA, Ana Beatriz Mascarenhas. **Ritmanálise em Santa Tereza: modos de vida urbana.** Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MMMD-B4TH2E/ritmanalise_em_santatereza.pdf?sequence=1>

BAGGIO, Ulysses da C. **A Luminosidade do Lugar - circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte:** apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02022006-135000/pt-br.php>>

CHAGAS, Fernanda de A. **A parceria público-privada na produção do espaço:** Reflexões a partir da política urbana brasileira e das Operações Urbanas Consorciadas em Belo Horizonte. Monografia (Graduação) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **V!RUS**, São Carlos, n. 19, 2019. Disponível em:

<<http://www.nomads.usp.br/virus/>>. Acesso em dezembro de 2019

MAYER, Joviano Maia. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica.** Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MARX, Janaína; ALVES, Josiane; GONÇALVES, Brenda de C.; RENA, Natacha S. A. #NãoVaiTerNovaBH: linhas de fuga na produção da cidade neoliberal. **V!RUS**, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em:

<<http://www.nomads.usp.br/virus/virus14/?sec=4&item=2&lang=pt>>. Acesso em 10 de Nov. de 2018

NASSIF, T. **Linguagem técnica e (im)possibilidades para a produção democrática do espaço urbano: uma análise a partir de duas experiências participativas em Belo Horizonte.** 2016. 128 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BRITO, M.; DE SÁ, A. I.; BORGES, J.; RENA, N. **IndAtlas - Technopolitic platform for urban investigation**, p. 1305-1312 . In: São Paulo: Blucher, 2018). Disponível em

<<http://bit.ly/37zcBCe>> Acesso em 20 de novembro de 2019.

SOUZA, Françoise J. de O.; CAJAZEIRO, Karime G. A Singularidade do Lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. In: **Teoria & Sociedade**, n. 19, jan/jun, p. 82-111, 2011. Disponível em:
<<http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/10/10>>

CARNEIRO, Karine; VALADÃO, Joellyse. A copesquisa como método: o estudo de caso de um trabalho final de graduação (TFG) sobre o movimento Salve Santa Tereza. In: **Revista Indisciplinar**. Belo Horizonte: Editora Fluxos, n.3, v.2, 2016. Disponível em:
<<http://editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/RevistaIndisciplinar3FinalAlta.pdf>> pp.125-144.

CARNEIRO, Karine; GONÇALVES, Brenda de C. Operações que simplificam: o caso das torres de Santa Tereza. (S.l.) **Indebate**. 2017. Disponível em:
<<http://indebate.indisciplinar.com/2017/05/08/operacoes-que-simplificam-o-caso-das-torres-de-santa-tereza>> Acesso em 10 de Nov. de 2018

SÁ, Ana Isabel; BRITO, Michele; FREITAS, Christian; RENA, Natacha. IndAtlas: Plataforma de Investigação Tecnopolítica do Território Urbano. **Disegnarecon**. v. 11, n. 20, jun. 2018. p. 2.1 - 2.18.

SÁ, Ana Isabel et al. Cartografias emergentes da cultura. In RENA, Alemar; RENA, Natacha (org.). **Design e Política**. Belo Horizonte: Fluxos, 2014. p. 169-184.

RENA, Natacha; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela; FRANZONI, Júlia. Cartografias Indisciplinarias. Producción Académica Tecnopolítica del Grupo de Investigación Indisciplinar como actor en las Redes de Luchas Territoriales en Belo Horizonte. **Contested Cities**. Madrid, 2016.

NOBRE, Maíra R. **Levantes Urbanos: Os ciclos de lutas entre o Maio de 1968 na França e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil**. Qualificação (Mestrado). Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CASTRIOTA, Leonardo; BRAGA, Gabriel. Patrimônio Insurgente: estetização e resistência cultural no Brasil do início do século XXI. In: Congresso **Contested Cities** Barcelona, julho de 2016. Disponível em <<http://contested-cities.net/workingpapers/2016/patrimonio-insurgente-estetizacao-e-resistencia-cultural-no-brasil-doinicio-do-seculo-xxi>> Acesso em novembro de 2019.

FREITAS, Daniel M. de; CANETTI, Thiago; VIANA, Luan F. BH S/A: discutindo a neoliberalização do espaço urbano a partir de Belo Horizonte. In: **Revista Indisciplinar**. Belo Horizonte: Editora Fluxos, n.5, v.4, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016

ROLNIK, Raquel et al. (org). **Cidade Estado Capital**. São Paulo: FAU USP, 2018

PHV Engenharia. **Praça da Cidade**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em:

<<http://www.phvengenharia.com.br/downloads/cidade.pdf>>

JACOMINI, André A.; FREITAS, Daniel M. de. Os impactos morfológicos dos grandes projetos urbanos: A Operação Urbana Torres do Santa Tereza. In: RENA, Natacha et al (orgs.). **II Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Fluxos, 2019.

BELO HORIZONTE. **Diário Oficial do Município**. Disponível em

<<http://www.pbh.gov.br/dom/>> Acesso em 10 de Nov. de 2018

INDISCIPLINAR UFMG (S.I.): **Facebook**. Disponível em

<<https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg>> Acesso em 10 de Nov. de 2018

FICA VILA. (S.I.): **Facebook**. Disponível em <<https://www.facebook.com/FicaVila/>>.

Acesso em 10 de Nov. de 2018

SALVE SANTA TEREZA. (S.I.): **Facebook**. Disponível em

<<https://www.facebook.com/movimentosalvesantatereza/>>. Acesso em 10 de Nov. de 2018

ACBST - Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza - BH. (S.I.): **Facebook**. Disponível

em <<https://www.facebook.com/ACBST-Associa%C3%A7%C3%A3o-Comunit%C3%A1ria-do-Bairro-Santa-Tereza-BH-747074048745103/>> Acesso em 10 de Nov. de 2018

INDISCIPLINAR UFMG. (S.I.): **Plataforma Urbanismo Biopolítico**. Disponível em

<<http://pub.indisciplinar.com>> Acesso em 10 de Nov. de 2018

INDISCIPLINAR UFMG. **O bairro central Santa Tereza sob ataque do urbanismo neoliberal Santa Tereza**. Relatório Técnico. 2018.

RESENDE & MAGALHÃES, Felipe. 2011. **As ameaças ao direito à moradia em BH**. Revista Encontro. Ver em <<https://goo.gl/oUFNZv>> Acesso em outubro de 2018.

CURRAL DEL REI, 2010. Disponível em <<http://curraldelrei.blogspot.com/2010/11/qualquer-semelhanca-nao-e-mera.html>>. Acesso em 23 de novembro de 2019.